



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**FLAVIA LOPES BERTIER**

**DEVANEIOS DA FOGUEIRA:  
Os saberes populares associados ao fogo atizam diálogos de Educação Ambiental  
sobre incêndios florestais, crise climática e Bem Viver**

**Cuiabá  
2020**



**FLAVIA LOPES BERTIER**

**DEVANEIOS DA FOGUEIRA:**

**Os saberes populares associados ao fogo atizam diálogos de Educação Ambiental sobre incêndios florestais, crise climática e Bem Viver**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Regina Aparecida da Silva**

**Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Giseli Dalla Nora**

**Cuiabá**

**2020**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

B543d Bertier, Flavia Lopes.  
DEVANEIOS DA FOGUEIRA : Os saberes populares associados ao fogo atizam diálogos de Educação Ambiental sobre incêndios florestais, crise climática e Bem Viver / Flavia Lopes Bertier. -- 2020  
79 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientadora: Regina Aparecida da Silva.

Co-orientadora: Giseli Dalla Nora.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Cuiabá, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Educação Ambiental. 2. Mapa Social. 3. Incêndios Florestais. 4. Crise Climática. 5. Bem Viver. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO: "DEVANEIOS DA FOGUEIRA: Os saberes populares associados ao fogo atizam diálogos de Educação Ambiental sobre incêndios florestais, crise climática e Bem Viver"**

AUTORA: MESTRANDA Flavia Lopes Bertier

Dissertação defendida e aprovada em 24 de março de 2020.

**COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

1. Doutora Regina Aparecida da Silva (Presidente Banca / Orientadora)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2. Doutora Giseli Dalla Nora (Coorientadora)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

3. Doutor Luiz Augusto Passos (Examinador Interno)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

4. Doutora Fátima Elizabeti Marcomin (Examinadora Externa)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA/UNISUL

5. Doutora Cassia Fabiane dos Santos Souza (Examinadora Suplente)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

**Cuiabá, 24/03/2020.**



Documento assinado eletronicamente por **REGINA APARECIDA DA SILVA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/03/2020, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **GISELI DALLA NORA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/03/2020, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art.



6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fatima Elizabeti Marcomin, Usuário Externo**, em 27/03/2020, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CASSIA FABIANE DOS SANTOS SOUZA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/03/2020, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Augusto Passos, Usuário Externo**, em 30/03/2020, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2305848** e o código CRC **F7C23467**.



DEDICATÓRIA

*"De minha mão dentro do quarto  
meu lambarizinho  
escapuliu - ele priscava  
priscava  
até cair naquele  
corixo.  
E se beijou todo de água!  
Eu se chorei...  
Vi um rio indo embora de andorinhas..."*

POEMINHAS PESCADOS NUMA FALA DE JOÃO - V  
Compêndio para uso dos pássaros  
Manoel de Barros, 1960

Fonte: Lino Bezerra, 2019.

Ao meu eterno peixinho luri,  
Que as águas do rio possam te dar asas  
para você flutuar pelo mundo.

Ao Lino, que me ensina a remar



Em memória de  
FRANCISCA CARMELITA ABREU DA MATA  
1923 – 2019



## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos pelas pessoas que primeiro me acolheram, me pegaram pela mão e me acompanharam neste percurso: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Aparecida da Silva, minha orientadora, e Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Giseli Dalla Nora, minha coorientadora. Estas duas brilhantes pesquisadoras iluminaram meu caminho ao longo destes dois anos de formação, deformação, reformação e transformação (SATO, 2011). Atizaram minha curiosidade, acenderam as chamas dos saberes acadêmicos, acalentaram minhas angústias, apagaram muitas dúvidas, atearam fogo nos prazos. Elas aquecem meus pensamentos.

Como aves-mães, ensinaram-me a voar. Com elas, aprendi a olhar como um passarinho os espectros da luz “arco-íris” e a enxergar fronteiras para além do horizonte. Conheci meu “dever de árvore” (idem, 2011, p. 6), que mesmo calcinada, esparrama suas raízes na terra para encontrar água, rebrotar e espalhar novas sementes.

Se aprendi com elas é porque todas nós aprendemos com Michèle Tomoko Sato, esta professora, doutora, pós-doutora, mãe, amiga, mentora, nossa referência em Educação Ambiental. Assim como o Sanhaçu-de-fogo-, Mimi ilumina qualquer cenário. A vocês três, que coloreem minha vida, minha eterna gratidão.





Fonte: Fogo-apagou (*Columbina squammata*), foto de Rodrigo Rascher, 2019.

Com a imagem do “Fogo-apagou” (*Columbina squammata*), agradeço ao ICMBio, especialmente às Coordenações de Educação Ambiental e Gestão do Fogo, pela cooperação logística e autorização para minha capacitação.

Aos meus amigos, colegas, parceiros de jornada no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG) – Cíntia, Luiz Gustavo, Cecílio, Carol Potter, Ademir, Magela,

Fernando, Marcelo, Priscilla, Luiz Cruz, Eduardo, Miraci, Jacque, Fran, Ana, Zé: em vossos nomes, agradeço o apoio de todos os demais colaboradores, a paciência e o aprendizado nestes bons anos de trabalho juntos.

Em nome dos brigadistas Fidélis e Enock, agradeço a todos os combatentes do fogo – do ICMBio, Ibama, Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso (CBM/MT) e brigadas voluntárias - por sua incansável dedicação na prevenção e combate aos incêndios florestais no parque e seus arredores. Aos brigadistas do PNCG, meu muito obrigada pela ajuda na pesquisa, por me levarem às comunidades, me apresentarem aos moradores, me mostrarem o caminho das pedras e do fogo.

A Vanílio Marques, mestre de todos nós Manejadores do Fogo do ICMBio, que nos inspira com sua calma e sabedoria, dedico este trabalho.

Agradeço a todos os voluntários do parque, abnegados amantes da natureza, que contribuem não só com a minha pesquisa, mas também com o atendimento aos visitantes, o apoio aos servidores, a manutenção das trilhas, as muitas comidinhas, fotos, sorrisos. Vocês mantem alegria acesa no PNCG.

Reconheço aqui o apoio dos alunos de bacharelado e licenciatura da Geografia/UFMT, que me acompanharam em visitas às comunidades realizando levantamentos socioeconômicos e ambientais importantes. Valeu, galera!

Agradeço ao Instituto Caracol e a Both Ends, pelo suporte financeiro que nos possibilitou a impressão de mapas em grande escala, aquisição de materiais de

apoio e alimentação para a realização das oficinas de mapeamento social no São Jerônimo e na Água Fria.

A minha família do GPEA, com quem caminhei de mãos dadas e compartilhei luzes e sombras, agradeço pelas pesquisas em grupo, pelo apoio e trabalho nas oficinas de mapeamento social nas comunidades da Água Fria e do São Jerônimo, pela atenção e contribuições nos colóquios, pelos abraços calorosos, sonhos vividos, afetos trocados. Débora Pedrotti, Michellinha, Lívia, Rona, Bárbara, Cássia, Julio, Gy Gomes, Thiago, Carlinhos, Denize, Rob, Deborah Moreira, Rafa, Junia, Adry, Jacke, Cris, Priscilla, Eronaldo, Jucieli, Amandinha, Alexandre, Aleth, Tati, Romário, Vitinho, Jéssica, Raquel, Kathy, Adriana Sales: vocês farão parte de mim para sempre!



Fonte: Arara vermelha (*Ara chloroptera*), foto de Rodrigo Rascher, 2019.

Por fim, agradeço minha família: meus pais Vania e Claudio, minhas irmãs, sobrinhas, meu companheiro Lino e meu filho Iuri. Seu amor, paciência, torcida, e dedicação me permitiram alçar este vôo. A você, mãe, um agradecimento especial pelas aquarelas feitas com tanto amor, pela leitura atenta e comentários sempre estimulantes sobre a dissertação. Vocês são minha inspiração!

Aos moradores das comunidades do São Jerônimo e do Distrito da Água Fria, em especial aos sábios anciãos e anciãs que compartilharam seu conhecimento e seu precioso tempo comigo em longas e prazerosas conversas, que suas vozes se espalhem como fagulhas no Cerrado mato-grossense. Minha gratidão eterna!



## RESUMO

A Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental (REAJA) estuda como a crise climática afeta o planeta como um todo, sendo mais fortemente sentida em grupos sociais em situação de vulnerabilidade. No Brasil, os incêndios florestais são um dos fatores que contribuem para a emissão de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, acelerando o colapso climático. A política do “Fogo Zero” adotada pelo governo brasileiro é uma das responsáveis pelo aumento dos incêndios florestais no Cerrado, pois não leva em consideração que o bioma é dependente do fogo, ou seja, onde este elemento não é considerado um distúrbio, mas fator imprescindível para a preservação de seus processos ecológicos. A exclusão do fogo no Cerrado acarreta acúmulo de matéria orgânica em extensas áreas e facilita a propagação de incêndios de grandes proporções nas épocas secas, que atingem indiscriminadamente áreas protegidas e privadas com enormes perdas de biodiversidade, impactos socioeconômicos e emissão de GEE. Diversos estudos apontam que populações tradicionais do Cerrado utilizam o fogo sem prejudicar a natureza, pois dela dependem. Para identificar práticas, técnicas, valores e culturas do fogo, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), membro da REAJA, realizou o mapeamento dos saberes populares associados ao fogo nas comunidades rurais de São Jerônimo (Cuiabá/MT) e Água Fria (Chapada dos Guimarães/MT), localizadas no entorno do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG). A metodologia do Mapa Social foi escolhida para dar visibilidade a estes saberes, em desuso pelas comunidades por temerem sanções governamentais. Conhecer tais saberes é fator imprescindível para a implementação de ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF) no PNCG. Como resultado, são apresentadas nesta dissertação de Mestrado em Educação as relações entre as práticas cotidianas e os saberes tradicionais de uso do fogo com os ciclos da natureza, como o fogo cria e fortalece vínculos comunitários e como participa da conservação ambiental. Os diálogos presentes nas atividades do Mapa Social permeados por assuntos relacionados ao fogo estimulam a dialogicidade, revelam valores, crenças, ética e olhar político inerentes à educação ambiental *gpeana*. Através da escuta sensível durante oficinas e reuniões coletivas de mapeamento e entrevistas com anciãs e anciãos das comunidades são identificadas as impressões dos participantes sobre a relação entre incêndios florestais, a crise climática e seu Bem Viver. Os relatos são interpretados à luz da Fenomenologia de Gaston Bachelard e revelam as dualidades imbricadas do fogo: bom e ruim. A elaboração conjunta do Mapa Social dos saberes populares associados ao fogo escrutina necessidades e problemas ambientais latentes. A luz que emerge dos diálogos e das vivências coletivas reflete as realidades vividas pelos participantes da pesquisa e deslinda possibilidades de políticas públicas que podem ser aplicadas para além das fronteiras do PNCG. Esta Simbiose de Saberes contribui para a diminuição dos incêndios florestais, fortalece as comunidades e ajuda a descriminalizar o uso tradicional do fogo no Cerrado mato-grossense.

Palavras-chave: **Educação Ambiental. Mapa Social. Incêndios florestais. Crise Climática. Bem Viver.**

## ABSTRACT

The Climate Justice and Environmental Education International Network (REAJA) studies how the climate crisis affects the whole planet, being most strongly felt in social groups in vulnerable situations. In Brazil, wildfires are one of the factors that contribute to the emission of greenhouse gases (GHG) in the atmosphere, accelerating the climate collapse. The “Zero Fire” policy adopted by the Brazilian government is responsible for the increase of wildfires in the Cerrado, because it doesn’t consider that the biome is fire dependent, where this element is not a disturbance, but a factor essential for the preservation of its ecological processes. The exclusion of fire in the Cerrado causes accumulation of organic substances in extensive areas and facilitates the spread of large-scale fires in dry seasons, which indiscriminately affect protected and private areas with huge losses of biodiversity, socioeconomic impacts and GHG emissions. Several studies indicate that traditional populations of the Cerrado use fire without harming nature, as they depend on it. To identify fire practices, techniques, values and cultures, the Environmental Education Researcher Group (GPEA) of the Mato Grosso Federal University (UFMT), a member of REAJA, developed the social mapping of the popular knowledge associated with fire in the rural communities of São Jerônimo (Cuiabá/MT) and Água Fria (Chapada dos Guimarães/MT), located around the Chapada dos Guimarães National Park (PNCG). The Social Map methodology was chosen to give visibility to this knowledge, in disuse by the communities for fearing government sanctions. Knowing such knowledge is a key factor to implement the Integrated Fire Management (MIF) actions in the PNCG. As a result, this Master degree in Education dissertation presents the relationship between everyday practices and the traditional knowledge of using fire with the cycles of nature, how fire creates and strengthens community bonds and how it participates in the environmental conservancy. The dialogues present in the activities of the Social Map, permeated by issues related to fire, stimulate dialogicity, reveal values, beliefs, ethics and political perspective inherent to GPEA environmental education. With “sensitive listening” approach during workshops, collective mapping meetings and interviews with community elders, the participants' impressions about the relationship between wildfires, the climate crisis and their Well Living are identified. The reports are interpreted based on Gaston Bachelard's Phenomenology and reveal the interwoven dualities of fire: good and bad. The joint elaboration of the Social Map of popular knowledge associated to fire reveals latent environmental needs and problems. The light that emerges from dialogues and collective experiences reflects the realities experienced by the research participants and unravels possibilities for public policies that can be applied beyond the boundaries of the PNCG. This “Knowledge Symbiosis” contributes to the reduction of wildfires, strengthens communities and helps to decriminalize the traditional use of fire in the Cerrado of Mato Grosso.

**Keywords: Environmental Education. Social Map. Wildfires. Climate Crisis. Well Living.**

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1 -	Diferenças entre Manejo de Fogo (A) e Manejo Integrado de Fogo (B) .....	37
Figura 2 -	Localização das comunidades estudadas em relação aos municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, MT .....	57
Figura 3 -	Obras em estrada vicinal no caminho para a Água Fria .....	58
Figura 4 -	Reunião de mapeamento na comunidade Água Fria .....	59
Figura 5 -	Reunião de mapeamento na comunidade São Jerônimo .....	60
Figura 6 -	Mesa com objetos que remetem ao fogo .....	61
Figura 7 -	Varal de frases sobre fogo .....	61
Figura 8 -	Anotações sobre fogo em mapas georreferenciados – Água Fria .....	62
Figura 9 -	Apresentação do mapeamento social do fogo durante oficina na comunidade São Jerônimo .....	63
Figura 10 -	Procedimentos metodológicos do Mapa Social .....	64
Figura 11 -	Mapa do Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF) 2019/2020 com sugestões dos moradores da comunidade São Jerônimo .....	65
Figura 12 -	Vista dos paredões areníticos da região de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, MT .....	79
Figura 13 -	Mapa de 1940 indicando diversos caminhos existentes entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães .....	81
Figura 14 -	Vista do Morro São Jerônimo a partir da comunidade que leva seu nome .....	81
Figura 15 -	Gravuras de Aimé-Adrien Taunay de 1827 representando: A) Vista dos Rochedos da Chapada, B) Vista da Vila de Guimarães, C) Vista da Serra da Chapada dos Guimarães e parte da planície de Cuiabá, D) Cachoeira do Inferno (Véu da Noiva) .....	82-83
Figura 16 -	Vista do Morro do Cambambe .....	84
Figura 17 -	Mosaico de unidades de conservação .....	86
Figura 18 -	Nuvem de palavras que remetem ao fogo citadas durante oficina de mapeamento nas comunidades da Água Fria e São Jerônimo .....	93
Figura 19 -	O “Caminho do Fogo” indica percurso dos incêndios florestais recorrentes no Distrito da Água Fria .....	95
Figura 20 -	O percurso dos incêndios florestais na comunidade São Jerônimo .....	97
Figura 21 -	Preparo do aceiro .....	103
Figura 22 -	Primeira queima para limpeza do terreno .....	105
Figura 23 -	Os troncos das árvores e arbustos restantes são cortados e enleirados para segunda queima.....	106
Figura 24 -	Ferro em brasa para marcar gado .....	108
Figura 25 -	Preparo da terra para prática da pecuária extensiva .....	109
Figura 26 -	Estímulo à rebrota do pasto nativo .....	110
Figura 27 -	Tacuru preparado em cozinha improvisada, construída para festa comunitária .....	111
Figura 28 -	Fogão à lenha .....	112
Figura 29 -	Tacho para preparo de farinha de mandioca .....	113
Figura 30 -	Quadro de festividades elencadas durante o mapeamento social do fogo nas comunidades da Água Fria e São Jerônimo .....	117

Figura 31 - Velas acesas em procissões e altares caseiros .....	119
Figura 32 - Troá, símbolo da Brigada do PNCG .....	121
Figura 33 - Outros usos do fogo: ferros de passar a carvão, lampiões, velas e lamparinas .....	121
Figura 34 - Utensílios e materiais utilizados para cuidados de saúde ....	123
Figura 35- Apresentação do Grupo de Siriri Flor do Cambambi durante comemoração dos 30 anos do PNCG, em Chapada dos Guimarães .....	124

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CH <sub>4</sub>	Metano
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CO <sub>2</sub>	Dióxido de carbono
CO <sub>2</sub> e	Dióxido de carbono equivalente (resultado da multiplicação das toneladas emitidas de gases de efeito estufa pelo seu potencial de aquecimento global)
COP	Conferência das Partes
DIAF	Divisão de Administração e Finanças
DOE	Diário Oficial do Estado
ESPM	Escola Superior de Propaganda e Marketing
GEE	Gases de efeito estufa
GPEA	Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IE	Instituto de Educação
INDEA	Instituto de Defesa Agropecuária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAM	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i> (Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima)
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
MIF	Manejo Integrado do Fogo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MUT	Mudanças de Uso da Terra
MT 251	Rodovia Emanuel Pinheiro (liga Cuiabá à Chapada dos Guimarães)
N <sub>2</sub> O	Óxido nitroso
NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i> (Agência aeroespacial norteamericana)
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNCG	Parque Nacional da Chapada dos Guimarães
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
REAJA	Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental
REDE CLIMA	Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais
SEEG	Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa
SIRENE	Sistema Nacional de Registro de Emissões
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	Unidade de conservação
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNFCCC	<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i> (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima)
USP	Universidade de São Paulo
ZSEE-MT	Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso



## SUMÁRIO

<b>Notas de Início</b>	<b>23</b>
<b>Preâmbulo: Cuidado! Risco de Incêndio</b>	<b>25</b>
<b>Capítulo 1: Centelha</b>	<b>31</b>
1.1 E tudo começa com...	33
1.2 A primeira fagulha	38
1.3 O fogo interior	39
<b>Capítulo 2: “A Chama de uma Vela”</b>	<b>47</b>
2.1 Premissas Epistemológicas	49
2.2 Dançando com a chama, mapeando os saberes populares do fogo	52
2.3 A crise climática e os incêndios florestais	66
2.4 O Bem Viver	72
<b>Capítulo 3: Braseiro</b>	<b>75</b>
3.1 O Cerrado	77
3.2 A Comunidade São Jerônimo	80
3.3 A Comunidade Água Fria	83
3.4 A conexão Serra Acima – Serra Abaixo	84
<b>Capítulo 4: Fogueira</b>	<b>87</b>
4.1 Palavras aquecem e mantêm a chama acesa	89
4.2 Devaneios iniciais	91
4.3 As dimensões da subsistência e da existência revelam a essência da cultura do fogo	99
4.3.1 As técnicas de uso do fogo e o Complexo de Prometeu	101
4.3.2 As contradições do fogo e o Complexo de Empédocles	113
4.3.3 A coletividade, a afetividade e o Complexo de Novalis	115
4.3.4 A aguardente, a saúde e o Complexo de Hoffmann	122
4.3.5 O Complexo de Harpagão e a cultura do fogo	125
4.4 A crise climática sentida na pele e nos quintais	127
4.5 No “claro-escuro da vida cinzenta”, o Bem Viver das Comunidades da Água Fria e do São Jerônimo	131
<b>Capítulo 5: Candeia</b>	<b>135</b>
5.1 A perversidade da impressão primeira	137
5.2 Na chama da candeia, a luz de um esperançar	142
<b>Referências</b>	<b>147</b>
<b>Apêndices</b>	<b>153</b>
Apêndice A – Consentimento Livre e Esclarecido	154
Apêndice B – Roteiro oficinas/reuniões de Mapeamento	156
Apêndice C – Roteiro entrevistas semi-estruturadas	157



## NOTAS DE INÍCIO

Somos responsáveis por nossas escolhas. Não será diferente nesta dissertação. Por isso, apresentamos nestas notas de início algumas das escolhas que fizemos e que irão balizar todo este trabalho, a começar por aqui.

Apresentamos a escrita ora em primeira pessoa do plural ora em primeira pessoa do singular. Uso o plural pois para redigir estas páginas conto com o apoio e a participação de diversas pessoas. Portanto, aqui sou eu *e* outros, eu *com* outros – sou e somos *nós*. Enquanto membro do Grupo Pesquisador em Educação ambiental, Comunicação e Arte - GPEA, faço pesquisa junto com os demais colegas do grupo, ajudando-nos mutuamente. Também faço pesquisa com os moradores das comunidades da Água Fria e do São Jerônimo, onde discutimos diversos assuntos, muitos dos quais estão apresentados nesta dissertação. Portanto, este trabalho foi construído a muitas mãos, muitas cabeças, muitas memórias, muitos saberes.

Apesar desta pesquisa ser coletiva, ao longo das próximas páginas eventualmente assumo o *EU* subjetivo (SOUZA, 2019, p. 42). Isto porque a dissertação reflete como sou, carrega palavras escolhidas na solidão das minhas madrugadas de escrita, nas minhas leituras solitárias na sala 66 do Instituto de Educação, nas experiências subjetivadas de tudo aquilo que absorvi e que me permeou durante o período desta pesquisa. Todos os demais participantes são fundamentais para a elaboração da dissertação, aos quais serei eternamente grata, mas as palavras que escrevo aqui foram escolhidas dentre todas aquelas contribuições que me deram e que, junto com minha bagagem cultural, ressoam em mim.

Trago o texto no presente, pois representa um retrato momentâneo de realidades em constante mutação, pois imersas no tecido social da vida. Escrevo aqui e agora as interpretações das experiências relatadas durante as atividades do Mapeamento Social, oficinas, entrevistas, conversas e tantas outras vivências ao longo deste Mestrado. As frases no passado descrevem as atividades pretéritas e têm, sempre que possível, indicação do período em que ocorreram.

Todas as falas dos participantes da pesquisa estão grafadas conforme seus interlocutores as pronunciaram, evitando-se correções de ortografia. Elas evidenciam as características singulares de cada pessoa e o respeito da pesquisa para com suas identidades.

Ao escrever, preferimos a concordância nominal e verbal com “pessoas” e “seres humanos”, aquelas e aqueles que desempenham as atividades descritas na dissertação, em detrimento do uso do “a/o” ou “@” ou “x” para indicar que as ações foram realizadas por homens e mulheres indistintamente.

Por fim, esta dissertação utiliza a fonte Spranq Eco Sans regular, também chamada de EcoFont. A economia de tinta<sup>1</sup> durante o processo de impressão alcança 12% se comparada à fonte Times New Roman ou 26% se comparada à Arial. O uso do papel reciclado e a impressão em anverso e verso também visam a economia de recursos, indispensáveis para a minimização dos impactos ambientais gerados pela confecção deste trabalho.

---

<sup>1</sup> Mais informações e download da fonte: <https://www.agu.gov.br/interna/ecofont/index>.



## PREÂMBULO

### **Cuidado!** **Risco de incêndio**

Ao vivenciarmos incêndios florestais cada vez mais severos, nossa primeira atitude é procurar formas de controlar ou extinguir o fogo. No Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG), a aplicação de técnicas de Manejo Integrado do Fogo (MIF) para minimizar impactos dos incêndios tem sido estudada desde 2017. Mas a unidade de conservação não é uma ilha isolada e outras ações são inevitáveis para corroborar os esforços dos servidores do PNCG. A participação dos moradores do entorno do parque nas ações de prevenção e controle é indispensável, haja visto que também são afetados pelos mesmos incêndios florestais que assolam a unidade de conservação. Mesmo que seus interesses iniciais possam ser diferentes dos objetivos da equipe gestora do PNCG, a diminuição do fogo sem controle no período de secas favorece a todos indistintamente. Desta forma, o problema ambiental figura como estopim para a proposição de uma ação conjunta, que resultou na elaboração desta dissertação de mestrado realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – PPGE/IE/UFMT pela mestranda Flavia Lopes Bertier entre os anos de 2018 e 2019.

A pesquisa “Mapeamento dos saberes populares associados ao fogo nas comunidades rurais de São Jerônimo (Cuiabá/MT) e Água Fria (Chapada dos Guimarães/MT): impressões sobre o Bem Viver e a crise climática” tem como objetivo principal construir com moradores de comunidades do entorno do PNCG o Mapa Social dos saberes populares associados ao fogo, identificando as atividades onde este elemento é empregado em seu no cotidiano. A pesquisa também registra a impressão dos participantes sobre a relação entre incêndios florestais e suas implicações frente à crise climática e o seu Bem Viver (ACOSTA, 2008).

As duas comunidades estudadas - São Jerônimo (Cuiabá/MT) e Água Fria (Chapada dos Guimarães/MT) - estão localizadas dentro de um mosaico de

unidades de conservação estadual, o que lhes confere certo grau de rusticidade e preservação ambiental. Como representantes no Conselho Consultivo do PNCG, seus moradores participam das atividades de gestão ambiental do parque nacional e compartilham suas preocupações sobre o aumento dos incêndios florestais. Cientes de que o fogo não encontra cercas ou fronteiras, servidores e moradores unem esforços para diminuir a incidência de incêndios florestais na região.

A “Política do Fogo Zero” implementada desde o primeiro Código Florestal brasileiro impede que populações tradicionais que vivem no Cerrado, como as da Água Fria e do São Jerônimo, possam empregar o fogo nas suas práticas cotidianas. Sem a presença do fogo, a vegetação se adensa uniformemente e se torna um imenso palheiro, um barril de pólvora pronto para incendiar a natureza e as relações entre comunidades rurais e os gestores ambientais.

Este estudo coletivo questiona, portanto, a burocracia uniformizadora da legislação ambiental e dá voz à sábios do fogo, anciãos das comunidades que nos ensinam seus saberes populares associados ao fogo. Suas técnicas, usos, simbologias e necessidades, demonstram que o fogo faz parte deles assim como faz parte do Cerrado. A metodologia do Mapa Social (SILVA, 2011), desenvolvida em 2008 pelo Grupo Pesquisado em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), é a escolhida para dar visibilidade à cultura do fogo, resultante da sinergia visceral entre comunidades tradicionais e o fogo.

Por isso, avisamos: este material é altamente inflamável. Contém elementos comburentes como troncos<sup>2</sup> e galhos vindouros desta vegetação pirofítica do Cerrado, seres únicos em risco de extinção. Quando colocados em contato com o calor das memórias e alimentados com o combustível maior da investigação científica, o saber, queimam ardentemente.

Para compartilhar esta combustão, dividimos a dissertação em capítulos, para serem manuseados e apreendidos com a cautela recomendável a iniciantes nas artes do fogo.

Trazemos no primeiro capítulo, “Centelha”, informações iniciais sobre o fogo, suas origens, mitologias e usos desde tempos mais remotos até os dias atuais. Listamos os usos habituais do fogo pelas populações tradicionais brasileiras

---

<sup>2</sup> De acordo com “Garimpeiro”, morador da comunidade Água Fria e um dos pesquisadores-colaboradores desta dissertação, “troncos” são os moradores mais antigos da comunidade, representantes e guardiões das tradições locais. Seus descendentes são chamados “vindouros”, aprendem com os pais os saberes sobre a natureza, suas práticas e seus valores, preservando a cultura local. Quando os troncos não estiverem mais presentes em corpo, os vindouros serão os novos troncos, responsáveis por manter a chama do saber tradicional acesa.

e destacamos a importância do fogo para a manutenção dos processos ecológicos no Cerrado. A centelha da pesquisa, que dá origem à necessidade por aprofundar estudos sobre o manejo do fogo especialmente nas comunidades no entorno do PNCG, é a ocorrência de incêndios florestais que assolam a região anualmente. No afã de combater este “fogo mau” dos incêndios florestais, propomos o uso de um contra-fogo, mas com um “fogo bom”, identificado através do mapeamento dos saberes populares das comunidades rurais de São Jerônimo e Água Fria.

Neste cenário ígneo a pesquisadora apresenta a chama que a mantém acesa, que ilumina sua busca pelo conhecimento. As dualidades e ambiências do fogo espalham faíscas de angústias e encantamentos que chamuscam não só a pesquisadora, mas todos os participantes da pesquisa, e iluminam a dissertação com vivências únicas.

O segundo capítulo – “A chama de uma vela” – assim como a metáfora bachelardiana que o enuncia (BACHELARD, 1989), é marcado pela verticalidade da chama: o caminho percorrido pelo fogo na busca pelo seu zênite. Como afirma Bachelard (1989, p. 60), “As imagens da verticalidade fazem-nos entrar no reino dos valores”. Assim, estão descritas neste capítulo as escolhas epistemológicas e metodológicas, conceitos e valores que iluminam as ações de educação ambiental desenvolvidas neste trabalho coletivo.

À luz tênue da vela, apresentamos as características do Mapa Social enquanto metodologia aplicada para desenvolver ações de educação ambiental desenvolvidas pelo GPEA, e a preferência pela fenomenologia de Gaston Bachelard para interpretar as narrativas dos participantes da pesquisa. Também trazemos neste capítulo argumentos que corroboram a necessidade de dialogar sobre a relação entre incêndios florestais, a crise climática e o Bem Viver das comunidades.

O terceiro capítulo, “Braseiro”, é onde a cultura se mantém viva, ativa, acesa. Reunidos nesta brasa ardente, apresentamos noções sobre o Cerrado mato-grossense e sua íntima relação com as comunidades rurais estudadas. A partir de informações históricas sobre a formação das comunidades e peculiaridades da natureza da qual fazem parte, identificamos características de seus habitantes, hábitos e *habitats* fundidos numa só substância.

No quarto capítulo, “Fogueira”, apresentamos os resultados da pesquisa em dois momentos distintos e complementares: as reuniões/oficinas de mapeamento social e as entrevistas com os mestres dos saberes locais. Através de uma escuta sensível às narrativas identificamos dimensões essenciais do fogo no cotidiano das

comunidades estudadas. Colocamos mais lenha nesta fogueira ao questionar os participantes sobre o colapso climático e suas implicações frente ao seu Bem Viver, registrando neste capítulo as impressões dos participantes sobre o uso do fogo nestas situações.

A conclusão desta dissertação é apresentada pela metáfora da “Candeia”, objeto tradicional para as duas comunidades, cujo foco de luz suave e duradouro é alimentado pelo azeite artesanal da mamona no pavio de algodão torcido. Sob a luz da candeia, refletimos sobre pontos positivos e negativos da pesquisa, sua importância enquanto semente de uma educação ambiental dialógica e problematizadora e algumas possibilidades futuras, contribuições que podem auxiliar na diminuição da ocorrência de incêndios florestais de grande monta: uma fênix que surge do fogo e das brasas e que nos traz a luz de um esperar.

Por fim, justifico a escolha da metáfora de inspiração bachelardiana/satiana do título: “devaneios da fogueira”. Longe da definição simplista que coloca o devaneio como um sonho irrealizável, projeto utópico, delírio ou desatino<sup>3</sup>, preferimos a explicação de Bachelard, para quem devaneio é um pensamento distendido (BACHELARD, 2008, p. 34). Para o autor, diante da contemplação do fogo o devaneio é “um exemplo de pronto devir e um exemplo de devir circunstanciado” (idem, p. 25).

Parafraseando a expressão bachelardiana “devaneios da lareira” e inspirada por seu “apelo da fogueira”, o qual revela que a destruição do fogo é “mais do que uma mudança, é uma renovação” (BACHELARD, 2012, p. 25), coadunamos com Sato que recomenda “incitar as labaredas de mudanças” (2006, p. 254) através das chamas da fogueira. Acesa em ambiente aberto e natural, sua condição etérea permite que se espalhe (SATO, 2006, p. 254) pelo mundo.

É assim que este estudo apresenta seu devir: a transcendência do fogo em luz. Transmudar saberes populares em ações concretas que possibilitem o fortalecimento das comunidades e corrobore com a conservação ambiental reflete o devaneio da fogueira, onde observadores fascinados com as labaredas estão atentos às alterações ao redor, alimentam o fogo dos saberes com novas achas e mantém acessas as chamas de esperança. A alquimia está em unir os opostos, posto que complementares, temperando-os com valores, histórias e conceitos, e sobretudo com respeito e amor, pois

---

<sup>3</sup> Definições presentes no Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa Michaelis, versão online, consultada em 29 nov. 2019 em [www.michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/brasileiro/devaneio](http://www.michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/brasileiro/devaneio).

*Amor é fogo que arde sem se ver,  
é ferida que dói, e não se sente;  
é um contentamento descontente,  
é dor que desatina sem doer.*

*É um não querer mais que bem querer;  
é um andar solitário entre a gente;  
é nunca contentar-se de contente;  
é um cuidar que ganha em se perder.*

*É querer estar preso por vontade;  
é servir a quem vence, o vencedor;  
é ter com quem nos mata, lealdade.*

*Mas como causar pode seu favor  
nos corações humanos amizade,  
se tão contrário a si é o mesmo Amor.*

(Amor é fogo que arde sem se ver - Luís de Camões)



## CAPÍTULO 1

### Centelha



Fonte: João Almeida, 2018.

*“O mundo não foi feito em alfabeto. Senão que primeiro em água e luz. Depois árvore. Depois lagartixas. Apareceu um homem na beira do rio. Apareceu uma ave na beira do rio. Apareceu a concha. E o mar estava na concha. A pedra foi descoberta por um índio. O índio fez fósforo da pedra e inventou o fogo pra gente fazer boia. [...]”*

*O livro das ignorâncias  
Manoel de Barros, 1993*



## 1.1 E tudo começa com...

Fogo – um dos elementos da natureza, ‘ser’ em constante mutação, fenômeno, energia, combustão acompanhada de luz e calor, entusiasmo, paixão, não-matéria. Suas diversas definições dependem dos domínios de nossas experiências e da intencionalidade do interlocutor.

O fogo é real, ativo, eruptivo, inspirador, destruidor e transformador; é também amor, calor, desejo. É natural e inatural, objetivo e subjetivo. É esta energia que modela e transfigura a paisagem numa dialética transformadora, que transcende a energia natural em energia espiritual (SATO, 2006, p. 246). Por sua efemeridade, além das chamas e labaredas, encontra vasto abrigo no imaginário, com representações no campo das artes, mitologias, religiões, etc. Suas representações, sentidas e imaginadas, permitem ao fogo ressignificações.

Objeto de fascínio entre os seres humanos desde o início dos tempos, o fogo sempre suscitou curiosidade. Sua origem, assim como a própria origem do universo continua controversa: explosão de energia, raio, vulcão, calor. A única certeza é a ânsia por dominá-lo. Para Sato, o fogo é uma metáfora do poder (2006, p. 249). Betty Mindlin (2002, p. 156) também afirma que “o fogo significa poder, conquista a ser feita”. O mito de Prometeu descreve o roubo do fogo como uma insurgência do titã perante os deuses do Olimpo, que permite aos seres humanos uma superioridade diante dos demais animais. Quando Prometeu ensina os humanos a manejar o fogo, concede-lhes, portanto, o poder do conhecimento. Desta forma, o fogo está para o poder assim como seu manejo está para o conhecimento, para o saber.

Bachelard (2008) afirma que, dentre todos os fenômenos, o fogo é o único capaz de conter ao mesmo tempo duas valorizações contrárias: o bem e o mal. Esta dualidade característica do fogo está descrita no trecho abaixo:

Ele brilha no Paraíso, abrasa no Inferno. É doçura e tortura. Cozinha e apocalipse. É prazer para a criança sentada ajuizadamente junto à lareira; castiga, no entanto, toda desobediência quando se quer brincar demasiado de perto com suas chamas. O fogo é bem-estar e respeito. É um deus tutelar e terrível, bom e mau. Pode contradizer-se, por isso é um dos princípios da explicação universal. (BACHELARD, 2008, p. 11-12)

Sobre a perspectiva das dualidades e ambivalências do fogo, Sato vai além e as compara ao Tao, para quem os opostos coexistem, ganhando “vida dinâmica na complementariedade” (SATO, 2016, p. 24).

Bachelard indica ainda que o fogo é muito mais um *ser* social que um *ser* natural (2008, p. 15). Para interagir com o fogo e incluí-lo em seus hábitos cotidianos, o ser humano aprendeu a respeitá-lo, conhecê-lo, atirá-lo. Este *saber fazer* está presente desde os primórdios dos tempos. Ao controlar o fogo, o *Homo sapiens* empreendeu mudanças fundamentais na forma como se relaciona com o meio onde vive e como se organiza em sociedade.

A análise do caráter prático do fogo possibilita entendê-lo enquanto ferramenta empregada pelo *Homo sapiens* desde a pré-história (BOWMAN *et al.*, 2009, p. 481). Mistry e Bizerril (2011, p. 41) já apontavam o uso do fogo na agricultura, para a limpeza de áreas de plantações ou a rebrota das pastagens. Como ferramenta cultural, é utilizado em rituais; como ferramenta social, usado para a cocção de alimentos, iluminação e aquecimento de casas; e como ferramenta política, empregado para o controle econômico e social.

No Brasil, indígenas já manejavam o fogo e passaram seu conhecimento aos sertanejos (FIDELIS; PIVELLO, 2011, p. 16). No Cerrado mato-grossense, o hábito de utilizar o fogo tem como finalidades, a limpeza de áreas para o plantio, estimular a rebrota da vegetação para o pastejo (FIDELIS; PIVELLO, 2011; SCHMIDT *et al.*, 2016), entre tantas outras.

O manejo do fogo, portanto, não é novidade. Moradores de áreas rurais tradicionais tem essa *expertise* e empregam seus saberes de forma a facilitar suas atividades cotidianas. As comunidades rurais dependem do ambiente onde vivem, nele constroem sua identidade, sua cultura e sua história (SILVA; JABER-SILVA, 2015, p. 214). Portanto, se preocupam, cuidam, repassam seus saberes para as próximas gerações a fim de preservar seu modo de viver. Afinal, sabem que o fogo pode ser bom, mas se usado de forma descuidada ou negligente impacta o ambiente onde vivem, com consequências negativas para a sobrevivência da própria comunidade.

A Política do “Fogo Zero”<sup>4</sup> implementada pelo governo brasileiro desde a vigência do antigo Código Florestal, de 1965, não leva em consideração que o Cerrado é um ecossistema pirofítico, onde o fogo não é considerado um distúrbio, mas fator imprescindível para a manutenção de seus processos ecológicos. A exclusão do fogo no Cerrado tem-se mostrado uma política ineficiente, pois longos

---

<sup>4</sup> A atual legislação (Lei Federal nº 12.651, Capítulo IX, artigo 38) também proíbe o uso do fogo, com algumas exceções. Dentre elas, é autorizada a realização de queimas controladas pelos órgãos ambientais desde que respeitadas determinadas exigências, como solicitação antecipada via formulário com anotação de responsabilidade técnica, plano de queima com descrição detalhada da área afetada e vegetação atingida, pagamento de taxa, etc.

períodos sem queimadas acarretam acúmulo de matéria orgânica em extensas áreas, intensificando as ocorrências de grandes incêndios florestais nas épocas secas, que atingem indiscriminadamente tanto vegetações sensíveis ao fogo como aquelas adaptadas a ele (SCHMIDT *et al.*, 2016; 2018).

Entende-se como Incêndio Florestal<sup>5</sup> o fogo fora de controle em qualquer tipo de vegetação, seja em plantações, pastos ou áreas de Cerrado.

Os incêndios florestais são um dos fatores que aumentam a emissão de gases de efeito estufa (GEE), intensificam o aquecimento global e aceleram as alterações climáticas, tornando mais frequentes seus eventos extremos, como secas prolongadas, chuvas irregulares, picos de temperatura, etc. Sob tais condições, portanto, tem-se um cenário cíclico vicioso, que estimula a formação de novos incêndios florestais.

Uma das formas de mitigar as emissões é manter a cobertura florestal em pé. Áreas de vegetação nativa não convertidas em outros usos (desmatadas ou plantadas) e as áreas protegidas com floresta e vegetações não florestais são uma das fontes que contribuem para as remoções dos GEE da atmosfera e com a fixação do carbono, fundamentais para minimizar as emissões totais. Esta é uma das razões para a preservação das áreas protegidas do país.

Infelizmente, dados do relatório Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa (SEEG) do Observatório do Clima apontam que as unidades de conservação (UC) do Cerrado concentraram 38% dos incêndios florestais registrados entre 2000 e 2016 (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2018). Ou seja, as áreas protegidas, nossos coringas capazes de absorver GEE, quando incendiadas, além de lançarem mais GEE na atmosfera diminuem sua capacidade de absorção pela perda da vegetação. Triste contabilidade!

O Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG) vivencia esta realidade atualmente e a situação vem se agravando nos últimos anos, como demonstrado ao longo da tese de doutoramento de Arlindo Machado Neto (2016). Nela, o autor informa que a unidade de conservação federal sofre com a presença de incêndios florestais em toda temporada de seca, entre os meses de julho a outubro. Localizado no Cerrado brasileiro entre os municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, no Estado de Mato Grosso e criado em 12 de abril de 1989 para preservar as belezas cênicas, sítios arqueológicos, recursos hídricos e a

---

<sup>5</sup> Fonte: Cartilha “Incêndio Florestal” – Instituto Brasília Ambiental. Disponível em <http://www.ibram.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Cartilha-Inc%C3%AAndios-Florestais-Causas-Consequ%C3%AAncias-e-Como-Evitar.pdf>. Acesso em 22 mar. 2019.

biodiversidade local, o PNCG deixa de cumprir plenamente seu objetivo principal ao abrigar ocorrências anuais de incêndios florestais de grande intensidade (MACHADO NETO, 2016, p. 357).

Incêndios florestais atingem indiscriminadamente áreas protegidas ou não, públicas e privadas. Suas chamas destroem tudo por onde passam: matam as plantas, enfraquecem o solo, secam nascentes, queimam ou afugentam animais, aumentam a temperatura, enchem o ambiente com uma fumaça densa, causando danos à saúde humana e prejudicando a economia local. Assim, afetam não só a biodiversidade, mas também acentuam ainda mais as desigualdades econômicas daqueles que vivem em íntima relação com a natureza e que dela dependem – as comunidades rurais.

Nobre (2009, p. 20) afirma que os impactos causados pelas mudanças climáticas são sentidos por toda a população mundial, e afetam mais fortemente grupos sociais em situação de vulnerabilidade, pois estes têm capacidade menor de lidar com as alterações por falta de recursos e conhecimento. O mesmo ocorre em relação aos incêndios florestais.

Apesar de a legislação não proibir totalmente o uso do fogo, a burocracia para a emissão de autorização de queima controlada é tão grande que impede sua obtenção por parte dos pequenos produtores rurais. Borges *et al.* (2016) citam que as normas brasileiras vigentes de controle do fogo não incorporam os conhecimentos locais e tradicionais. Segundo o autor, tais medidas, junto com o êxodo rural crescente na atualidade, contribuem para desqualificar os sistemas agrícolas tradicionais.

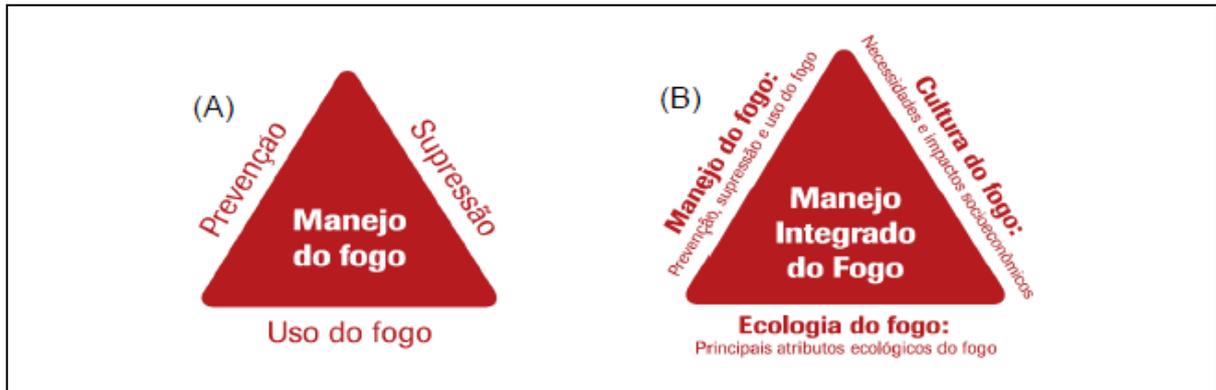
Isto pode, muitas vezes, explicar a ocorrência de incêndios devastadores, já que as dificuldades e restrições na emissão de autorização para uso fogo leva esta atividade à ilegalidade e até mesmo à perda de conhecimentos e práticas relacionadas ao fogo. (BORGES *et al.*, 2016. p. 291)

A fim de minimizar os impactos decorrentes dos incêndios florestais frequentes nos últimos anos, a equipe gestora do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG) adota desde 2017 o Manejo Integrado do Fogo (MIF) dentro da área protegida.

De acordo com Myers (2006, p. 1) o Manejo do Fogo refere-se ao espectro de decisões técnicas e ações disponíveis para evitar, preservar, controlar ou utilizar o fogo em uma determinada paisagem. Para que seja considerado MIF é preciso haver integração entre as abordagens tecnológicas citadas acima com a realidade sociocultural e as necessidades ecológicas locais.

A figura 1 ilustra a evolução das práticas de manejo de fogo para as de manejo integrado de fogo, onde o manejo do fogo é apenas um dos pontos em questão no MIF, que incorpora também a valorização de aspectos ecológicos (como o fogo se comporta e/ou afeta a natureza) e culturais (como o fogo é usado por comunidades, para que finalidade, etc.).

Figura 1 - Diferenças entre Manejo de Fogo (A) e Manejo Integrado de Fogo (B)



Fonte: BARRADAS, 2017, adaptado de MYERS, 2006.

Para que a equipe gestora do PNCG pudesse realizar o MIF no parque nacional, foram consultados os membros do Conselho Consultivo<sup>6</sup> da unidade de conservação, que aprovou sua implementação. Foram realizadas duas reuniões abertas, uma em Cuiabá e outra em Chapada dos Guimarães, com a participação de pesquisadores, membros de órgãos oficiais de controle externo, como o Ministério Público Federal e Estadual, guias e condutores de turismo, moradores e demais interessados no assunto. As reuniões serviram para apresentar a proposta do MIF e convidar pesquisadores a realizarem estudos relacionados ao tema na região do PNCG.

O MIF prevê, com base nas características ambientais e nas práticas tradicionais de uso do fogo locais, o emprego de pequenas queimas precoces (antes da estação seca) controladas em áreas específicas a fim de reduzir a quantidade de material vegetal combustível em grandes áreas contínuas, produzindo mosaicos sucessionais de vegetação (SCHMIDT *et al*, 2018).

O sucesso do Manejo Integrado do Fogo depende da tríade apresentada na figura 1: a) entender como o fogo reage em cada ambiente (ecologia do fogo); b)

<sup>6</sup>O Conselho Consultivo do PNCG foi implementado em 2008 e hoje conta com 24 representantes, sendo 12 de órgãos governamentais federal, estadual e municipal e 12 representantes da sociedade civil, incluindo as comunidades do entorno, universidades, guias e condutores de turismo e ONGs. Seu objetivo é contribuir para a efetiva implantação e cumprimento dos objetivos do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

conhecer os aspectos socioeconômicos (quem, como, quando e por que o usa) relacionados ao fogo; c) manejo do fogo (prevenção, combate e usos possíveis).

Há diversos estudos relacionados ao manejo e ecologia do fogo em ecossistemas savânicos nas mais diferentes áreas do conhecimento, assim como também há vasta literatura sobre controle e combate a incêndios florestais nestes ambientes (BARRADAS, 2017; BORGES *et al*, 2016; SCHMIDT *et al*, 2018; FIDELIS; PIVELLO, 2011; FALLEIRO *et al*, 2016; MACHADO NETO, 2016). Mas as informações sobre como moradores locais lidam com o fogo são específicas às áreas estudadas. Das teses e artigos publicados sobre as relações socioambientais com o fogo, nenhuma se refere ao Cerrado mato-grossense, nem sequer sobre o Cerrado da região de Cuiabá ou Chapada dos Guimarães.

Os estudos relacionados a educação ambiental e incêndios florestais limitam-se a produção de materiais educativos (cartilhas) para evitar riscos e prevenir a ocorrência de incêndios, como em BONTEMPO *et al*, 2010; LOURENÇO, 2005; RIBEIRO, 2004; REBELO, 1994.

Daí decorre, portanto, o ineditismo desta dissertação. A importância do levantamento e registro dos saberes populares relacionados ao fogo na região de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, Mato Grosso, são indispensáveis para contribuir com as ações de Manejo Integrado do Fogo no PNCG e arredores, e auxiliar as ações de controle dos grandes incêndios florestais que tanto prejudicam a sociobiodiversidade local.

## 1.2 A primeira fagulha

A necessidade de informações sociais relacionadas ao manejo de fogo na região do PNCG se apresenta, portanto, como oportunidade para que eu, analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio<sup>7</sup>), e lotada no PNCG, possa contribuir com o MIF e aprimorar o diálogo entre a equipe gestora e as comunidades do entorno desta unidade de conservação.

Como analista ambiental do PNCG, convivo com a trágica realidade de incêndios florestais desde que lá cheguei, em outubro de 2013. A enorme perda da biodiversidade vem sempre acompanhada de um desgaste físico de todos nós da equipe gestora, mas também de brigadistas, bombeiros e voluntários que se revezam no combate às chamas. A angústia de trabalhar por dias e noites

---

<sup>7</sup> Autarquia federal responsável pela administração das unidades de conservação federais do país.

ininterruptamente, semanas a fio, muitas vezes sem conseguir obter sucesso no controle das chamas, sabendo que o fogo está destruindo tudo aquilo pelo qual lutamos arduamente para preservar, visualizando a enormidade de gastos públicos (muitas vezes com o custeio de horas-vôo de aeronaves para o combate às chamas, o transporte de equipamentos, suprimentos e água ou o deslocamento dos esquadrões de brigadistas) no combate, recursos estes que poderiam ser alocados para a conservação da natureza, fomentar pesquisas ou melhorar a infraestrutura de visitação; tudo isso contribui para acender em mim a vontade de pesquisar e aprender mais sobre o fogo.

Esta necessidade é partilhada com conselheiros e moradores do entorno do parque nacional. Nas diversas conversas que tivemos nos anos em que estive a frente do Conselho Consultivo do PNCG (de 2013 a 2018) pude perceber que, assim como eu, eles também encontram no fogo angústia, felicidade, sabor, calor, cheiro: o bom e o ruim, o bem e o mal, tudo numa mesma chama, uma mesma energia. Percebi que os incêndios florestais os afetam de forma tão nevrálgica quanto afetam a mim e a toda a equipe gestora do PNCG. Num sentimento uníssono, todos nós esperamos poder contribuir com a diminuição da quantidade de incêndios florestais na região.

A ideia de realizar o mapeamento dos saberes populares relacionados ao fogo surgiu, então, como proposta para desvelar como moradores das comunidades rurais lindeiras ao parque usavam este elemento em seu cotidiano, com impactos mínimos à natureza.

### **1.3 O fogo interior**

Ciente de que toda pesquisa científica não é neutra, pois permeada da intencionalidade de quem a defende, apresento de antemão minha Biografia Ecológica, fundamental para que se possa identificar quais caminhos, dentre tantos possíveis, escolhi para percorrer esta experimentação científica que chamamos de vida.

A Biografia Ecológica tem sido utilizada por membros do GPEA para apresentar seu lugar de fala. De acordo com Souza (2019, p. 47), “Não se trata de uma narração, mas de estabelecer conexões com a tese e dialogar com alguns teóricos.” Por isso apresento quem sou e quais escolhas epistemológicas fiz com minhas orientadoras, que trazem luz à minha consciência e a este trabalho.

Desde pequena sempre fui curiosa e, por isso, estava sempre procurando bichinhos, galhas nas folhas, conchas, embrenhada no costão rochoso da praia. Minha relação com a natureza e com as questões ambientais me levaram para uma escolha lógica: cursar Ciências Biológicas. Como era muito nova, apenas 17 anos, e sem saber o que fazer enquanto atividade profissional, fiz outra escolha completamente oposta – estudar publicidade. Ao mesmo tempo que frequentava o curso de Ciências Biológicas na Universidade de São Paulo (USP) à noite, pela manhã assistia às aulas na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Por ser esta uma faculdade paga, tranquei o curso de Biologia para concluir a Publicidade, formando-me em 1994. À convite da Fundação Ecotrópica, vim para Mato Grosso em 1996, antes de me formar bióloga. O convite pareceu-me ideal para reunir minhas duas formações, na área ambiental e no marketing. Na prática, os trabalhos de captação de recursos para os projetos de conservação do Pantanal acenderam em mim o primeiro sinal de alerta: de que na vida real, o empresariado não se preocupa com o meio ambiente, mas quer parecer ambientalmente responsável para continuar lucrando, o que Lowy chama de “economia verde”<sup>8</sup>.

O conceito é definido pelo PNUMA no Relatório *Rumo à economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza* como “[...] como uma economia que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significadamente riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2011, p. 1). Michael Lowy define a economia verde como “economia capitalista de mercado que busca traduzir em termos de lucro e rentabilidade algumas propostas técnicas “verdes” bastante limitadas”. Por compartilhar da visão de Lowy, comecei a me incomodar com o trabalho que desenvolvia.

Em 1999 deixei a ONG e fui trabalhar na CCN PRESS, agência de comunicação de Cuiabá, onde gerenciei por quase dez anos o departamento de publicidade. Neste período, fui agraciada com prêmio de Publicitária do Ano (Jornal A Crítica, 2000) e Grand Prix de Publicidade (Prêmio A Gazeta, 2001). Na agência, era responsável por campanhas voltadas à divulgação das ações de responsabilidade social e ambiental dos clientes.

O nascimento do meu filho Iuri, em 2005, despertou em mim o sentimento de alteridade, de ‘cuidar do outro’, de prestar atenção a que mundo pretendia deixar para ele. A mudança de estilo de vida urbana para uma moradia bucólica,

---

<sup>8</sup> Fonte: <https://www.ecodebate.com.br/2012/04/10/michael-lowy-critica-rio20-e-a-propaganda-da-economia-verde/> . Acesso em 17 ago. 2018.

cercada de natureza, foi apenas o início. Comecei a questionar minhas escolhas, pessoais e profissionais, com mais intensidade. Daí a constatar que as ações por mim publicizadas representavam apenas um “selo verde” para estimular mais consumo foi rápido. O trabalho com publicidade tornou-se tóxico, pois eu emprestava meus conhecimentos para usufruto de clientes interessados em melhorar sua imagem perante a sociedade ou mitigar impactos causados pelo desenvolvimento ‘dito’ sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi criado a partir do relatório<sup>9</sup> produzido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento *O nosso futuro comum*, de 1983, e consagrado após a Rio 92 como sendo “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras de atenderem às próprias necessidades”.

Ambos os conceitos – economia verde e desenvolvimento sustentável – não questionam o cerne da crise econômica e ambiental, o modelo capitalista baseado no valor de troca (lucro) e não no valor de uso (necessidades reais do ser humano) dos bens produzidos. Se limitam, apenas, a recomendar a substituição de técnicas de produção por novas tecnologias mais eficientes em consumo de energia e matérias-primas, a reciclagem de materiais, etc. Apesar de reconhecerem a limitação dos bens naturais, não questionam o sistema, calcado na noção de progresso baseada no consumo.

Diante da atual conjuntura de crise civilizatória em que vivemos, onde a mercantilização da natureza para atender ao modelo capitalista de progresso demonstra claramente passar por esgotamento, com reflexos não apenas na economia e no meio ambiente, mas também nas relações éticas, políticas e sociais, a adoção prática de conceitos como economia verde ou desenvolvimento sustentável se apresenta como ‘placebo’.

Cansada de lutar contra egos inflados de clientes e de insuflar hábitos de consumo artificialmente produzidos, abandonei a publicidade em 2007 e dediquei-me ao cuidado da família e a estudos para trabalhar diretamente com a área ambiental, que sempre foi minha grande paixão.

Em 2009, após passar em concurso federal, fui admitida como Analista Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, sendo lotada na Gerência de Sinop/MT. Lá desempenhei funções administrativas e técnicas, sendo removida, em 2011, para a

---

<sup>9</sup> Disponível em <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em 17 ago. 2018.

Superintendência do órgão em Cuiabá. Na Superintendência também realizei funções administrativas, como Pregoeira oficial e Chefe da Divisão de Administração e Finanças (DIAF), por exemplo.

A vontade de estar em campo atuando na prática com atividades relacionadas à conservação ambiental e a possibilidade de estar mais próxima de casa me levaram a pedir redistribuição para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Após longo processo de análise, consegui permutar com colega e ser lotada como analista ambiental no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, em outubro de 2013. Desde meu ingresso na equipe do parque, fui designada como responsável pelos Programas de Educação Ambiental e Gestão Participativa da unidade. Dentre as atividades descritas no Plano de Manejo<sup>10</sup> para estes dois programas estão as demandas do Conselho Consultivo e as ações de educação e sensibilização ambiental. Segue daí meu relacionamento constante com as comunidades lindeiras ao parque.

Minha primeira experiência teórica com a educação ambiental se deu durante o processo formativo de analistas ambientais do ICMBio no Curso de Formação em Gestão Socioambiental, onde participei do III Ciclo de Formação em Educação Ambiental, entre os anos de 2014 e 2015.

Durante o processo formativo pude iniciar estudos sobre Educação Ambiental e entender que, para o ICMBio, a Educação Ambiental é fundamental enquanto ferramenta para a gestão de unidades de conservação (QUINTAS, 2006). A bagagem teórica que recebi no curso incendiou minha vontade para ampliar questionamentos acerca da crise ambiental e civilizatória que vivemos. Neste período, aprendi a importância da participação das comunidades locais para a preservação e conservação ambiental e o quanto é fundamental ouvir e respeitar seus saberes, visto que antes da criação das unidades de conservação eram elas que ali moravam e cuidavam destas áreas, hoje 'oficialmente' protegidas.

Percebi que nós servidores, analistas e técnicos ambientais representamos para os moradores locais um sistema que altera seus hábitos culturais com a imposição de legislação ambiental restritiva, um sistema que muitas vezes não realizou a devida indenização fundiária ou que desalojou/realocou comunidades de

---

<sup>10</sup> Plano de Manejo é o documento de referência para a gestão de uma unidade de conservação. Nele estão contidos programas que orientam trabalhos de educação ambiental, pesquisa, monitoramento de biodiversidade, fiscalização, gestão administrativa, entre outros. O Plano de Manejo do PNCG foi publicado em 2009 e está disponível em [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna\\_chapada-dos-guimaraes.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_chapada-dos-guimaraes.pdf).

seus locais de origem, nos casos das unidades de conservação de proteção integral<sup>11</sup>. Enquanto servidora, represento/sou para eles o poder do Estado, a mão forte, a repressão por meio das ações de fiscalização ambiental, a origem de muitos conflitos.

Para afastar qualquer possibilidade de ser ou parecer este ente autoritário e repressor, busquei na educação ambiental adotada pelo ICMBio e proposta por José Silva Quintas (educador ambiental e colega da carreira de especialista em meio ambiente<sup>12</sup>), um instrumental que pudesse me auxiliar no dia-a-dia da gestão ambiental do parque. A Educação para Gestão Ambiental de Quintas propõe a participação das comunidades em processos de ensino-aprendizagem que visam “uma consciência crítica acerca das instituições, atores e fatores sociais geradores de riscos e respectivos conflitos socioambientais” (LAYRARGUES, 2002, p. 189).

Através da Educação para Gestão Ambiental, encontrei na educação uma forma de mediação nesse território tensionado em que me encontro, e de fortalecimento daqueles que são o elo mais fraco do processo decisório sobre o uso dos bens naturais – as comunidades rurais.

O Curso de Educação Ambiental me estimulou a aplicar tais conhecimentos na prática, testar minhas habilidades e aprimorar minhas atitudes participativas na organização e realização de reuniões do Conselho Consultivo do parque nacional.

A vontade de aprimorar meus conhecimentos, ampliar diálogos e aprender mais sobre educação me levou ao Mestrado em Educação no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso – IE/UFMT, onde escolhi a linha de pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular e fui aprovada como mestranda em dezembro de 2017, sendo aceita para fazer parte do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte – GPEA.

É no GPEA que aprendo a pensar e agir como pesquisadora. No GPEA se faz pesquisa *no* e *com* o grupo, sempre unindo a episteme teórica, a práxis reflexiva e um arcabouço axiomático bem definido em valores éticos e ações engajadas,

---

<sup>11</sup> De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela Lei Federal nº 9.985/2000, unidades de conservação de proteção integral são aquelas criadas para preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus bens naturais, com exceção dos casos previstos na Lei. São elas os parques nacionais, as estações ecológicas, as reservas biológicas, os monumentos naturais e os refúgios de vida silvestre.

<sup>12</sup> Criada pela Lei Federal nº 10.410/02 carreira de especialista em meio ambiente é composta pelos cargos de gestor ambiental e administrativo, analista ambiental e administrativo, técnico ambiental e administrativo e auxiliar administrativo, abrangendo cargos de pessoal do Ministério do Meio Ambiente, do IBAMA e do ICMBio.

atuando em consonância com as necessidades de grupos menos favorecidos pelo *mainstream* econômico. No momento, o GPEA foca seus trabalhos em pesquisas relacionadas a emergência climática e suas consequências para a natureza e para pessoas em situação de vulnerabilidade, liderando pesquisas da Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental (REAJA).

Nesse grupo, é possível sentir o calor da chama que arde durante as lutas compartilhadas. Ao pensar nas ações desenvolvidas associo muito a resistência do cerrado. Os mais sábios afirmam que o cerrado é calejado contra o fogo. É resistente, renasce das cinzas, literalmente. (SOUZA, 2019, p. 41)

Pelo interesse mútuo no assunto e por englobar o componente “sensibilidade” para além da racionalidade científica, escolhi o GPEA para compartilhar este percurso investigativo, e fui calorosamente acolhida.

A pesquisa feita pelo GPEA é recheada de CONFETOS – conceitos e afetos -, onde o grupo pesquisador é autor e ator de pesquisas, produzindo conhecimento coletiva e cooperativamente, ouvindo-se atentamente culturas de resistência expressas nas diversas experiências populares para, a partir delas, interpretar e produzir ciência (SATO; GAUTHIER; PARIGIPE, 2005, p. 112).

Assim é a Educação Ambiental desenvolvida pelo GPEA, que adoto como referência pois, para além de uma ferramenta de gestão, da educação ou do ambientalismo, se apropria da arte e da comunicação dialógica, do respeito pelos aspectos múltiplos das culturas populares – sua razão, intuição, gestualidade, imaginação -, para fazer pesquisa com o corpo inteiro, para fazer ciência com consciência.

Além do meu envolvimento profissional, resido em uma chácara vizinha ao parque e, como todos os moradores de áreas rurais do Cerrado, acompanho a temporada de seca com apreensão, temendo por qualquer sinal de fumaça nas redondezas. A destruição da natureza pelo fogo dos incêndios florestais não me atinge somente enquanto analista ambiental do PNCG, não afeta somente minha saúde com a poluição atmosférica, não ameaça apenas minha casa da destruição. Para mim, a natureza não está restrita ao ambiente natural, eu sou parte desta natureza, assim como todos os demais seres vivos. Portanto, o fogo que destrói a natureza, que polui o ar, que seca as nascentes, que mata os animais e as plantas, que afeta a produção agropecuária dos pequenos sítiantes, que altera o equilíbrio natural da vida, também me atinge, me queima.

Este sentimento de interrelação do *eu-outro-mundo* que sinto está presente na obra de Merleau-Ponty (1999) e retrata esta condição de indissociabilidade

entre ser humano-natureza. Eu coabito o mundo e nele me entrelaço em tempo e espaço. Tudo o que acontece ao meu redor me toca e me significa, assim como o inverso. Daí emerge meu senso de responsabilidade para comigo, com os outros e com o mundo.

Passos e Sato (2002) explicam brilhantemente este sentimento no trecho a seguir:

Somos seres situados, consciências, já de antemão, por sua própria essência, referenciadas e, em parte, constituídas por um *alter*, que não somos nós próprios e sem o qual não somos. Desta forma, somos dados e constituídos a um só tempo. Mas mais que isso. Não existiria nenhum eu *constituído* que não fosse simultaneamente *constituente*. A natureza de nossa percepção nos leva a viver uma condição humana universal, irreduzível à privacidade. E das malhas destas relações epistemo-praxiológicas resultaria consequências imediatamente ético-políticas, das quais, como sujeitos irremediavelmente livres, somos responsáveis. Responsáveis pela comunidade que vivemos, responsáveis pela sociedade, e por esta biosfera, que mantem o elo da vida como sua própria essência de manutenção. (PASSOS; SATO, 2002, p. 5)

Esta essência da vida que eu tanto prezo e que está detalhado na transcrição acima, também está presente nos moradores das comunidades vizinhas ao parque. Esta é uma das características das comunidades tradicionais rurais (BRANDÃO, 2015), herdeiras de povoadores ancestrais, onde a relação ser humano-natureza está baseada na solidariedade, no respeito mútuo e no coletivo.

Para Brandão, comunidade “é a paráfrase do lugar-humano” (2015, p. 353). Já a comunidade tradicional é aquela que legitima seu espaço através de um trabalho coletivo de socialização da natureza. Seus membros são ou se reconhecem enquanto descendentes dos fundadores locais, portanto, “herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral [...]” (BRANDÃO; LEAL, 2012, p. 74). Segundo o autor, as comunidades não se fazem tradicionais “por meio de alguns traços folclorizáveis de sua cultura”. Elas ‘tradicionalizam-se’ como forma de defesa, “Como um modo de existir dividido entre a relação dependente com o ‘mundo de fora’ e uma protegida quase-invisibilidade” (BRANDÃO, 2015, p. 360). Suas memórias registram os padrões de cultura e modos de vida próprios, criados, vividos e sofridos a partir de experiências de lutas, ameaças e resistências.

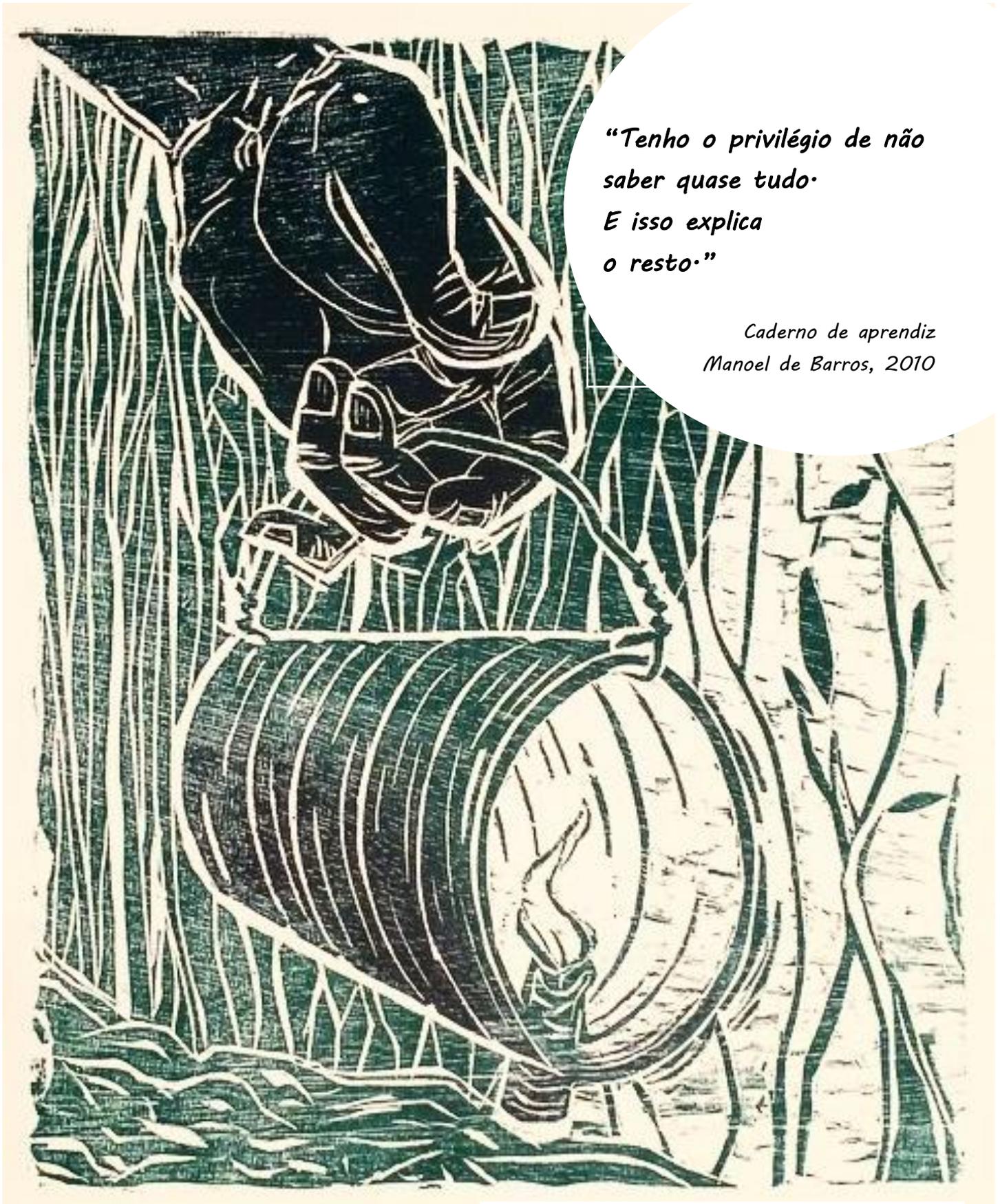
Esta minha visão ideológica e científica de natureza é neles enraizada, naturalizada. Talvez por isso eu tenha enxergado neles um espelho daquilo que eu gostaria de ser e estar, com quem eu gostaria de aprender e cultivar o respeito à natureza, ao próximo, à vida.



CAPÍTULO 2  
“A Chama de uma Vela”

*“Tenho o privilégio de não  
saber quase tudo.  
E isso explica  
o resto.”*

*Caderno de aprendiz  
Manoel de Barros, 2010*





O título deste capítulo é uma referência ao livro de Gaston Bachelard “A Chama de uma Vela”, publicado em 1989, pela editora Bertrand Brasil. A obra serve de inspiração por apresentar os valores presentes na observação hipnotizada da chama da vela, a valorização das imagens vividas, a estética metafórica da imaginação e a consciência do claro-escuro do ser e da vida.

A verticalidade da chama de uma vela demonstra a vontade em seguir sempre avante, para o alto, na espiral, na busca do calor dos saberes, a vontade de manter a chama do conhecimento acesa. Por isso escolhemos a chama da vela como metáfora para apresentar as escolhas epistemológicas, os valores, a metodologia, enfim, a educação ambiental que adotamos.

Fogo traz luz, nos conecta com a consciência, com o conhecimento. Fogo é calor, abraça as memórias e aquece pensamentos. Bachelard nos ensina que “a vida é um fogo” e a chama, o ponto de partida do ser vivo (1989, p. 67). Para ele, a observação do fogo é uma observação hipnotizada: impressão primitiva repleta de devaneios insolentes, terreno propício para desencadear nossa investigação. Ao observar a dança da chama de uma vela, encantamo-nos, devaneamos, entorpecemo-nos de curiosidade. Com ela, clareamos este percurso investigativo.

A chama da vela faz um recorte daquilo que se observa, delimita o claro-escuro da vida. Ao tempo em que ilumina determinado objeto, o menor sopro interfere nas imagens observadas, apresenta novas nuances, novas cores. Volátil como os conceitos, a fragilidade da chama faz a luz serpentear, iluminando ora uma coisa, ora outra. Por isso partimos de premissas e noções, apresentando-as a seguir.

## 2.1 Premissas epistemológicas

Nesta dissertação sobre o fogo no cotidiano dos participantes da pesquisa, o conhecimento comum encontra destaque. De acordo com Maffesoli (2007), conhecimento comum é o conhecimento ordinário, a complexidade cotidiana, a ‘cultura primeira’ que busca pensar as ‘artes do fazer’. Para exemplificar o valor das experiências vividas, o autor cita Manheim, para quem “o pensamento ‘não se acha limitado aos livros, mas tira a sua significação *principal* das experiências da vida cotidiana...” (MAFFESOLI, 2007, p. 214).

Concordamos com Maffesoli e Manheim. Por isso, essa dissertação é recheada de vivências. A pluralidade das experiências do dia-a-dia apresenta-se

enquanto fenômeno social repleto de significados e significâncias. E essa multiplicidade de vivências reflete a complexidade do mundo.

Para dar conta desta miríade de sentidos e experimentações, escolhemos a fenomenologia como arcabouço epistêmico da dissertação pois

A fenomenologia interpreta sentidos polissêmicos, suscitando as relações entre os humanos, não humanos, coisas e natureza, sem que nada ou ninguém perca a singularidade dos sentidos. Isso não implica que somos seres isolados, pois somos seres conjugados no tecido social que pulsa na respiração planetária. Somos janelas do mundo, espelhos do cosmos: nossos olhares sempre são constituídos de bagagens históricas, experimentações, sensações e sentimentos. (SATO, 2016, p. 22)

Tendo como objeto da pesquisa o fogo no cotidiano das comunidades estudadas, buscamos Bachelard, filósofo que se debruçou sobre as dualidades do fogo sob a perspectiva do imaginário, para alicerçar interpretações e devaneios. A fenomenologia bachelardiana encontra

[...] a ação dos valores inconscientes na própria base do conhecimento empírico e científico. Cumpre-nos, pois, mostrar a luz recíproca que vai constantemente dos conhecimentos objetivos e sociais aos conhecimentos subjetivos e pessoais, e vice-versa. (BACHELARD, 2008. p. 15).

Gaston Bachelard se debruçou tanto sobre questões epistemológicas da ciência como abriu espaço para o imaginário e a arte para explicar o processo de formação humana. Seus trabalhos sob o signo do conceito são chamados “diurnos”, enquanto suas obras “noturnas” recorrem ao signo das imagens. Nesta fase, o autor emprega os elementos água, terra, fogo e ar para embasar análises e psicanálises poéticas que, alquimicamente, relacionam o ser humano e suas subjetividades.

Para esta pesquisa, utilizamos como fonte de inspiração as obras noturnas de Bachelard que versam sobre o fogo: A chama de uma vela (1989), A psicanálise do fogo (2008) e Fragmentos de uma poética do fogo (1990). Assim como o autor e suas dualidades – diurno e noturno, também o fogo tem características opostas – bom e ruim. Sua indissociabilidade está demonstrada nas experiências individuais e coletivas narradas pelos participantes da pesquisa.

Nossa investigação científica perambula entre o individual e o plural, o eu e os outros, o eu *com* os outros, subjetivo e objetivo, o *animus* e o *anima*, eu e o fogo, nós e o fogo, o fogo em nós.

Recheada de incompletude, como a vida cotidiana, a pesquisa embasada na fenomenologia desvia da função utilitarista das ciências modernas: não pretende promover uma “mediação pedagógica” ou buscar soluções tecnológicas (SATO et

al., 2013, p. 19). No vai-e-vem investigativo desta pesquisa, não procuramos apenas compreender o fogo como recurso empregado pelas comunidades, buscamos transcender sua funcionalidade para revelar a essência do fogo na cultura local.

Enquanto proposta de educação ambiental, a pesquisa privilegia não somente a racionalidade científica, mas principalmente o percurso subjetivo da construção e produção do saber.

O processo educativo se faz presente pela aprendizagem coletiva do "outro" e dos sujeitos envolvidos nos processos de pesquisas, e também na admiração e descoberta do "mundo" pelas viagens de campo. Colóquios de estudos e pesquisas empíricas, deste modo, carregam sempre um maravilhamento coletivo, ainda que mantenha o estranhamento solitário indissociável do processo. (SATO; SENRA, 2009, p. 143)

A citação acima exprime o modo como as pesquisas de educação ambiental se desenvolvem no Grupo Pesquisador de Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA), de forma coletiva e participativa, assim como esta foi realizada. O jeito gpeano de pesquisar, que mistura a episteme conceitual e científica com uma prática crítica e reflexiva, não se olvida em demonstrar com quem e contra quem fala, deixando clara sua dimensão ética, os valores e a postura ideológica que carrega.

A educação ambiental de que tratamos busca, para além da construção e produção de saber, que os integrantes das comunidades “se reconheçam enquanto protagonistas de suas próprias histórias, vivências e lutas, se situando e compreendendo seus próprios significados por meio da valorização de sua cultura e de seus modos de vida” (SOARES, 2018, p. 90). Desta forma, percebem sua própria identidade.

[...] tudo o que envolve a identidade e a própria consciência humana – aquilo que permite ao homem não apenas conhecer, como os animais, mas se conhecer conhecendo, o que lhe faculta transcender simbolicamente o mundo da natureza de que é parte e sobre o qual age – é uma construção social que acompanha ao longo de sua história o acontecer do trabalho humano, ao sair-de-si, unir-se a outros e agir sobre o seu mundo e sobre si-mesmo. (BRANDÃO, 2009, p. 731)

Esta percepção de sua identidade e sua relação com o outro e com o mundo alicerça sua condição comunitária e embasa os saberes coletivos repassados de geração em geração através de uma educação popular.

Assim como Brandão, entendemos que é possível aprender diretamente “*do e com o meio natural, naturalmente, bem como uns com os outros e uns entre os outros, culturalmente*” (BRANDÃO, 1984, p. 7). A prática pedagógica existe imersa

em outras práticas sociais, como no trabalho, onde “os mais velhos *fazem e ensinam* e os mais moços *observam, repetem e aprendem*” (idem, p. 7). Ela também está presente nos rituais de celebração coletiva, onde as pessoas cantam, dançam, celebram e ensinam ritos aos mais jovens, como uma codificação da vida social, em que tais atos representam a memória, a identidade e a cultura dos diversos grupos sociais. Assim é a educação popular de que tratamos.

Baseada nesta educação popular, a pesquisa comunga a episteme da educação ambiental com a práxis reflexiva, concretizada no fazer e agir das vivências e *com-vivências* com as comunidades vizinhas ao PNCG, sem perder de vista a dimensão axiomática de valores, crenças, sonhos, ética e olhar político inerentes à educação ambiental.

Diferentemente da Educação para Gestão Ambiental adotada pelo ICMBio, as ações de educação ambiental desenvolvidas nesta pesquisa vão além, com a valorização e divulgação dos saberes populares locais como forma de fortalecimento das comunidades estudadas.

Queremos tratar da Educação Ambiental não como estratégia ou instrumento, mas desejo entendê-la e fazê-la princípio que respeita as diversidades e percebe a importância dos saberes locais como fundamentos valiosos que precisam ser retomados e respeitados, pois o esquecimento ou a desvalorização do dito “tradicional” ou “selvagem” ou “subdesenvolvido” nos trouxe a crise socioambiental e a miséria da condição do ser humano na atualidade. (KAWAHARA, 2015, p. 28).

Ao incluir diálogos acerca de temas ambientais, estimulamos discussões sobre questões que os afetam, como a ocupação territorial, lixo, saúde, transporte, educação formal (escolas), produção econômica e comércio local. Estimular a percepção da interrelação entre todos estes assuntos, suas causas, consequências e caminhos a trilhar é papel da educação ambiental.

A educação ambiental popular bebe da cultura popular seu mais puro néctar. É nesta cultura que encontramos as raízes dos assuntos que questionamos, sobre os quais argumentamos, criticamos, apreendemos e aprendemos conjuntamente com as comunidades. A cultura popular, esse trabalho de transformar e significar o mundo em que se vive, realizado por uma ação coletiva social e naturalmente motivada, encontra-se oprimida pela homogeneização imposta pela modernidade globalizada.

## 2.2 Dançando com a chama, mapeando os saberes populares do fogo

O mapeamento dos saberes populares apresentado nesta dissertação oferece poder de escuta e fala a comunidades invisibilizadas no processo de ocupação do território mato-grossense. Ao externar a cultura popular, o mapeamento social, realizado com e pelos moradores das comunidades de São Jerônimo e Água Fria, figura como um percurso dialógico importante na educação ambiental, por trabalhar temas como a sustentabilidade dos ambientes (SILVA, 2011), a crise climática e o Bem Viver das comunidades a partir de práticas cotidianas que empregam o fogo.

Ao longo da dissertação e do cotidiano dos participantes da pesquisa, este fenômeno natural - o fogo, revela-se enquanto experiência vivida, enquanto conhecimento social. Ao 'manipular' o fogo, aprendemos, respeitamos, aperfeiçoamos nosso conhecimento. Ao estimular diálogos sobre o fogo, trocamos saberes, experiências, e buscamos restituir aos sábios do fogo sua força, seu *poder*.

O Mapa Social (SILVA, 2011) é, portanto, a metodologia escolhida para trilhar o percurso do fogo – este *ser* social (BACHELARD, 2008) dialógico - no cotidiano das comunidades estudadas.

A metodologia *Mapa Social* [...] busca mapear as identidades e os conflitos socioambientais vivenciados nos territórios por meio das autodenominações e das autonarrativas dos grupos sociais em condições de vulnerabilidade. (SILVA; JABER-SILVA, 2015, p. 204).

A metodologia foi criada em 2008 pelo GPEA e contou com a participação e o apoio de diversos atores sociais parceiros. Teve como objetivo inicial evidenciar grupos sociais, conflitos e injustiças ambientais negligenciados pelo Estado por ocasião da elaboração do Zoneamento Socioeconômico Ecológico de Mato Grosso (ZSEE-MT). De abordagem qualitativa, “tem aporte na pesquisa participante com cunho etnográfico, que facilita a aliança entre pesquisas acadêmicas e movimentos populares” (SATO; SILVA, 2010, p. 264). Desde então, vem sendo utilizada em diversas pesquisas para evidenciar a identidades e culturas esquecidas no processo de ocupação territorial causado pela “exploração da maioria pela minoria hegemônica” (SILVA; JABER; SATO, 2012, p. 11).

Ao impor políticas públicas como a Política do “Fogo Zero” sobre comunidades que tem o uso do fogo como prática tradicional para manutenção de seus modos de vida, o governo contribui para invisibilizar a cultura do fogo e as identidades culturais das comunidades da Água Fria e do São Jerônimo. Ao ouvir e repercutir vozes até então negligenciadas, procuramos “combater as secas

geradas pelas queimadas e desmates que dão consequências às cercas que segregam mundos tão desiguais” (SATO; SENRA, 2009, p. 142).

Mapear os saberes populares associados ao fogo significa, então, revelar quais são estes saberes, como são empregados e transmitidos, como influenciam as comunidades e a natureza.

O Mapa Social apresenta-se consonante com os objetivos da pesquisa por ser elaborado

com e pelos grupos envolvidos, e conduzidos como um percurso dialógico importante para a educação ambiental, peculiarmente, por trabalhar o cotidiano da comunidade, suscitando um pensamento e um fazer que busque uma reflexão das tramas territoriais, dos significados comuns e dos grandes desafios da sustentabilidade ambiental daquele território. (SILVA; JABER-SILVA, 2015, p. 204).

Ao registrar informações da tríade habitantes-hábitos-*habitats*, o Mapa Social permite identificar saberes e ações específicas dos participantes da pesquisa, e caracterizar práticas ambientais singulares, resultantes de sua relação com *o outro*, de *ser-em-grupo* e de *ser-com-a-natureza*.

Certeau (2000, p. 215) diz que “onde o mapa demarca, o relato faz uma travessia”. É este percurso vivido, experienciado, que demonstra a riqueza de técnicas e táticas de sobrevivência e de existência dos moradores das comunidades.

Ao utilizarmos autonarrativas dos moradores mais antigos apresentamos as imagens presentes nas suas memórias vividas; ao narrar-se, os participantes não apenas evidenciam a localização de seu grupo, mas registram seus modos de vida, reforçam suas identidades, revivem suas memórias pretéritas ajustando-as ao presente (SILVA, 2011, p. 46). As entrevistas revelam imagens do fogo que ressoam nas suas memórias e que repercutem sua forma de ver o mundo e de se enxergar nele.

Comungando imagens cartográficas apresentadas nas reuniões/oficinas de mapeamento com narrativas dos moradores mais antigos das comunidades estudadas, o Mapa Social realiza seu percurso exploratório, levando-nos numa caminhada por trilhas culturais que perpassam os hábitos relacionados ao fogo dos habitantes das comunidades São Jerônimo e Água Fria, em seus respectivos *habitats*.

As narrativas construídas nestes locais têm temperos de história, valores, fé e mitos que perfazem a etnografia de cada nação, aqui compreendida como porção de um território com paisagens naturais mescladas nas identidades dos sujeitos que ressignificam e recapitulam a filogenia à luz da ontogenia. (SATO; SENRA, 2009. p. 143)

Os diálogos presentes nas atividades de mapeamento e entrevistas, estimulados pelo tema gerador Fogo e entremeado de vivências e *com-vivências* dos vários participantes da pesquisa criam uma conversação multirreferencial que enriquece o mosaico de saberes.

Tematizar a entrevista fenomenológica como um procedimento metodológico em pesquisa qualitativa, orientada pela fenomenologia, possibilita ter como foco o processo de pesquisa como um todo. A escolha de um método de inspiração fenomenológica parece o mais adequado quando se pretende investigar e conhecer a experiência do outro, uma vez que o ato do sujeito de contar a sua experiência não se restringe somente a dar a conhecer os fatos e acontecimentos da sua vida. Mas significa, além de tudo, uma forma de existir com-o-outro; significa compartilhar o seu ser-com-o-outro (SOUZA, 2019, p. 98)

As referências variadas, quando unidas sob a égide da liberdade do diálogo, refletem diversidades e diferenças presentes no tempo e no espaço das comunidades, e podem até esbarrar em conflitos e obstáculos - interferências inevitáveis, mas que contribuem para a construção coletiva de conhecimentos duradouros (SATO; SENRA, 2009).

Unir comunidade tradicional e comunidade acadêmica em diálogos abertos e fecundos entremeados pelo tema Fogo é como atizar a lenha do fogão caipira: nas panelas de barro socado à mão se faz comida saborosa, temperada de saberes populares. Enquanto o caboclo faz a comida, o pesquisador põe a mesa: coloca os pratos, organiza *talleres*, dispõe copos para serem preenchidos com pensamentos. Juntos, saboreamos o fruto da terra - a cultura popular, compartilhamos conhecimentos diversos, alimentamos corpo, mente e alma. Aquecida no calor das lascas de angico a água ferve para um café com aroma de memória. E se aparecer mais gente para o banquete de cultura, é só cutucar o braseiro e por mais água no feijão!

O mapeamento feito com e pelos participantes da pesquisa apresenta seus modos de vida, valores, crenças e rituais, necessidades, problemas socioambientais, identidades e muitos outros aspectos da vida em comunidade. Esta cartografia participativa vai além “da frieza da geografia física, temperando os territórios com a adição vital do elemento antrópico” (SATO et al., 2013, p. 18).

Este mapeamento social dos saberes populares associados ao fogo não contém como resultado um mapa físico que possa, por exemplo, localizar onde o fogo era usado para a produção de bens de subsistência das comunidades, pois todo o território, à princípio, tinha no emprego do fogo uma prática habitual. Hoje, com a Política do “Fogo Zero”, só se usa fogo para a cocção de alimentos e,

eventualmente, para práticas religiosas. Não há mais relatos de uso do fogo na produção agropecuária, especialmente porque as terras hoje “têm dono”, não são mais coletivas. Há relatos de uso do fogo para a queima de lixo<sup>13</sup>, mas como a prática é considerada crime pela legislação, ninguém assume seu uso ou local onde ocorrem.

Desta forma, é impossível apontar num mapa as diversas manifestações culturais onde o uso do fogo se fez e faz presente. Apenas registramos coletivamente a presença destes saberes, fundamentais para a manutenção do Bem Viver das comunidades. Tais saberes figuram como instrumentos capazes de identificar possíveis políticas públicas que reflitam não só as realidades vividas pelos moradores das comunidades de São Jerônimo e Água Fria, mas também podem contribuir com a diminuição da incidência de incêndios florestais na região.

Para elaborar a pesquisa, partimos do conceito de manejo adaptativo (ARONSON et al., 2011), que “compreende intervenções deliberadas no ecossistema durante sua trajetória, visando superar filtros ou barreiras que dificultem sua evolução rumo ao estado desejado”. Significa, portanto, aprender pela prática, respeitando-se o conhecimento dos diversos atores sociais envolvidos, a fim de construir significados e inter-relações úteis para o processo de restauração de ecossistemas.

Cientes de que moradores de comunidades rurais tradicionais do Cerrado possuem saberes específicos de manejo de fogo, empregando-os para sua subsistência ao longo dos tempos, buscamos entender como tais saberes podem contribuir para a redução de incêndios florestais na região. Cientes também que os incêndios florestais contribuem significativamente para o colapso climático, cujos reflexos afetam os modos de viver das comunidades, procuramos identificar práticas tradicionais de uso do fogo que possam ser empregadas no Manejo Integrado do Fogo (MIF) no interior do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG) e que possam ser aplicadas também em seu entorno, onde estão localizadas as duas comunidades escolhidas para as ações de educação ambiental: Água Fria e São Jerônimo.

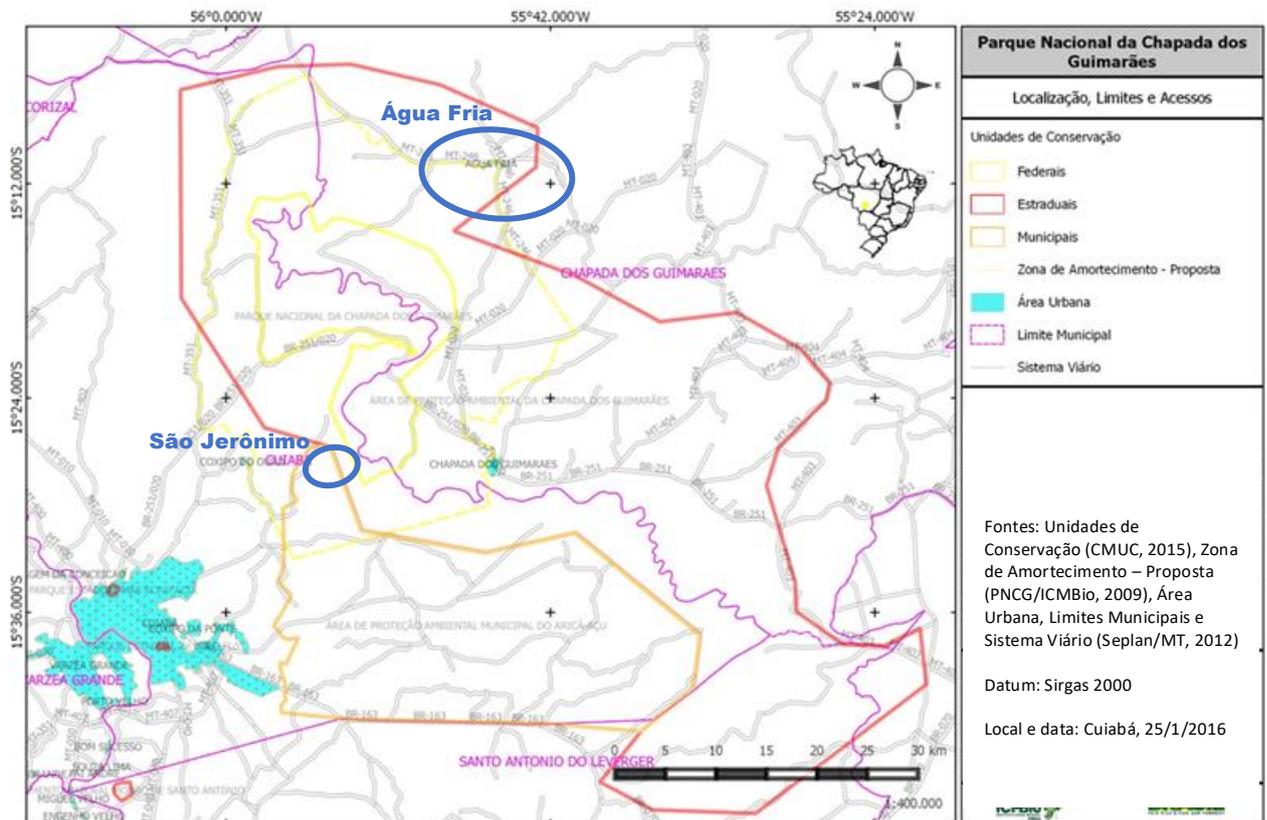
As comunidades têm características diametralmente opostas, o que pode suscitar interpretações comparativas instigantes.

---

<sup>13</sup> Como veremos no Capítulo 4 – Fogueira, a queima do lixo não é uma prática tradicional, mas uma ação impulsionada pelo “progresso” e pela ausência de serviços públicos nas localidades distantes dos grandes centros urbanos, como é o caso das comunidades da Água Fria e do São Jerônimo.

A figura 2 mostra a localização das duas áreas em relação aos municípios que pertencem, e como estão inseridas em unidades de conservação de uso sustentável estaduais.

Figura 2 – Localização das comunidades estudadas em relação aos municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, MT.



Fonte: Luiz Gustavo Gonçalves/ICMBio, 2016, adaptado pela autora.

A comunidade São Jerônimo está localizada “morro abaixo”, na planície cuiabana, justaposta a área do PNCG, logo abaixo das áreas mais elevadas do parque, cujo cume é o Morro São Jerônimo. Esta comunidade, por conta das características geográficas locais, é atingida frequentemente por incêndios florestais, cujas chamas serpenteiam as morrarias, queimando indiscriminadamente áreas protegidas e particulares, e dificultando as ações de combate ao fogo.

O Distrito da Água Fria é uma das mais antigas ocupações de Chapada dos Guimarães. Localizado “serra acima”, é formado por um grupo de pequenas comunidades tradicionais irmanadas, centralizadas numa vila, a Água Fria. Seu aglomerado humano é mais distante do PNCG e não há muitas ocorrências de incêndios florestais originários desta região que atingem a unidade de

conservação. São da Água Fria a grande maioria dos brigadistas contratados para trabalhar na prevenção e combate aos incêndios florestais no PNCG.

Para desenhar esta dissertação, foi realizado inicialmente um levantamento de pesquisas anteriores que versam sobre saberes populares associados a fogo, ações de educação ambiental e popular relacionadas a fogo, mudanças climáticas e Bem Viver, temas fundamentais para a compreensão das diversas dimensões ontológicas imbricadas na dissertação. Nas seções seguintes explicaremos mais especificamente como o fogo e os incêndios florestais se relacionam como crise climática e o Bem Viver das comunidades estudadas.

As atividades de campo do Mapa Social foram realizadas em duas etapas, separadas da seguinte forma: a primeira etapa foi desenvolvida entre setembro e dezembro de 2018 e culminou com a realização de oficinas de mapeamento (uma em cada comunidade). Iniciamos os trabalhos com visitas planejadas às comunidades estudadas para informar aos possíveis participantes o teor da proposta, convidando-os à participação. Neste momento de engajamento, contamos com o apoio de brigadistas e veículos do PNCG, fundamentais para nos apresentar às pessoas e nos conduzir entre as precárias estradas.

A figura 3 demonstra a dificuldade para se chegar à comunidade da Água Fria. Com a estrada em obras e o início do período chuvoso, percorrer os quase trinta quilômetros sem asfaltamento tornou-se uma aventura que só foi possível de ser concluída com veículos com tração 4X4 do PNCG.

Figura 3 - Obras em estrada vicinal no caminho para a Água Fria



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

O acesso à comunidade São Jerônimo também passou por obras. O percurso mais curto e a possibilidade de dois caminhos disponíveis não facilitou o acesso, transponível após a passagem por diversas “lagoas” cujas águas superavam o capô das caminhonetes traçadas.

As reuniões de mapeamento foram agendadas, de acordo com orientação dos presidentes das associações locais para acontecer aos sábados, com duração de um dia, e participação aberta a todos os moradores interessados. Os locais escolhidos eram conhecidos dos moradores e com estrutura para a realização das atividades planejadas.

A primeira reunião de mapeamento aconteceu em 24 de novembro de 2018 na sede da Escola Estadual do Campo São José, no centro do Distrito da Água Fria e a segunda, na sede da Associação de Pequenos Produtores Rurais do São Jerônimo, em 1º de dezembro de 2018, na comunidade São Jerônimo.

As imagens 4 e 5 mostram os participantes das reuniões de mapeamento durante o diálogo em grupo.

Figura 4 - Reunião de mapeamento na comunidade Água Fria



Fonte: João Almeida, 2018.

Figura 5 - Reunião de mapeamento na comunidade São Jerônimo



Fonte: João Almeida, 2018.

De acordo com a metodologia do Mapa Social, as atividades das reuniões de mapeamento são organizadas por grupos de trabalho, conduzidas por um facilitador/mediador e um relator. As oficinas de mapeamento foram marcadas pela livre troca de informações acerca dos assuntos-temas: o fogo no cotidiano das comunidades, a crise climática e o Bem Viver das comunidades.

As atividades propostas na oficina utilizaram diversos instrumentos facilitadores, como mapas impressos em grande escala (1:4.000 para as imagens do Google Earth da comunidade Água Fria e 1:7.000 para as do São Jerônimo), objetos que remetiam ao uso do fogo, vídeos, materiais para desenho disponíveis para interação com os participantes.

Os participantes foram recebidos com um café da manhã de boas-vindas e, logo após, convidados a externar o que o fogo representa para eles. Todos os presentes participaram, entre moradores das comunidades e membros do GPEA.

Em seguida, interagiram com duas instalações preparadas no local: uma mesa temática com objetos que remetiam ao fogo e um varal com frases que citam o fogo em diversas situações.

A figura 6 retrata parte da mesa temática, onde estavam dispostos itens como fósforos, lamparinas, incensos, aguardente, pimenta, velas, ferro a carvão,

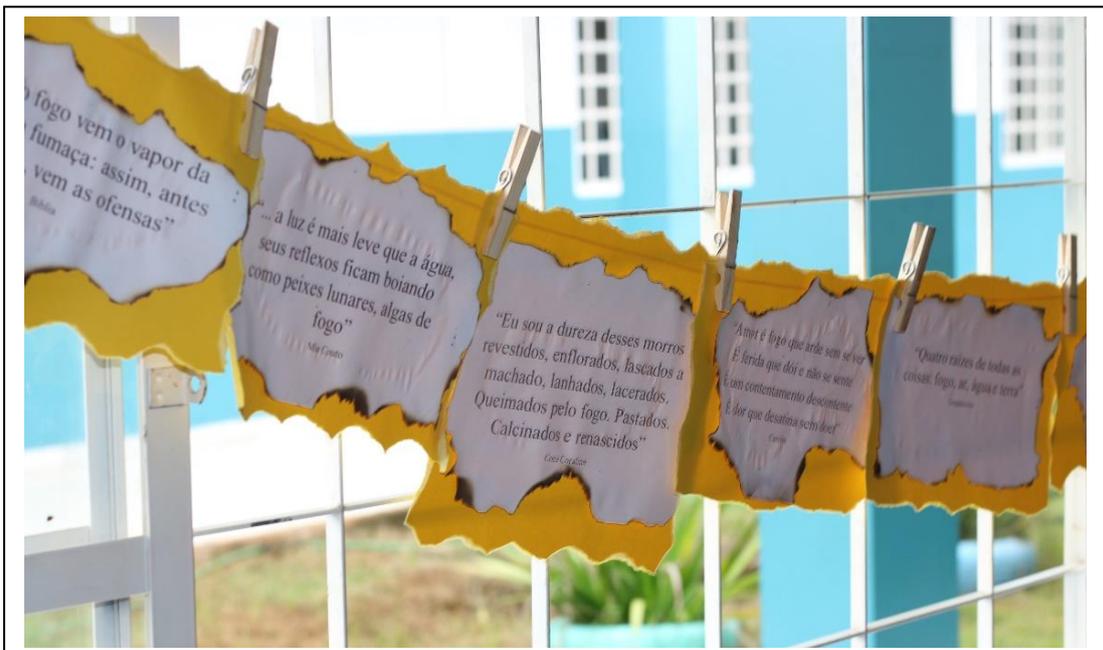
farinha de mandioca, gamelas, lenha, entre outros. A figura 7 mostra parte do varal de frases.

Figura 6 - Mesa com objetos que remetem ao fogo



Fonte: João Almeida, 2018.

Figura 7 - Varal de frases sobre fogo



Fonte: João Almeida, 2018.

Para complementar esta interação, foi apresentado pequeno vídeo com mais imagens sobre usos do fogo no cotidiano das pessoas e a coordenadora do GPEA fez breve apresentação sobre a metodologia do Mapa Social, para que os participantes pudessem entender como as atividades planejadas iriam ocorrer ao longo do dia.

Durante as oficinas de mapeamento nas duas comunidades estudadas, os participantes puderam anotar nos mapas impressos disponíveis seus usos tradicionais do fogo, apontando os locais onde o fogo era empregado (figura 8). Foram registrados nos mapas os locais mais frequentes onde ocorrem incêndios florestais. Também foram feitas listas com datas de acontecimentos culturais tradicionais - festas e celebrações - onde o uso do fogo está presente. Alguns grupos produziram desenhos ilustrativos de técnicas de uso do fogo. Todas as atividades foram registradas em áudio e fotos.

Figura 8 - Anotações sobre fogo em mapas georreferenciados – Água Fria



Fonte: João Almeida, 2018.

Ao final dos encontros, os comunitários apresentaram cartografias sociais de acordo com suas autonarrativas (figura 9), identificando suas relações com o fogo. Também indicaram pessoas - anciãos e anciãs locais - com os quais ampliamos o debate através de entrevistas posteriores.

Figura 9 - Apresentação do mapeamento social do fogo durante oficina na comunidade São Jerônimo



Fonte: João Almeida, 2018

No primeiro semestre de 2019 foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com seis moradoras e moradores dentre os mais antigos das comunidades estudadas. As conversas, onde exercitamos a escuta sensível, foram realizadas nas residências dos entrevistados, com agendamento prévio. Estes momentos foram registrados em áudio para facilitar a transcrição. Para preservar a identidade dos participantes escolhemos adotar codinomes que indicam alguma atividade desempenhada pelos entrevistados ao longo de sua vida.

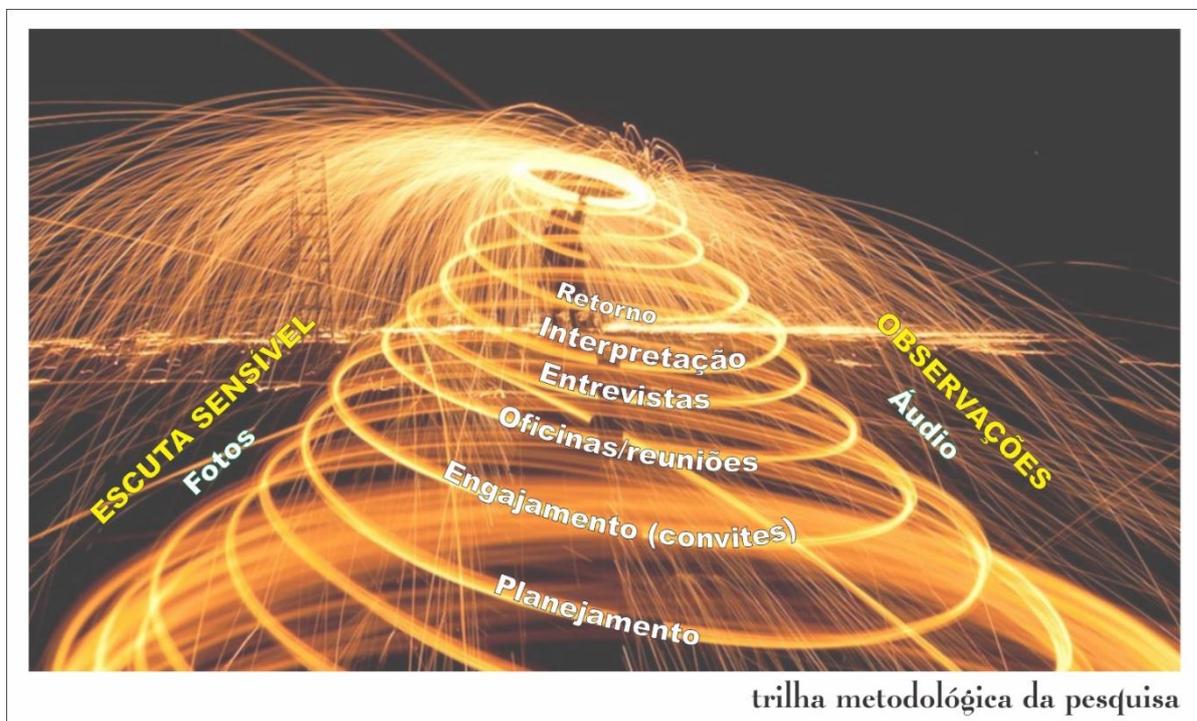
As duas atividades – reuniões/oficinas de mapeamento e entrevistas – seguiram um roteiro inicial proposto (Apêndices B e C), com objetivo de identificar não apenas as características dos habitantes, *habitats* e hábitos locais, mas principalmente registrar impressões vividas que ressoam em suas memórias.

Após a coleta de informações das autonarrativas, estas foram sistematizadas e combinadas com a episteme e anotações de campo, resultando em uma interpretação espacializada das diversas relações entre as comunidades estudadas e o fogo. A figura 10 representa o percurso dos procedimentos metodológicos adotado nesta pesquisa.

Os resultados foram apresentados nas comunidades em novembro de 2019. Tais ações de retroalimentação educativa podem ser consideradas uma “Ecologia

de Saberes” (SANTOS, 2009), ao promover a interação e interdependência entre os saberes populares e científicos (idem, 2009, p. 48).

Figura 10 - Procedimentos metodológicos do Mapa Social



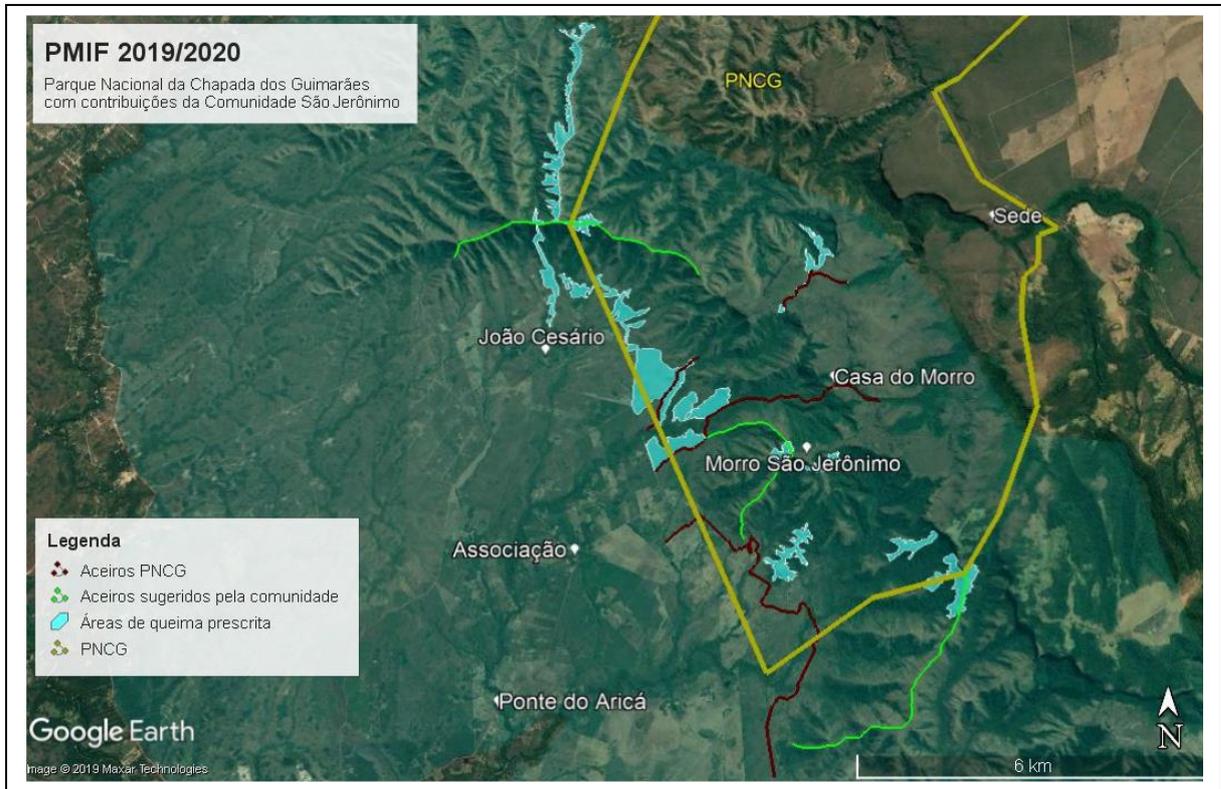
Fonte: Regina Silva e Flavia Bertier sobre imagem de Jeff Gamble, 2019.

Se a “Ecologia de Saberes” proposta por Boaventura de Souza Santos é o diálogo horizontal entre conhecimentos (SANTOS; MENESES, 2009, p. 7), reivindicamos levar mais adiante tal proposta, colocando em prática os saberes populares associados ao fogo aqui elencados nas ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF) dentro do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG), transformando esta ecologia de saberes em uma “Simbiose de Saberes”.

Durante a reunião/oficina de mapeamento na comunidade São Jerônimo, os participantes sugeriram a preparação de aceiros para evitar que os incêndios florestais que possam acometer o PNCG não adentrem nas áreas da comunidade. Tais sugestões foram consideradas pela equipe gestora da unidade de conservação quando da elaboração do planejamento bianual de ações de manejo e controle do fogo, como demonstra a figura 11. Moradores da comunidade foram convidados a participar das queimas prescritas<sup>14</sup> dentro da área protegida, em conjunto com a equipe de brigadistas, realizada em junho de 2019.

<sup>14</sup> Queimas prescritas são queimas intencionais realizadas com planejamento prévio. Em geral, são feitas quando ainda há umidade suficiente na vegetação e sob condições climáticas favoráveis, que contribuem para uma queima de baixa intensidade.

Figura 11 – Mapa do Plano de Manejo Integrado do Fogo (PMIF) 2019/2020 com sugestões dos moradores da comunidade São Jerônimo



Fonte: Flavia Bertier, modificada de Luiz Gustavo Gonçalves (PMIF/ICMBio, 2019).

Adiante, apresentamos como o “progresso” modifica as paisagens, altera a dinâmica da vida em comunidade, finca cercas e apaga saberes fundamentais para a conservação ambiental e a preservação dos modos de vida dos moradores das comunidades São Jerônimo e Água Fria.

Para elucidar tais alterações, além das informações do Mapa Social do fogo, os participantes da pesquisa foram questionados se identificam nas suas comunidades, ao longo do tempo, alterações climáticas que possam interferir em seu Bem Viver. Estes dois parâmetros – mudanças climáticas e Bem Viver - não são explicados a eles de acordo com o saber acadêmico durante as entrevistas e oficinas, pois nossa intenção é apresentar as impressões vividas por eles sobre os dois aspectos.

No entanto, para manter a transparência e permitir que a chama da ciência flua sem interferências de sopros externos, apresentamos a seguir noções<sup>15</sup> sobre

<sup>15</sup> Empregamos o termo “noção”, ao invés de “conceito”, pois acreditamos que a ciência está em constante mutação, assim como a vida. A “noção” indica um conhecimento relativizado, é repleta de heterogeneidade e evita que uma verdade local seja apresentada

os temas “mudanças climáticas”/“Crise climática” e “Bem Viver”, e como tais assuntos trazem luz à ciência e aos saberes associados ao fogo aqui aventados, ajudando-nos a desvelar práticas culturais invisibilizadas e a necessidade do uso do fogo pelos moradores das comunidades da Água Fria e São Jerônimo.

### 2.3 A crise climática e os incêndios florestais

O termo “mudanças climáticas” ganhou destaque mundial quando o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas<sup>16</sup> (IPCC – sigla em inglês para Intergovernmental Panel on Climate Change) da Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou seus primeiros resultados, em 1997, indicando que a ação humana estava acarretando alterações climáticas significativas que poderiam levar a Terra a situação irreversível de caos no seu delicado equilíbrio climático e ecológico. As causas principais indicadas pelo Relatório do IPCC à época da publicação eram o aumento das emissões de gases de efeito estufa<sup>17</sup> (GEE) oriundas da ação antropogênica. Tais gases armazenam calor na atmosfera e impedem que a radiação emitida pelo sol seja refletida de volta ao espaço, agravando o aquecimento do planeta.

As ações humanas que induzem as alterações climáticas estão relacionadas a atividades econômicas crescentes nos últimos 50 anos, como o desmatamento (por corte e/ou queima de vegetação nativa) para a implantação de sistemas agropecuários (monoculturas e pecuária), exploração de energia (produção e queima de combustíveis fósseis), processos industriais e resíduos (tratamento de efluentes e resíduos sólidos). Segundo dados do Relatório do Sistema de Estimativa de Emissão de Gases de Efeito Estufa - SEEG<sup>18</sup> (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2018), as emissões de GEE aumentaram pelo mundo todo devido ao incremento do consumo e da produção de bens, do aumento do uso de veículos individuais, do aumento da produção de energia para o sustento de parques

---

como uma verdade universal. Para Maffesoli (2007), o “conceito” é redutor e totalitário, enquanto a “noção” é capaz de apresentar as variantes da condição humana e da vida.

<sup>16</sup> O IPCC existe desde 1988, quando foi criado para promover avaliações regulares sobre as mudanças climáticas. Seus relatórios são referência mundial para o assunto. Em 2007, o 4º Relatório indicou que a ação humana é “muito provavelmente” (90% de probabilidade) a principal responsável pelo aquecimento global nos últimos 50 anos. Tais relatórios embasaram a elaboração de documentos importantes, como o Protocolo de Kyoto, firmado em 1997, e o Acordo de Paris, firmado em 2015 durante a 21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC (United Nations Framework Convention on Climate Change).

<sup>17</sup> Os principais gases de efeito estufa são o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) e o metano (CH<sub>4</sub>), entre outros.

<sup>18</sup> O Relatório SEEG está disponível para consultas no site [www.observatoriodoclima.eco.br](http://www.observatoriodoclima.eco.br).

industriais cada vez maiores e a falta de interesse governamental em investir em sistemas de tratamento de esgotos, energia renovável e outras soluções que possam diminuir a pressão sobre a natureza.

Escolhemos o Relatório SEEG 2018 para subsidiar esta pesquisa pois o mesmo é feito por uma rede de entidades independentes – o Observatório do Clima - que discute a questão das mudanças climáticas no contexto brasileiro. A periodicidade anual do Relatório SEEG, bem como sua acurácia (verificada pela correlação dos dados emitidos pelo Sistema SIRENE – Sistema Nacional de Registro de Emissões, dados estes oficiais do Governo Federal), justificam a escolha, além deste ser o único relatório que contém informações específicas sobre o Bioma Cerrado. O Relatório SEEG segue a metodologia de estudo desenvolvida e adotada pelo IPCC e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e faz parte de uma série de outros estudos periódicos sobre o tema, como o SEEG Global, o Monitor Elétrico e o Monitor Agropecuário.

Não adotamos o Relatório oficial do Governo brasileiro pois o inventário nacional é disponibilizado a cada cinco anos, com base em dados coletados cinco anos antes, portanto teríamos um interstício de dez anos de informações.

De acordo com o Relatório SEEG (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2018), no Brasil, o setor que mais contribui para a emissão de GEE e, por conseguinte, para o aquecimento global e as alterações climáticas, é o chamado Setor MUT – Mudanças de Uso da Terra, que engloba alterações de uso e cobertura do solo por desmatamentos, incêndios florestais, queima dos resíduos florestais e calagem do solo (adição de compostos nitrogenados destinados à “correção” do solo para o plantio).

O Cerrado sofre os processos de mudança de uso do solo. Após perder mais de 50% de sua cobertura vegetal, somente de 2001 a 2015 o Cerrado teve 10% de sua área natural convertida em áreas destinadas à agricultura ou pecuária (ou simplesmente desmatadas para consumo da madeira), sendo o segundo bioma brasileiro que mais padece com alterações humanas. O desmatamento no Cerrado brasileiro foi responsável pela emissão, em 2016, de 248 milhões de toneladas brutas de CO<sub>2</sub>e (soma de todos os GEE traduzidas em toneladas de CO<sub>2</sub>), o equivalente a 11% de todo o carbono que o país lançou no ar no período. O desmatamento no Cerrado cresce a uma taxa anual de 9.500 km<sup>2</sup>, sendo Mato Grosso o segundo estado que mais emitiu gases de efeito estufa no setor MUT no país em 2016. De 1990 a 2016, Mato Grosso foi responsável por 26% de toda emissão no setor MUT no Brasil (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2018).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM, 2018), quanto mais GEE emitidos na atmosfera, piores são os efeitos das mudanças climáticas e mais frequentes os seus eventos extremos, como as secas e os incêndios florestais.

Temos configurado, portanto, um cenário onde o desmatamento e a agropecuária contribuem massivamente<sup>19</sup> para a emissão de GEE, que se acumula na atmosfera incrementando o aquecimento global. As altas temperaturas diminuem a formação de nuvens de chuva, aumentando os períodos de estiagem. Os longos períodos de seca, aliados à restrição do uso do fogo impostos pelo Código Florestal brasileiro, contribuem para o grande acúmulo de biomassa e a disseminação de incêndios florestais de grande monta, especialmente no Cerrado. Incêndios florestais, por sua vez, liberam particulados e GEE na atmosfera, aumentam por si só a temperatura e agravam ainda mais o aquecimento global. E novamente o cenário cíclico se retroalimenta.

Registramos, no entanto, que no início da pesquisa, ainda em 2018, empregávamos o termo “mudanças climáticas” para nos referir às alterações do clima oriundas diretamente das intervenções humanas, semelhante à definição adotada pela Convenção das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC – United Nations Framework Convention on Climate Change), que a apresenta como sendo: “uma mudança do clima que é atribuída diretamente ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da *atmosfera* global, considerando-se a variabilidade climática natural observada sobre períodos de tempo comparáveis” (tradução livre do Glossário presente no Relatório Climate Change, da UNFCCC<sup>20</sup>).

A definição assumida pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) é bem mais amena e se refere a “quaisquer alterações do clima, seja em razão da variabilidade natural ou como resultado de atividades humanas”.

O relatório especial *Global Warming of 1.5°C*<sup>21</sup>, publicado pelo IPCC em 2018, ressalta a urgência para que o mundo tome uma atitude proativa para evitar o aumento da temperatura global acima de 1.5°C, tido pelos especialistas como o *turning point*, ponto limite de inversão onde os impactos causados à natureza não sejam mais passíveis de mitigação ou adaptação.

---

<sup>19</sup> De acordo com o Relatório SEEG 2018 (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2018), 51% de todas as emissões brutas de GEE brasileiras são oriundas do setor MUT, enquanto o setor agropecuário responde por 22% (dados referentes ao ano de 2016).

<sup>20</sup> Documento online disponível em <https://unfccc.int/process-and-meetings/the-convention/glossary-of-climate-change-acronyms-and-terms>. Acesso em 23 ago.2019.

<sup>21</sup> Documento disponível em <https://www.ipcc.ch/sr15/download/>. Acesso em 23 ago.2019.

Após esta publicação, pesquisadores, ativistas, jornalistas e autoridades passaram a utilizar o termo “Crise Climática” ou “Colapso climático” ao invés de mudança climática. O jornal britânico *The Guardian*<sup>22</sup>, por exemplo, adota desde maio de 2019 os termos *climate crisis* e *global heating*, e justifica que não nega a existência das mudanças climáticas naturais, mas que o momento pede ações emergenciais e atitudes mais ríspidas.

Negacionistas do clima entendem que as mudanças climáticas são fenômeno físico que ocorre no planeta de maneira exclusivamente natural. Ou seja, quando as modificações nas temperaturas, nas precipitações ou transformações dos padrões do vento são qualidades que estão presentes ao longo da história do planeta, independentemente das ações humanas. Na atual conjuntura política<sup>23</sup> mundial, faz-se imperativo adotar uma postura enérgica e uma terminologia que expresse a urgência nas mudanças de postura e governança que a situação requer.

Por isso, o Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) adota o termo “crise climática”. Realizando pesquisas relacionadas a Educação Ambiental e Colapso Climático desde 2010 e tendo desenvolvido diversos trabalhos em parceria com instituições científicas nacionais e internacionais, com financiamento de entidades nacionais e estrangeiras, o GPEA atualmente participa da Rede Internacional de Pesquisadores em Justiça Climática e Educação Ambiental (REAJA)<sup>24</sup>, que conta com a participação de cinco países (Brasil, México, Cuba, Espanha e Portugal) e sete estados de três regiões brasileiras. Na REAJA, debatemos assuntos relacionados a justiça climática, cultura, formação, comunicação e políticas públicas.

Contrária aos brandos consensos imanados pelo termo “mudanças climáticas”, esta pesquisa assume uma posição política que exalta a emergência ambiental em que nos encontramos atualmente. Contudo, durante as entrevistas e questionamentos feitos nas oficinas de mapeamento, ainda utilizávamos o termo mudanças climáticas; deste modo, ele ainda aparecerá em alguns momentos ao longo da dissertação.

Também questionamos a sanha desenvolvimentista e a ideia de que é o agronegócio que mantém a economia do Brasil, ou de que “o agro é POP”, como

---

<sup>22</sup> <https://www.theguardian.com/environment/2019/may/17/why-the-guardian-is-changing-the-language-it-uses-about-the-environment>. Acesso em 19 mai. 2019.

<sup>23</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldojose/2019/06/chanceler-requer-mudanca-climatica-refutado-em-2011.shtml>. Acesso em 28 jul. de 2019.

<sup>24</sup> Mais informações sobre as pesquisas estão disponíveis em [https://gpeaufmt.blogspot.com/p/reaja\\_31.html](https://gpeaufmt.blogspot.com/p/reaja_31.html).

veicula a mídia. Tal ideia não leva em consideração que o planeta tem limitações e que a exploração humana não se sustentará, muito em breve, da forma como vem sendo feita. E mais, não considera que os lucros obtidos com a exploração da terra são revertidos para poucos, os grandes latifundiários, enquanto que para a grande maioria da população rural resta apenas as consequências desta exploração capitalista: poucos empregos, expulsão de seus territórios de origem, cercas, solos degradados, mananciais secos, poluição das águas e do ar.

Desde as discussões da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1983), o modelo de desenvolvimento empregado nos países industrializados e copiado pelos países em desenvolvimento é questionado como insustentável, da forma como vem sendo implementado - baseado na produção e consumo crescentes, além da obsolescência planejada, incompatíveis com a limitação física da natureza. O Relatório Brundtland, resultante das discussões desta comissão, também chamado "Nosso Futuro Comum" (1987), propôs a conciliação entre o crescimento econômico e a exploração dos bens naturais através do que denominou de "desenvolvimento sustentável". Desenvolvimento sustentável é "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades" (BRUNDTLAND et al, 1987).

Fica claro no Relatório que a relação ser humano-natureza precisa ser revista, já que não existe apenas um limite mínimo para o bem-estar da sociedade, mas também um limite máximo para a utilização dos bens naturais (BRUNDTLAND et al, 1987). E, para manter o equilíbrio entre os dois, seria preciso um novo modelo de desenvolvimento, um que conciliasse desenvolvimento econômico com preservação ambiental e não contribuísse com o desequilíbrio social (pobreza) no mundo.

Como proposta, a comissão indicou investimentos em novas tecnologias aptas a produzir "mais com menos", o estímulo ao uso de energias renováveis, a diminuição do consumo de combustíveis fósseis, o consumo racional de bens e insumos, o investimento em indústria não poluente nos países menos desenvolvidos para combater a pobreza e as desigualdades sociais, entre outros.

Layrargues (1997) questiona esta solução. Segundo o autor, o golpe fatal do modelo de desenvolvimento sustentável é se apoiar na premissa de que o desequilíbrio social entre os países desenvolvidos e os demais poderia ser resolvido com a industrialização destes últimos, tornando-os semelhantes aos

países desenvolvidos. Assim, acreditam que podem melhorar a *qualidade de vida* dos menos desenvolvidos.

Sobre as consequências desta mimetização forçada, Layrargues indica ainda que, para os apoiadores do desenvolvimento sustentável,

As diferenças culturais existentes entre os países não seriam devido às variadas formas de se apropriar e interagir com o ambiente, mas sim uma consequência dos retardamentos em relação à modernização, entendida como sinônimo de evolução. (1997, p. 6)

Esta premissa é amplamente apoiada pelos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e o modelo de desenvolvimento sustentável é exportado aos países *não desenvolvidos* ou *em desenvolvimento* como solução urgente, sendo financiado pelo Fundo Monetário Internacional a partir da década de 1970. Por conseguinte, tem-se o endividamento dos países mais pobres, a homogeneização das culturas *não modernas*, o agravamento da pobreza e o aumento da exploração da natureza.

Apesar de externar a urgência em uma mudança de atitude política e econômica para salvaguardar a população mundial sobre a crise ambiental e civilizatória, instalada por conta da exploração desenfreada da natureza e do crescimento econômico desigual, o Relatório Brundtland não questiona o cerne do problema: a lógica da acumulação de bens materiais e do capital. Isto porque feriria de morte o modelo econômico capitalista.

O problema é acreditar que a proposta do desenvolvimento sustentável pretende preservar o meio ambiente, quando na verdade preocupa-se tão somente em preservar a ideologia hegemônica. (LAYRARGUES, 1997; p. 10)

Trinta anos depois e a situação do planeta chegou a um patamar limite: o aumento da temperatura global intensifica eventos climáticos extremos, como secas prolongadas e chuvas intermitentes em determinados locais, enchentes e inundações em outros, afetando a produção agropecuária e, por conseguinte, afetando a saúde, a moradia e o acesso à alimentos e água.

Tal estilo de vida consumista e predador, ademais, está colocando em risco o equilíbrio ecológico. E, cada vez mais, marginaliza massas de seres humanos de suas supostas vantagens. Nem sequer a fome – que não é uma questão de falta de alimentos – foi erradicada do planeta. (ACOSTA, 2018; p. 50)

Fica evidente, portanto, a obsolescência deste modelo e se faz premente a busca por alternativas realmente sustentáveis.

Qualquer alternativa proposta deve adotar uma filosofia que, por princípio, não aceite a dicotomia entre ser humano-natureza, paradigma basilar da

modernidade. Esta alternativa já existe e está presente nos modos de viver das comunidades tradicionais: é o Bem Viver. Como nossa pesquisa se desenvolve em duas comunidades rurais tradicionais, adotamos esta abordagem.

## 2.4 O Bem Viver

Diante da atual crise climática e civilizatória, onde é urgente pensarmos num outro mundo possível, Aílton Krenak nos faz uma provocação: “adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história” (KRENAK, p. 27). O líder indígena brasileiro recomenda observarmos a vida através de pontos de vista diferentes, olharmos o mundo com os olhos dos excluídos, com os olhos daqueles que estão intimamente ligados à natureza. Ao usarmos esta cosmovisão, damos audiência aos “quase-humanos”, a quem Krenak nomina as “milhares de pessoas que insistem em ficar fora dessa dança civilizada, da técnica, do controle do planeta” (Ibidem, p. 70), como os indígenas e as demais comunidades tradicionais. Por isso escolhemos o Bem Viver.

Esta epistemologia é considerada como uma filosofia de vida. Gudynas (2011) afirma que não se pode defini-lo como conceito fechado, pois representa uma ideia em discussão cujas características dependem do local e dos atores sociais envolvidos. Entretanto, todas coadunam com uma perspectiva crítica sobre modelo de desenvolvimento contemporâneo, o dito “progresso”. Para José Maria Tortosa,

O Bem Viver [ é ] uma oportunidade para construir outra sociedade, sustentada em uma convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a Natureza, a partir do conhecimento dos diversos povos culturais existentes no país e no mundo. (TORTOSA, apud ACOSTA, 2018, introdução)

Tortosa vai além, e afirma que o sistema mundial atual é “maudesenvolvedor”, o que nos leva a “viver mal”. Mas não devemos entender o Bem Viver como uma nova proposta de desenvolvimento. Pelo contrário:

Sua preocupação central, portanto, não é acumular para então viver melhor. Do que se trata é de viver bem aqui e agora, sem colocar em risco a vida das próximas gerações. Para consegui-lo, há que se desmontar os privilégios existentes e as enormes brechas entre os que têm tudo e os que não têm nada. Isso exige distribuir e redistribuir agora a riqueza e a renda para começar a sentar as bases de uma sociedade mais justa e equitativa, ou seja, mais livre e igualitária. Caso contrário, não há como sustentar a sobrevivência ou a reconstrução ou a própria construção das comunidades. (Acosta, 2018, p. 83, 84).

É preciso pensá-lo a partir de outras questões essenciais que não as pautadas pela economia, como por exemplo, “formas de entender-nos a nós mesmos como pessoas e a maneira como concebemos o mundo” (Gudynas, 2011, p. 2), como uma cosmovisão.

Insurgente, o Bem Viver apresenta o ponto de vista dos marginalizados da história sobre questões relacionadas à organização social, política e econômica, direitos humanos e da Terra, privilegiando o respeito a todas as formas de vida, as diversidades culturais, a ética, a liberdade, a igualdade e a solidariedade.

Trabalhar sob a perspectiva do Bem Viver caracteriza uma escolha transgressora, *SULeadora*, emancipadora. Ela parte da cosmologia e do modo de vida ameríndio, mas também está presente nas mais diversas culturas: apresenta-se como o *sumak kawsay* para o povo kichwa do Equador, *suma qamaña* para os aymara bolivianos e *teko porã* para os guaranis; está na ética e na filosofia africana do *ubuntu* – “eu sou porque nós somos”; no ecossocialismo dos ambientalistas e na *Carta Encíclica ‘Laudato Si’* do Santo Padre Francisco sobre o *Cuidado da Casa Comum*. Encontra-se no fazer solidário do povo, nos mutirões em vilas, nas favelas e nas comunidades rurais.

Como características, o Bem Viver valoriza as ações e decisões coletivas, o trabalho colaborativo e o aprendizado com a natureza, pois destas ações dependem as relações de produção criativas, sustentáveis e renováveis; enfim, a vida em equilíbrio com a natureza, plena e integral.

Todas estas características costumavam estar presentes no cotidiano das comunidades da Água Fria e do São Jerônimo. Com a chegada da ‘modernidade’, alguns hábitos já não estão mais tão frequentes, como o trabalho coletivo, mas ainda são muito valorizadas pelos participantes da pesquisa.

Brandão (2015) caracteriza as comunidades tradicionais como sendo herdeiras de territórios ancestrais, cuja relação com a natureza está arraigada em seus costumes e saberes, dos quais depende sua subsistência. Segundo o autor, nas comunidades tradicionais floresce a autonomia e a autoctonia, com reduzida acumulação de capital: aqui se produz para viver, com fartura em alimentos, solidariedade entre os moradores, respeito ao próximo e à natureza, valorização do trabalho coletivo, da liberdade e da harmonia de viver em grupo.

Escolhemos utilizar este enfoque pois o Bem Viver, ao contrário dos termos “bem estar” ou “qualidade de vida”<sup>25</sup>, representa

---

<sup>25</sup> Termos adotados pelas Nações Unidas e países industrializados para caracterizar padrões de vida eurocêntricos, baseados em índices que contemplam apenas o bem-estar material,

[...] uma quebra de paradigmas para superar o fatalismo do desenvolvimento, reatar a comunhão entre Humanidade e Natureza e revalorizar diversidades culturais e modos de vida suprimidos pela homogeneização imposta pelo Ocidente. (ACOSTA, 2018; contracapa)

Como proposta contrária ao modelo de desenvolvimento econômico vigente, o Bem Viver reivindica o passado e o presente das comunidades tradicionais, está ancorado nas práticas cotidianas e na sabedoria associada a elas. Nutre-se “dos aprendizados, das experiências e dos conhecimentos” destas comunidades, assim como suas formas de produzir conhecimentos (ACOSTA, 2018, p. 73-74).

Sendo assim, realizar diálogos a partir da perspectiva do Bem Viver pode potencializar as discussões sobre a exploração econômica da natureza, a crise climática e as alterações impostas pelo capitalismo ao modo de vida das comunidades rurais.

---

com uso de parâmetros como acesso à saúde, educação, alimentos, água, mas sem considerar necessidades humanas axiológicas como a felicidade, subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, criação, diversão, identidade e liberdade.

## CAPÍTULO 3

### Braseiro

Eu sou a ramada  
dessas árvores,  
sem nome e sem valia,  
sem flores e sem frutos,  
de que gostam  
a gente cansada e os pássaros vadios.

Eu sou o caule  
dessas trepadeiras sem classe,  
nascidas na frincha das pedras.

Bravias.  
Renitentes.  
Indomáveis.  
Cortadas.  
Maltratadas.  
Pisadas.  
E renascendo.

Eu sou a dureza desses morros,  
revestidos,  
enflorados,  
lascados a machado,  
lanhados, lacerados.  
Queimados pelo fogo.  
Pastados.  
Calcinados  
e renascidos.

Fonte: Pintura Brasa Rubor, Tomie Ohtake, 2019.



Para entender como o fogo interfere na vida das comunidades rurais de São Jerônimo e Água Fria e como elas lidam com ele, precisamos primeiramente vislumbrar onde estas comunidades estão consolidadas, haja visto que as características locais destes *habitats* influenciaram e influenciam seus hábitos e seus modos de viver. Após nossa imersão neste cenário único que é o Cerrado mato-grossense, vamos mergulhar na história local, abordando como as comunidades foram formadas, seus processos de ocupação, perpassando brevemente por suas origens etnográficas para desvelar características dos habitantes destas localidades.

### 3.1 O Cerrado

O Cerrado é o bioma localizado no centro-oeste brasileiro, marcado por relevo com planaltos antigos de topografia suave a levemente ondulada, separados por depressões formadas pelas principais bacias hidrográficas do Brasil Central. Seus solos profundos e bem drenados são pobres em nutrientes. O clima é marcado por forte sazonalidade, com estações bem definidas de seca e chuva. Este intenso estresse ambiental dá origem a um tipo de vegetação única, com a concentração de sua biomassa abaixo da superfície da terra, formando uma “floresta invertida”. De acordo com Fernandes *et al.* (2018), esta característica indica que

“os ecossistemas do cerrado estocam grandes quantidades de carbono, auxiliando no sequestro do elemento. Assim, ao contrário do que se pensa, o cerrado apresenta uma gigantesca contribuição para o funcionamento e a estabilidade climática – não apenas no Brasil, mas em todo o planeta.” (p. 32)

Por isso a manutenção do ecossistema na sua forma natural é de extrema importância.

Além disso, o Cerrado brasileiro é um dos maiores *hotspots*<sup>26</sup> de biodiversidade do mundo. Com mais de 11.627 espécies de plantas nativas catalogadas, 4.400 das quais, endêmicas, abriga 199 espécies de mamíferos, mais de 837 espécies de aves, 1.200 espécies de peixes, 180 espécies de répteis (28% endêmicas) e 150 espécies de anfíbios (17% endêmicos). Cerca de 20% das

---

<sup>26</sup> Conceito criado por Norman Myers em 1988, caracterizado por níveis excepcionais de endemismo de plantas aliados a taxas notáveis de destruição de habitats, sem estabelecer critérios quantitativos. Em 1996, em conjunto com a Conservation International, foram estipulados os seguintes critérios: abrigar no mínimo 1.500 espécies de plantas vasculares endêmicas e ter 30% ou menos da sua vegetação original (extensão da cobertura do habitat histórico) mantida. O Cerrado figura como *hotspot* desde 2005.

espécies nativas e endêmicas já não se encontram protegidas e pelo menos 137 espécies de animais estão ameaçadas de extinção. Neste ambiente diverso, fauna e flora encontram-se em sintonia, resultado de processos ecológicos e coevolutivos de milhões de anos. (FERNANDES *et al*, 2018).

Outra característica do Cerrado é que este é sabidamente um ambiente pirofítico (FIDELIS; PIVELLO, 2011; SCHMIDT *et al*, 2016), ou seja, um ecossistema dependente do fogo, onde o elemento não é considerado um distúrbio, mas fator imprescindível para a manutenção de seus processos ecológicos. Dentre estas adaptações, pode-se citar: presença de espessa cortiça nos troncos das árvores, desenvolvimento de órgãos subterrâneos (gemas) com função de reserva e propagação vegetativa, manutenção de mecanismos reprodutivos (indução da floração, abertura de frutos, quebra de dormência de sementes e estímulo à germinação) associados à passagem do fogo (FIDELIS; PIVELLO, 2011).

Assim como a flora do Cerrado está adaptada à presença do fogo, também o estão a fauna silvestre e os seres humanos que habitam estas terras. Os seres vivos do Cerrado tramam com o bioma uma teia de relações imbricada: plantas que florescem após a passagem do fogo, frutos que ficam mais doces e carnudos na presença das cinzas, pastos nativos que rebrotam fortes e vigorosos após uma queimada, alimentando dezenas de espécies ruminantes, humanos que se aproveitam da coleta de frutos e sementes, do plantio na terra adubada pelas cinzas, do pasto novo para seus animais domésticos. Estes diversos mecanismos de adaptação contribuem para a preservação do Cerrado, desde que o regime natural do fogo<sup>27</sup> seja respeitado.

Chamado de “berço das águas”, o Cerrado contém as nascentes das principais bacias hidrográficas do Brasil e abriga enorme “diversidade social e cultural, marcada por grande variedade de povos indígenas e comunidades tradicionais.” (FERNANDES *et al*, 2018, p. 19).

Os antigos habitantes do Cerrado – populações indígenas, quilombolas e demais moradores tradicionais - aprenderam a conviver com o fogo natural e, observando as características e as limitações do bioma ao longo dos tempos, também aprenderam a utilizar o fogo em época de seca, a fim de auxiliá-los na lida diária para sua subsistência. Sua relação de dependência com o fogo é marcante, e encontra-se detalhada no próximo capítulo.

---

<sup>27</sup> O regime natural do fogo no Cerrado inclui queimadas naturais, causadas por raios na estação chuvosa (de outubro a maio) e seus períodos de transição, quando ocorrem grandes tempestades. Incêndios originados durante a estação seca (de junho a setembro) são chamados antropogênicos, e apresentam maior intensidade e periculosidade.

Na região estudada, que engloba parte dos municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, encontramos as bordas meridionais do Planalto Central, com a ruptura do relevo formando paredões areníticos memoráveis (figura 12). Suas escarpas avermelhadas, com altitudes variando entre 200 a 400 metros de altitude, podem ser vistas a quilômetros de distância.

Figura 12 - Vista dos paredões areníticos da região de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, MT



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019

Ferreira (1991) indica que os primeiros habitantes do Brasil Central são povos pré-coloniais. Segundo este autor, as ocupações humanas são comprovadas pela presença de abrigos, “como na Cidade de Pedra – Serra São Jerônimo” (p. 147). As inscrições rupestres de Chapada dos Guimarães datam de mais de 3.500 anos a.C. Para Ferreira, a transição do *sistema predador*, com indivíduos formados por caçadores-coletores, para um *sistema produtor* é marcada pela presença de artefatos de cerâmica nas evidências arqueológicas e a presença de plantas domesticadas. Nesta seara, o autor revela indícios de práticas agrícolas no Mato Grosso desde 600 a.C.

Os primeiros colonizadores europeus foram atraídos para o centro-oeste brasileiro à procura de bens minerais. Em meados do século XVIII a Capitania de Mato Grosso baseava sua economia na mineração e na agricultura de subsistência. Em Cuiabá a atividade garimpeira estava relacionada à exploração de ouro. A

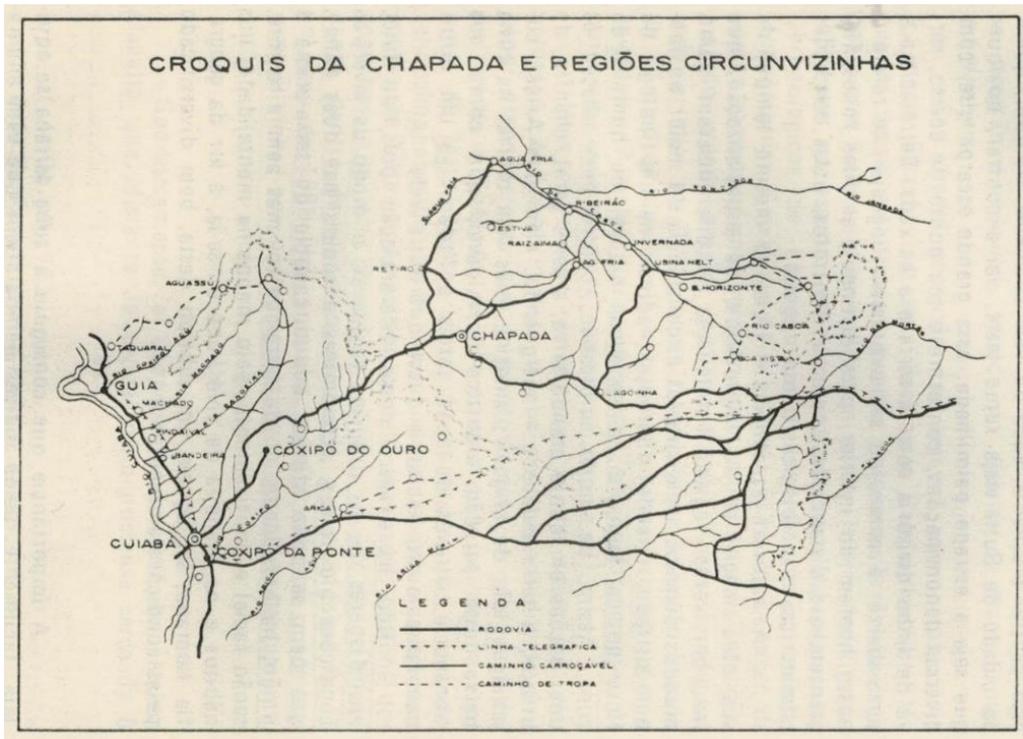
necessidade de minimizar os constantes choques com comunidades indígenas locais estimulou a criação de uma área específica para apaziguar as tribos. Localizada no planalto, a localidade escolhida foi chamada de Santana da Chapada, hoje Chapada dos Guimarães. Um padre jesuíta ficou responsável por administrar o local, aculturando os indígenas e colocando-os em contato com a população garimpeira das proximidades (FERREIRA, 1991).

### **3.2 Comunidade São Jerônimo**

De acordo com Pedro Rocha Jucá (D.O.E., 1986, p. 11), uma expedição bandeirante de 1673 passou pela localidade que hoje é conhecida como Comunidade São Jerônimo e, acometida por uma tempestade, os bandeirantes se apegaram ao santo para se socorrerem, dando seu nome ao morro-referência da paisagem local, ponto mais alto da região, denominando-o Morro São Jerônimo. Em 1718, a bandeira liderada por Antônio Pires de Campos também passa pelo local, cujo acesso para superar os paredões areníticos e alcançar a região da “Serra Acima” era mais fácil. A localidade, então, se torna ponto de parada e passagem obrigatória para os viajantes que por lá transitavam para transportar os metais preciosos e os produtos agrícolas produzidos para comércio local.

A figura 13 mostra uma gravura com os diversos caminhos que levavam o viajante em direção à “Serra-acima”. José de Mesquita (1977) indica que havia quatorze escaleiras de acesso ao altiplano, sem mencionar os “simples desvios ou variantes sem importância”. A maioria das estradas tropeiras passava pela região da comunidade São Jerônimo. Entre as mais movimentadas estão a do “Quebra-Gamela”, do “Carretão”, do “Magessi”, a da “Bocaina”, ou “Tope de Fita” e a da “Ruça”. Estas estradas coloniais, menos a última, encontram-se hoje tombadas pelo Patrimônio Histórico Cultural de Mato Grosso.

Figura 13 - Mapa de 1940 indicando diversos caminhos existentes entre Cuiabá e Chapada dos Guimarães



Fonte: Reprodução de "A Chapada Cuiabana", p. 10, de José de Mesquita, 1977.

A Comunidade São Jerônimo está localizada no município de Cuiabá, distante cerca de 30 quilômetros da capital por estrada não pavimentada, encravada na planície logo abaixo do morro que leva seu nome (figura 14).

Figura 14 - Vista do Morro São Jerônimo a partir da comunidade que leva seu nome



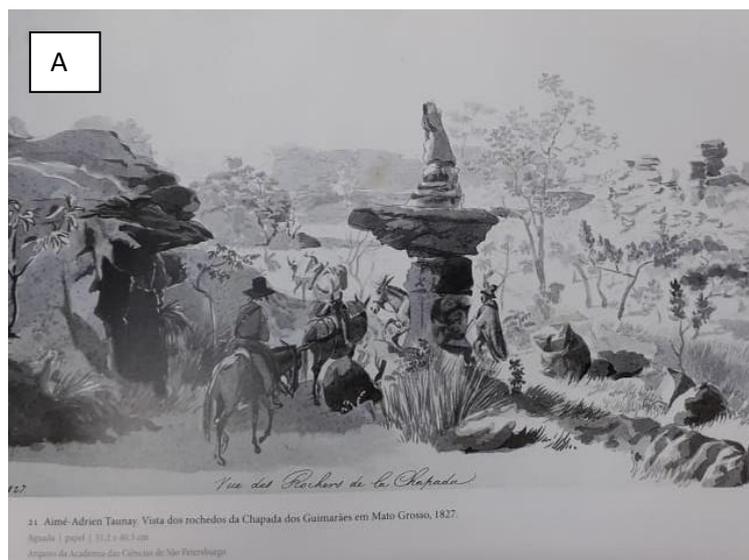
Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

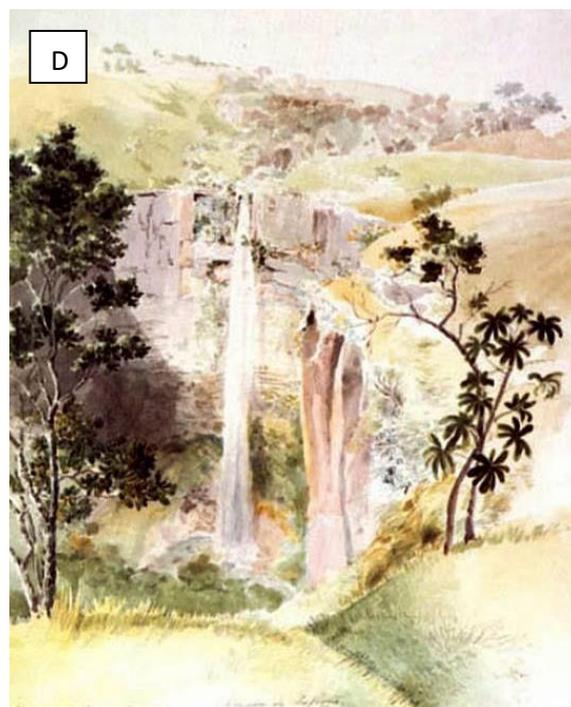
Com o asfaltamento da MT 251, rodovia que liga os municípios de Cuiabá e Chapada dos Guimarães, no final da década de 1970, os acessos pelas estradas carroçáveis entram em desuso, e a comunidade São Jerônimo deixa de ser passagem obrigatória, e sofre com o abandono.

A Expedição Langsdorff, empreitada naturalista que tinha como objetivo desbravar o Centro-Oeste do Império brasileiro, também passou pela região de Chapada dos Guimarães no ano de 1827. Composta por ilustradores, zoólogo, botânico, astrônomo e cartógrafo, a expedição registrou não somente a natureza, bem como o cotidiano local.

Muitas das paisagens retratadas durante a referida expedição permanecem semelhantes nos dias atuais, especialmente aquelas que se encontram em unidades de conservação, como a Figura 15 D, adiante.

Figura 15 - Gravuras de Aimé-Adrien Taunay de 1827 representando: A) Vista dos Rochedos da Chapada, B) Vista da Vila de Guimarães, C) Vista da Serra da Chapada dos Guimarães e parte da planície de Cuiabá, D) Cachoeira do Inferno (Véu da Noiva).





Fonte: Reprodução do livro “Bastidores da Expedição Langsdorff”, (COSTA; DIENER, 2014).

### 3.3 Comunidade Água Fria

A história desta comunidade rural é mais recente e data do início do século XX, mas também está relacionada à exploração mineral. Localizada serra acima, Água Fria tem seu desenvolvimento conectado ao de Chapada dos Guimarães, de quem foi elevada à categoria de Distrito somente em 1958. Joanito Pinto de Souza (D.O.E., 1986, p. 14) conta que “sua história pode não ser tão imponente, mas é farta em fibra e valores humanos, com destaque para as origens nordestinas e para a intensa garimpagem no início do século”.

Chapada dos Guimarães teve papel importante no desenvolvimento inicial de Mato Grosso, por figurar não somente como “zona de engenhos, rica em lavoura

e produção de açúcar e aguardente”, mas também como “centro de numerosa escravaria” (MESQUITA, 1977, p. 8). A princípio os escravos eram indígenas, sendo depois substituídos por negros. Os indígenas que povoavam Água Fria eram os “Coroados” ou “Caiapós”. Dessa mistura entre negros, indígenas e nordestinos resulta a população local.

De acordo com Souza (1986),

A tradição diz que a Água Fria foi fundada pelos Srs. José Gomes Ferreira, Severiano Mendes Pereira e José Gomes Pacheco. Os dois primeiros vieram do Maranhão e o terceiro da Bahia. Eles chegaram à região por volta de 1931, povoando a velha sesmaria de propriedade do Sr. Antonio Claro da Silva, mais conhecido por Totó Claro. Os diamantes da Cassununga e regiões limítrofes atraíram grande número de garimpeiros, que reviraram com pás, enxadas e picaretas o solo das margens do Riacho Água Fria. (D.O.E., 1986, p. 14)

O Distrito da Água Fria está localizado a aproximadamente 30 quilômetros de Chapada dos Guimarães e 80 quilômetros de Cuiabá. É formado por um grupo de pequenas comunidades tradicionais irmanadas, centralizadas numa vila, às margens do córrego que leva o nome do local, de onde saíram muitos diamantes.

Assim como a Comunidade São Jerônimo, Água Fria também tem como figura de destaque de seu relevo um morro, denominado Cambambe (ou Cambambi), onde foram encontradas ossadas de dinossauros (figura 16).

Figura 16 - Vista do Morro do Cambambe



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2018.

### 3.4 A conexão Serra Acima – Serra Abaixo

Há uma estreita relação entre os moradores “serra acima - serra abaixo”. De acordo com o sítio da Prefeitura de Chapada dos Guimarães na internet, boa

parte dos moradores do Coxipó do Ouro, Arraial dos Freitas, Comunidade São Jerônimo e Aricá-Açú subiam a serra para fazer roça, trocar e vender mantimentos. Entretanto, Mesquita (1977) ressalta que

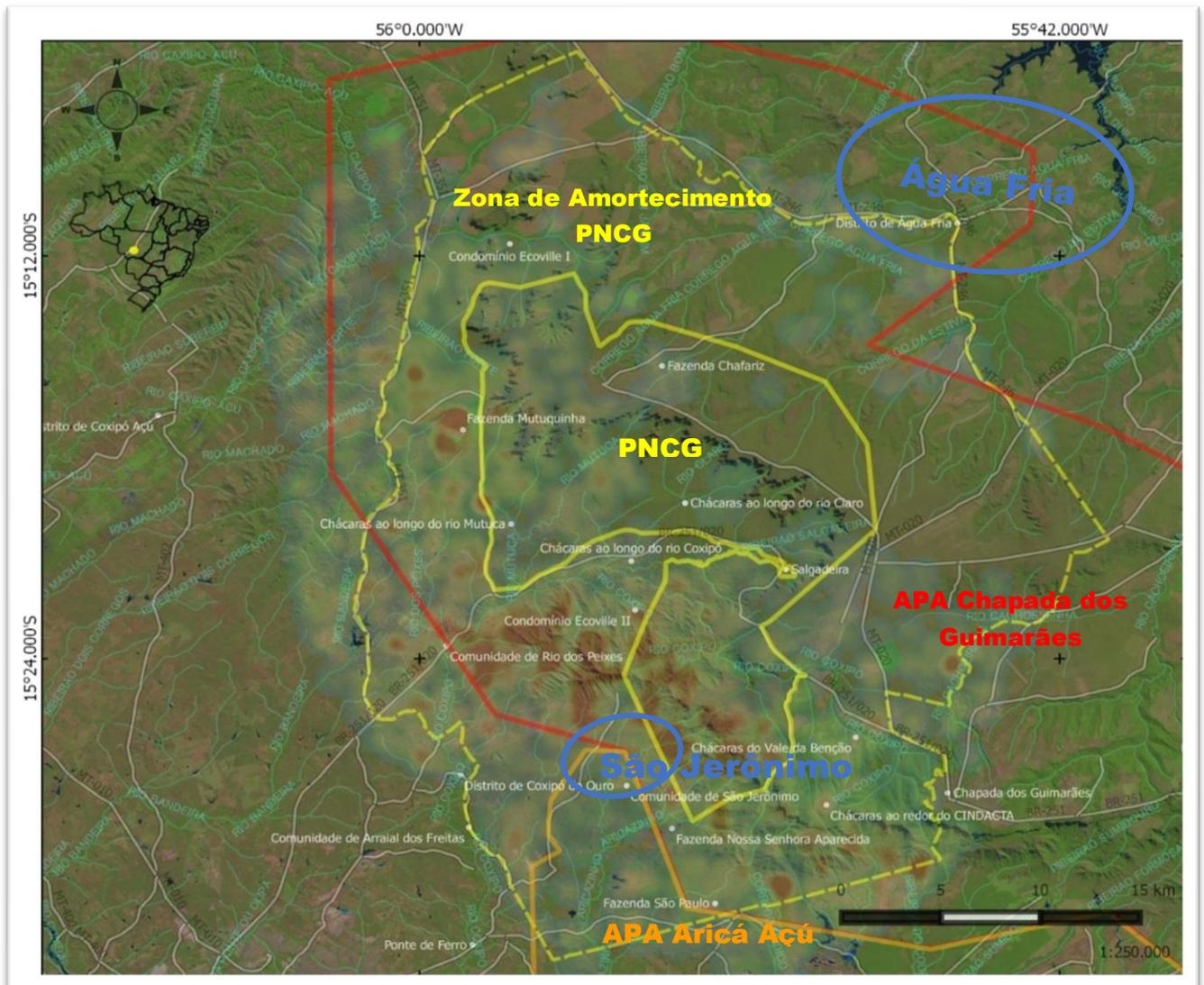
[...] o caboclo de serra-acima é irmão, na brasilidade, do de serra-abaixo, mas bem diferente, senão racial e politicamente, pelo menos na mentalidade, nos hábitos e na maneira de viver, que dir-se-ia, à luz da geografia humana, ser aquele um subtipo deste, bem diversificado pelas condições ambientes. (MESQUITA, 1977, p. 9)

As condições ambientais diversificadas citadas por Mesquita podem ser relacionadas à maior disponibilidade hídrica da região da Água Fria, com várias nascentes e pequenos córregos que se unem para formar o rio que nomeia o local. Além disso, as características morfológicas do solo são diferentes nas duas comunidades, resultando em uma rica diversidade de fauna e flora. Como seus hábitos de vida dependem das condições ambientais locais, infere-se então suas sutis diferenças.

Apesar da importância do Cerrado, o bioma possui apenas 8,21% de seu território sob proteção de unidades de conservação (2,85% de proteção integral e 5,36% como unidades de conservação de uso sustentável, com menor grau de proteção), bem abaixo do percentual acordado pelo governo brasileiro na Convenção sobre Diversidade Biológica, que é de 10% do território em regime de proteção integral (Ministério do Meio Ambiente, 1994).

As duas comunidades escolhidas como *locus* desta pesquisa, Água Fria e São Jerônimo, estão localizadas dentro de um mosaico de unidades de conservação de diferentes características, o que lhes garante, até o presente momento, certo grau de preservação ambiental. A comunidade São Jerônimo está localizada integralmente dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) estadual de Chapada dos Guimarães e da APA municipal do Aricá-Açú. A comunidade Água Fria está localizada na APA Chapada dos Guimarães. Além destas unidades de conservação, fazem parte deste mosaico a Estrada-Parque Cuiabá-Chapada (estadual) e o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (federal) (Figura 17).

Figura 17 - Mosaico de unidades de conservação



Fonte: Luiz Gustavo Gonçalves (PNCG/ICMBio, 2017) adaptado pela autora.

Infelizmente, o Cerrado é o segundo bioma no Brasil que mais sofre com as alterações humanas. Após perder mais de 50% de sua cobertura vegetal, somente de 2001 a 2015 o cerrado teve 10% de sua área convertida em pastagens e novas áreas para plantio (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2018).

As duas comunidades estudadas também sofrem com a intervenção humana, causando impacto direto não só em seu território, mas também na sua cultura e seu modo de viver. Enquanto a comunidade São Jerônimo padece com a especulação imobiliária e o crescimento da ocupação urbana da capital em sua direção, a Água Fria convive com a implantação do lago artificial da Usina Hidrelétrica de Manso e a expansão de grandes propriedades agropecuárias. Estas intervenções do “progresso” são percebidas de diferentes formas pelos moradores das comunidades e estão detalhadas adiante.



CAPÍTULO 4  
Fogueira

Fonte: Flavia Bertier, 2017.

*Sim, eu trago o fogo,  
o outro,  
aquele que me faz,  
e que molda a dura pena  
de minha escrita.  
É este o fogo,  
o meu, o que me arde  
e cunha a minha face  
na letra desenho  
do auto-retrato meu.*

DO FOGO QUE EM MIM ARDE  
Conceição Evaristo



Trazemos neste capítulo as vozes dos moradores das comunidades de São Jerônimo e Água Fria. Estas narrativas, recheadas de suor e calor, são interpretadas à luz da fenomenologia de Bachelard e evidenciam um árduo caminho de sobrevivência e existência nestas terras calcinadas pelo sol e pelo fogo do Cerrado, caracterizando a essência destas comunidades tradicionais.

Por ser baseada nas autonarrativas dos moradores das áreas estudadas, inicio este capítulo lembrando da importância da palavra enquanto instrumento de poder. É através da palavra que nos comunicamos, que interagimos com *o outro*, que expressamos nossas vontades e necessidades, que externamos nossas inquietudes e insatisfações.

#### 4.1 Palavras aquecem e mantêm a chama acesa

Por sua força e poder, a sociedade moderna instituiu que todos podem fazer uso da palavra, mas apenas alguns merecem ser ouvidos e estudados, pois estes detêm o “legítimo” saber científico, aquele tido como “verdadeiro” ou comprovado pela ciência. Às pessoas comuns, sem estudo acadêmico, a modernidade relega “saberes comuns”, ligados às práticas cotidianas do fazer.

Contrárias à esta visão hegemônica ultrapassada, apresentamos nesta dissertação um olhar periférico, que dá audiência às pessoas comuns, aquelas que possuem conhecimento por seu contato íntimo com a natureza, e que partilham estes saberes com seus descendentes e sua comunidade, num processo pedagógico de observação, repetição e aprendizado que refletem sua cultura e seus modos de viver.

Brandão (1984) nos ensina que a palavra é a matéria do educador e que o grande desafio da educação popular é devolver o poder da palavra a às pessoas comuns, permitindo a organização de uma sociedade realmente igualitária. Certeau vai além e expõe o poder das narrativas para o desenvolvimento cultural.

O enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar (comum) do discurso e o espaço (anônimo) do seu desenvolvimento. (CERTEAU, 2000, p. 63)

Coadunamos destas visões e fazemos uma escolha política ao reverberar estas vozes invisibilizadas, apresentar suas narrativas sob forma de trabalho científico acadêmico. Esta é a forma que encontramos para devolver o poder da palavra aos sábios manejadores do fogo, detentores do poder do fogo. Por isso, o uso do Mapa Social (SILVA, 2011) como metodologia empregada na prática de uma educação ambiental problematizadora é a escolha axiológica que fazemos, para

dar audiência e reconhecimento aos saberes populares e, assim, “encontrar a ação dos valores inconscientes na própria base do conhecimento empírico e científico” (BACHELARD, 2008, p. 15).

Pierre Clastres afirma que

Apenas a palavra oral primitiva, a palavra em estado de ser popular, possui em si mesma a sua densidade plena e, portanto, diz em si mesma e, não, para alguma coisa (CLASTRES, 2017, p. 88)

o que comprova a força da palavra oral das pessoas comuns. Por isso, as vozes dos moradores das comunidades da Água Fria e do São Jerônimo estão presentes aqui, sob forma de relatos de suas vivências e experiências sobre a presença do fogo em seu cotidiano, suas percepções sobre a relação entre fogo e incêndios florestais com a crise climática e a relação entre o fogo e suas ingerências sobre o Bem Viver das comunidades.

No mundo atual, governado por interesses econômicos de uma minoria, a maioria da população obedece a leis e regras impostas pelo sistema dominante. No contexto desta pesquisa, figura como exemplo a imposição da restrição ao uso do fogo apresentada pela aprovação de Códigos Florestais sem que houvesse qualquer consulta à população quanto às necessidades locais de uso do fogo em suas práticas cotidianas agropastoris. A burocracia e o alto custo impostos pelo regramento legal impede o acesso formal da maioria dos pequenos produtores rurais às autorizações de queimas controladas.

Distantes das esferas de decisões políticas e obedientes às legislações sobre o uso do fogo que não os representam, os moradores das comunidades do São Jerônimo e da Água Fria são relegados ao silêncio.

Assim como para os participantes da pesquisa, a uma imensa maioria marginalizada é negado o direito de usar o fogo para a rebrota do pasto, para a limpeza de áreas para o plantio, para o controle de pragas e a manutenção de processos ecológicos no Cerrado. Enquanto usos tradicionais do fogo são restringidos, silencia-se toda uma cultura.

Ao dar audiência e difundir os hábitos e costumes associados ao uso do fogo no cotidiano das comunidades estudadas, sublevamos o poder instituído e mostramos que tais práticas podem e devem ser usadas para minimizar os impactos causados pelos incêndios florestais recorrentes na região.

Certeau (2000) nos ensina que esta maioria marginalizada busca dispositivos criativos para burlar o sistema a eles imposto, de forma a não sucumbir a sua forma reducionista e massificante, mantendo sua cultura e seus

hábitos vivos. Estas práticas insurgentes, “maneiras de fazer” do ser humano comum, ordinário, revelam como os mais fracos digerem regramentos e os transformam astuciosamente, tirando partido daquilo que lhes foi imposto.

Cada vez mais coagido e sempre menos envolvido por esses amplos enquadramentos, o indivíduo se destaca deles sem poder escapar-lhes, e só lhe resta a astúcia no relacionamento com eles, “dar golpes”, encontrar na megalópole eletrotécnicizada e informatizada a “arte” dos caçadores ou dos rurícolas antigos. (CERTEAU, 2000, p. 52)

O autor reforça ainda a importância das ações individuais e das relações comunitárias para lidar contra a expansão tecnocrática, que pretende homogeneizar as culturas e tornar “cada um” em “ninguém”, invisibilizando-os. Segundo Certeau, é através das práticas cotidianas, “criações dos consumidores”, que o ser humano ordinário toma as rédeas de sua vida, se reapropria do sistema e se encontra enquanto indivíduo.

Comprovam-nos os sintomas que são as ações individuais, as operações locais e até as formações ecológicas pelas quais se preocupa, no entanto, de modo prioritário, a vontade de administrar coletivamente as relações com o meio ambiente. Essas maneiras de se reapropriar do sistema produzido, criações de consumidores, visam uma *terapêutica de socialidades deterioradas*, e usam técnicas de reemprego onde se podem reconhecer os procedimentos das práticas cotidianas (CERTEAU, 2000, p. 52)

Estas práticas comuns de utilizar o fogo, apropriadas e reapropriadas pelos moradores das comunidades locais, foram descritas pelos participantes das oficinas/reuniões de mapeamento e pelos moradores mais antigos das comunidades em prosas-entrevistas. As palavras das autonarrativas foram transcritas e figuram aqui em forma de texto acadêmico, a fim de manter acesa a chama do conhecimento popular.

## 4.2 Devaneios iniciais

Nesta fenomenologia aplicada aos saberes populares associados ao fogo, buscamos apresentar as “experiências vividas” (BACHELARD, 1990, p. 40) pelos moradores das comunidades rurais de São Jerônimo e Água Fria e revividas aqui, enquanto dissertação de mestrado. Ao visitar tais experiências, imaginamos como foram e são, formamos imagens a partir daquilo que ressoa em nós a partir do que eles contaram sobre o que ressoou neles.

Este devaneio coletivo reflete a imagem do “eterno retorno”, signo da Fênix. As memórias narradas nas conversas embaixo das árvores, nas reuniões e oficinas

renascem em cada um, sob forma de imagens do fogo vivido (idem, p. 73). Assim, os saberes populares associados ao fogo se regeneram em nós e em todo aprendiz do fogo, a quem os sábios manejadores repassam seu conhecimento cotidianamente, nos afazeres da lida diária, nas práticas coletivas, nos rituais sagrados, no cuidado com o outro e com a natureza.

Os saberes populares associados ao fogo, esta Fênix alada incandescente que, ao voar, esparrama faíscas de conhecimento por onde passa, incendeia e ilumina novos territórios, agora acadêmicos. Este “fogo bom” clareia pensamentos, populares e científicos, unindo-os numa única chama. As autonarrativas dos participantes da pesquisa são o calor que mantém esta fogueira acesa, sob a brasa ardente de troncos e vindouros das comunidades.

Atiçamos esta lenha da fogueira estimulando diálogos entremeados de assuntos como queimadas e incêndios florestais, crise climática e Bem Viver. Ao cutucar as brasas, questionamos “o quê”, “por quê”, “onde”, “como”, “quando”, “com quem”, “contra quem”, entre tantos outros assopros de curiosidade. Deste modo, estimulamos a criticidade e a percepção conjuntural, trocamos informações e conhecimentos e vivenciamos a educação ambiental.

Estas ações educativas foram desenvolvidas em vários momentos: desde conversas informais para explicar o projeto de pesquisa a reuniões de planejamento, oficinas de mapeamento, entrevistas proseadas, almoços coletivos e visitas às comunidades. De todos estes momentos, privilegiamos as oficinas de mapeamento e as entrevistas, pois foram registradas e decupadas em textos escritos, permitindo dar forma acadêmica às vozes até então negligenciadas. É claro que todos os demais momentos também estão presentes, pois de alguma forma tocaram a autora e reverberam neste trabalho. Figuram sob forma de perguntas fora do roteiro ou associações feitas a partir de memórias contadas pelos participantes. São, portanto, como um fio condutor que costura as histórias do fogo e une pedaços de vida narrados ao longo da pesquisa, formando este tecido resistente.

As oficinas de mapeamento social foram realizadas no final do ano de 2018, sendo uma em cada comunidade, com a duração de um dia e a participação aberta de moradores locais. Os encontros aconteceram durante o final de semana (sábado) para propiciar maior participação e em local de fácil acesso. Na comunidade da Água Fria foi realizado na Escola Estadual do Campo São José, no São Jerônimo ocupou a sede da Associação de Pequenos Produtores Rurais.



onde cada saber referente ao fogo era empregado. Registramos o imenso contentamento dos participantes em observar pela primeira vez imagens aéreas (Google Earth) de suas residências, os marcos físicos das cercanias, como morros e rios, as vias de acesso e estradas, as áreas preservadas de vegetação e as já degradadas pela ocupação humana atual. As mesmas imagens foram entregues a cada grupo de trabalho em formato menor, tamanho A3 (29,7 X 42,0 cm), para que pudessem anotar suas impressões.

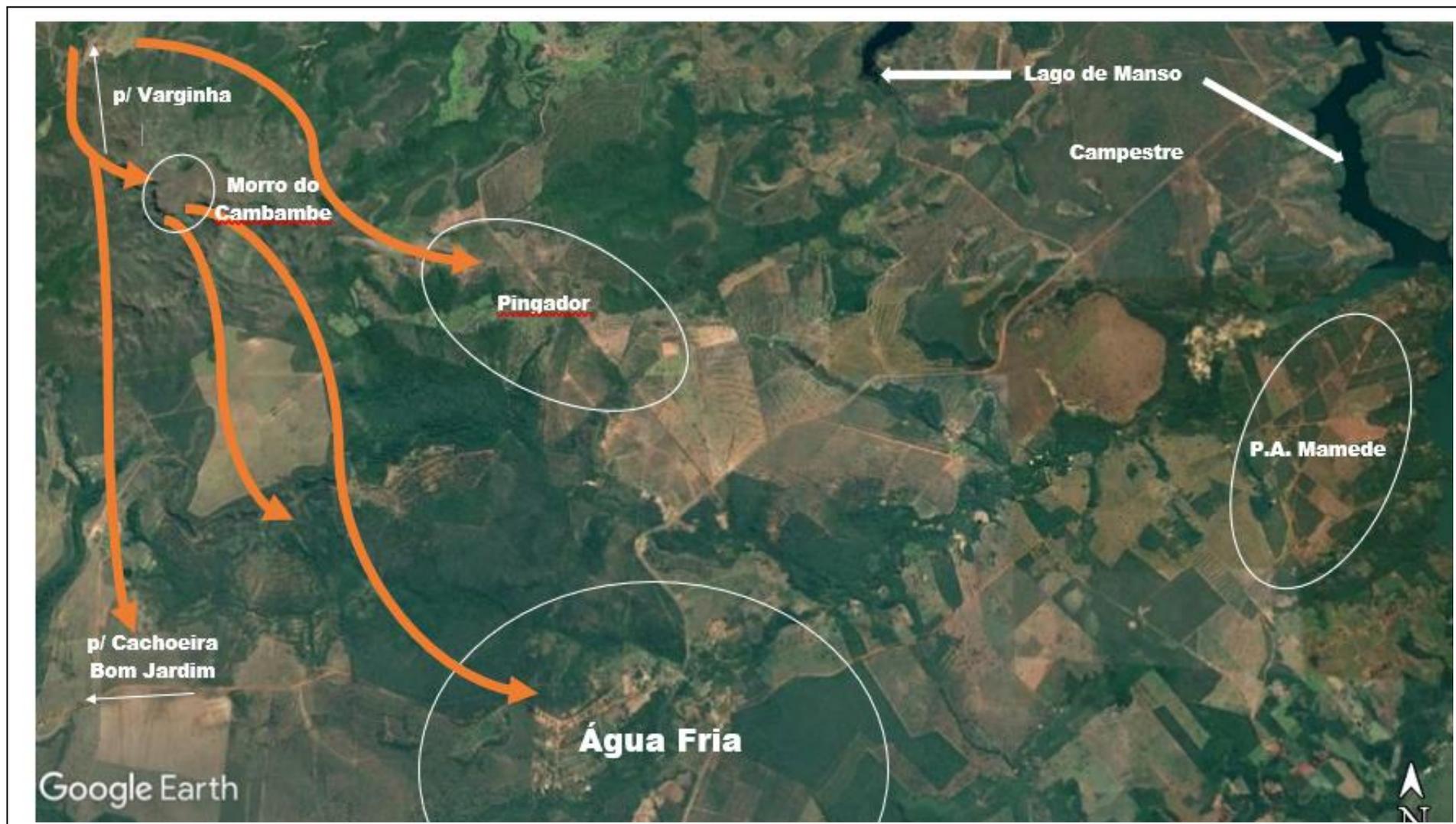
Entre os questionamentos, indagou-se: se usam, como usam, onde usam, quando usam e por que os grupos utilizam o fogo no cotidiano. Também foram perguntados sobre práticas coletivas de uso do fogo. Das respostas apresentadas pelos grupos de trabalho, inferimos a importância principal do emprego do fogo nas atividades produtivas, como ferramenta para a limpeza de áreas para o plantio e a rebrota do pasto nativo, bem como para o preparo dos alimentos diariamente. Estas atividades estão relacionadas com a subsistência e são imprescindíveis para a preservação da vida nas comunidades. Além destas, o fogo foi mencionado em outras atividades importantes, como as religiosas, as festas, a iluminação.

Quando questionados sobre a diferença entre incêndios florestais e queimadas, todos os participantes das duas oficinas de mapeamento foram categóricos ao afirmar que as queimadas são controladas, enquanto os incêndios são causados pelo fogo descontrolado nas matas.

Em ambas as comunidades os participantes identificaram as áreas onde ocorrem incêndios com maior frequência. Na Água Fria, por exemplo, os participantes do Mapeamento desenharam nos mapas o percurso dos incêndios florestais recorrentes na região e o denominaram “Caminho do Fogo” (figura 19), indicando que a maioria dos incêndios que atingem a comunidade vêm da região da Varginha, entretanto, desconhecem os responsáveis.

Citam que a ausência de incêndios nos tempos mais antigos se dava pela preocupação constante no cuidado com a natureza, pois dependiam completamente dela, e citam a importância da participação coletiva. Mestre-Aluno lembra que “um cuidava do outro” (depoimento de MESTRE-ALUNO durante oficina de Mapeamento Social na Água Fria, 2018). Sobre os dias atuais, citam a participação dos fazendeiros, que evitam que suas terras sejam consumidas pelos incêndios pois teriam grandes prejuízos econômicos.

Imagem 19 - O “Caminho do Fogo” indica percurso dos incêndios florestais recorrentes no Distrito da Água Fria

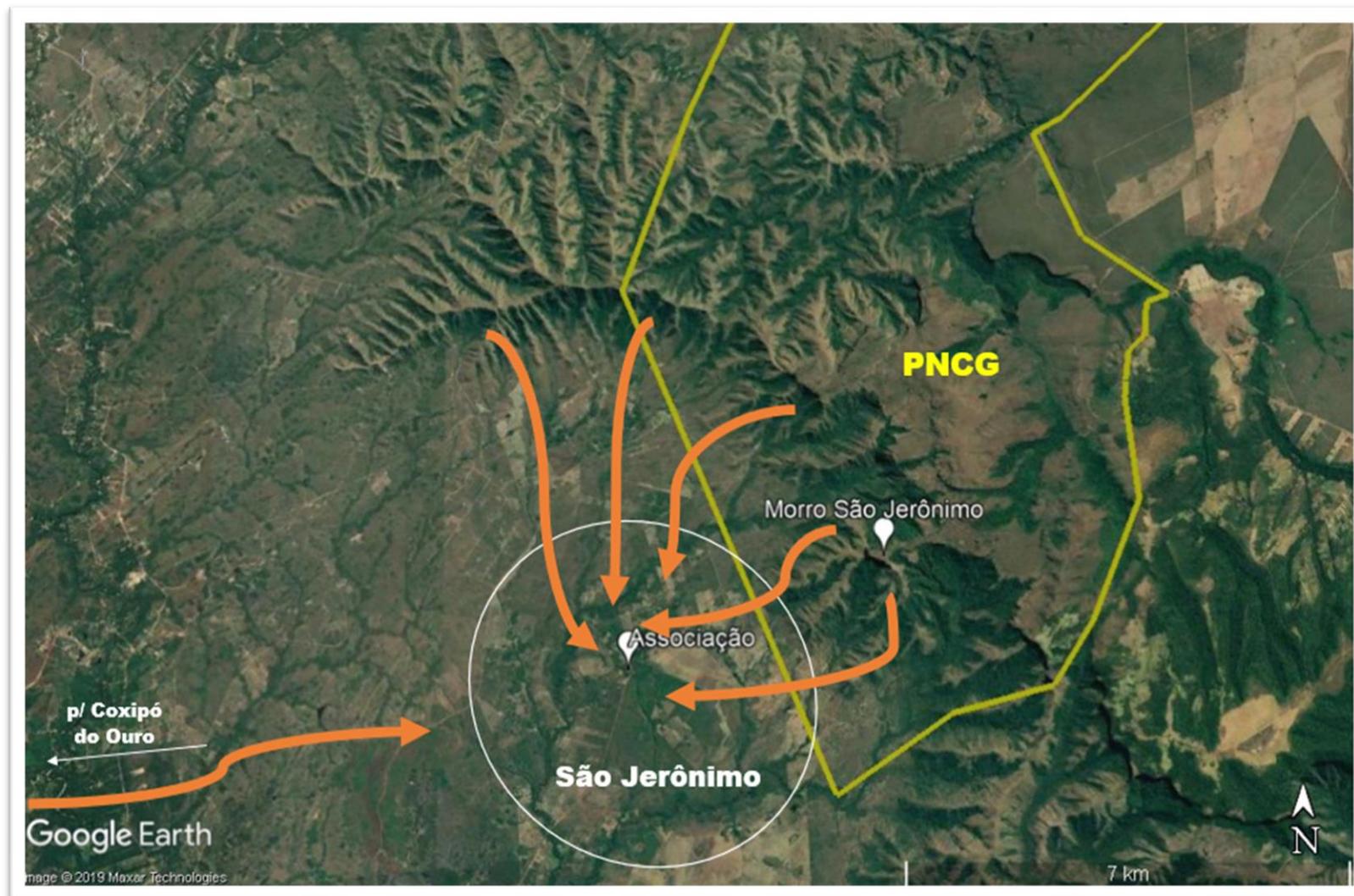


Fonte: Flavia Bertier, sobre imagem Google Earth (resolução 1:4.000), com informações da oficina de Mapeamento Social do fogo na comunidade da Água Fria, 2019.

Na comunidade São Jerônimo, os locais onde os incêndios florestais são mais frequentes também foram facilmente identificados, inclusive com a indicação de possíveis responsáveis. “Lavrador” informa que os incêndios são “por causa dos acampamentos dos garimpeiros, que se embrenham nessa morraria desde lá o Coxipozinho até aqui o pé do morro” (Depoimento durante Mapeamento Social no São Jerônimo, 2018). Segundo um dos participantes da oficina, os incêndios que atingem a comunidade são fruto da ação “desses motoqueiros que fazem *rally* nessas montanhas. Eles jogam bituca de cigarro e aí já foi.” (Moradora 1, São Jerônimo, 2018). O relato de outro participante indica que os incêndios surgem sempre “desse parque pra cá. Aí, minha filha, é um Deus nos acuda. Todo mundo tem que ajudar.” (Morador 2, São Jerônimo, 2018).

Estes incêndios florestais recorrentes, oriundos do interior do Parque Nacional, acabam por demarcar situação conflituosa com a autarquia ambiental gestora da unidade de conservação. Apesar de confirmarem a presença constante de brigadistas nas épocas secas, os participantes da oficina não consideram isso suficiente para garantir a segurança de suas moradias e das áreas produtivas, ou evitar mais focos de fogo. Também relataram outros problemas, como a perda da produção e a incidência de dificuldades respiratórias.

Figura 20 - O percurso dos incêndios florestais na comunidade São Jerônimo



Fonte: Flavia Bertier, sobre imagem Google Earth (resolução 1:7.000), com informações da oficina de Mapeamento Social do fogo na comunidade São Jerônimo, 2019.

Após o almoço, os participantes das oficinas de mapeamento debateram os temas geradores mudanças climáticas e Bem Viver.

Sobre este primeiro assunto do período vespertino, a maioria dos moradores das duas comunidades não souberam dizer do que se tratava. Os que já ouviram falar são residentes mais recentes ou que mantêm ligação com os centros urbanos, seja por trabalho ou moradia. Questionados se poderiam explicar o que são as mudanças climáticas, não souberam responder.

A respeito do Bem Viver, ninguém sabia definir o que era, mas ao descrever condições ideais de vida na comunidade ou por que escolheram viver naquela região, suas narrativas assemelham-se à filosofia ameríndia e ao conceito de Bem Viver descritos no capítulo 1. Exaltam a tranquilidade, a cooperação coletiva, a paz da vida no campo, entre outros atributos detalhados adiante, na seção 4.5.

Importante frisar algumas dificuldades encontradas para descrever os relatos presentes nas oficinas de mapeamento social. Como estas atividades foram abertas à participação de quaisquer moradores locais, tivemos a participação de moradores antigos, seus descendentes e moradores novos. Foi preciso identificar nos depoimentos quais atividades ligadas ao uso do fogo eram feitas desde os tempos mais remotos e quais eram fruto de costumes atuais, sejam elas modificações de usos tradicionais, novos hábitos resultantes da insurgência cotidiana, adoção de hábitos de outros locais ou uma mistura de tudo isso.

Para certificar se as narrativas descreviam atividades pretéritas ou atuais, os participantes eram indagados do período em que tais ações eram realizadas, nem sempre com respostas definitivas. A identificação da origem dos participantes (“nascidos-e-criados” no local, moradores recentes ou nascidos nas comunidades, mas que passam ou passaram parte da vida nos centros urbanos) facilitou o entendimento sobre as práticas atuais e as ancestrais.

A dificuldade de identificação de todos os participantes das oficinas de mapeamento com codinomes também se apresenta como entrave. Optamos por apresentar preferencialmente os depoimentos dos entrevistados, pois eles refletem tanto os hábitos mais antigos de uso do fogo nas comunidades como algumas práticas insurgentes e novas práticas de uso do fogo. Os depoimentos dos participantes das oficinas, portanto, serviram de pano de fundo e embasaram os diálogos com os moradores mais antigos das comunidades.

O conhecimento de anciãs e anciãos estão presentes nas prosas e conversas à sombra dos alpendres e das copas das árvores do Cerrado, onde realizamos a maioria das entrevistas: seis na Água Fria e seis no São Jerônimo.

Da Água Fria, trazemos as vivências e experiências de duas mulheres e quatro homens: Mestre-Aluno, Garimpeiro, Parteira, Agricultor, Professora e Lavrador. No São Jerônimo, nossa prosa foi com três mulheres e três homens: Agricultor, Matriarca, Topógrafo, Lavrador, Agricultora e Lavradora. Seus nomes foram substituídos por codinomes que indicam alguma atividade por eles desenvolvida ao longo de sua vida. Este anonimato é imposto pela Comissão de Ética em Pesquisa (CEP) para preservar a identidade dos participantes.

A partir das vivências e experiências narradas durante as oficinas de mapeamento e munida de um roteiro preliminar, as entrevistas com os sábios do fogo mais parecem conversas entre amigos, recheadas de causos e memórias. Nelas, os entrevistados narram como são, como vivem e como lidam com o fogo, descrevendo características dos habitantes, seus *habitats* e seus hábitos relacionados ao fogo.

Estes doze narradores - troncos e vindouros - são baluartes de uma cultura que fervilha em territórios ardentes. Seus saberes únicos refletem como o fogo era utilizado nos tempos mais antigos, demonstrando as práticas culturais singulares que marcam a importância do fogo para a sobrevivência e a existência de suas comunidades.

Quando usamos o termo “tempos mais antigos”, referimo-nos às práticas de uso do fogo que remontam a primeira metade do século XX. As informações sobre o uso do fogo nesta época foram obtidas durante os depoimentos dos “troncos”, cujas idades variam entre 72 e 94 anos. Seus relatos informam como seus pais utilizavam o fogo e como aprenderam com eles a manejá-lo.

Nestes diálogos/entrevistas confirmamos as informações apresentadas pelos participantes das oficinas de mapeamento e aprofundamos assuntos relacionados às práticas de uso do fogo, às percepções sobre o colapso climático e as relações pessoais e coletivas com a natureza que caracterizam seu Bem Viver.

#### **4.3 As dimensões da subsistência e da existência revelam a essência da cultura do fogo**

A realização das oficinas de mapeamento social dos saberes populares associados ao fogo marcou definitivamente nossa percepção da presença indissolúvel do fogo na cultura das duas comunidades pesquisadas.

Em relatos detalhados e contundentes, identificamos que o fogo é fundamental para a maioria das atividades ligadas a sobrevivência das

comunidades, como a produção e o preparo de alimentos. Não menos importante está a presença do fogo nas atividades coletivas, como as celebrações e festas religiosas, na iluminação das casas, no preparo de remédios caseiros feitos à base de produtos locais, entre tantos outros usos.

Sob a perspectiva de uma observação valorizada, identificamos duas dimensões ontológicas do fogo – de subsistência e de existência.

A dimensão da subsistência revela o fogo indispensável aos processos de manutenção da vida, às atividades relacionadas com o sustento dos moradores, e entre elas estão os saberes essenciais para sua sobrevivência.

O fogo de subsistência é marcado pela utilidade, pela necessidade vital. Sob a perspectiva fenomenológica de Bachelard (1990), podemos inferir que o fogo de subsistência se relaciona ao *animus*, o fogo eruptivo, ativo, o que pretende progredir, renovando-se. Este é o fogo empregado para a renovação dos pastos, para o preparo da terra para o plantio, para o preparo dos alimentos. No momento em que usam o fogo de subsistência, os moradores atizam mudanças na natureza, produzem fartura de alimentos, perpetuam sua cultura. Ao acender a chama do *animus*, despertam o fogo da objetividade, o fogo necessário, e controlam a erupção da vida.

A dimensão da existência engloba todos os demais saberes, sem os quais as culturas locais não existem em sua singularidade e sua completude. Elencamos aqui todos os demais usos do fogo indicados nas reuniões, oficinas e entrevistas. Este é o fogo de *anima* (Bachelard, 1990) que está presente nas festividades, no acalento das rezas íntimas, no calor dos chás, nas curas trazidas pelas cinzas e em todas as demais expressões culturais. É o reconforto e o calor, o fogo vivido, o fogo da subjetividade.

Importante ressaltar que as duas dimensões aqui subscritas – subsistência e existência – coexistem e coabitam uma mesma realidade, entrelaçam-se na tessitura da vida cotidiana das comunidades. Impossível, pois, imaginar uma sem a outra, uma dissociada da outra. Assim como o magma do fogo é encharcado de *animus* e de *anima*, as dimensões de subsistência e existência formam, juntas, a essência da cultura do fogo.

A indicação de duas dimensões para explicar a importância do fogo no cotidiano das comunidades Água Fria e São Jerônimo não pretende, de forma alguma, compartimentalizar ou classificar os diversos usos do fogo indicados pelas/os participantes durante o mapeamento social. Tampouco pretende criar ‘legendas’ para inserir os saberes relacionados ao fogo em representações

cartográficas futuras. Tais procedimentos não coadunam com a investigação fenomenológica, apenas funcionam para que possamos vislumbrar quão imperativo é o fogo na realidade vivida e experienciada por aquelas pessoas, colaborando para que se possa compreender a essência de suas identidades.

Também é preciso anotar que este estudo apresenta um panorama da situação atual dos saberes relacionados ao fogo nas comunidades estudadas. Como uma fotografia, reflete o momento atual que pode e provavelmente sofrerá alterações, visto que as comunidades, mesmo com suas tradicionalidades, não são estanques, imutáveis.

Para iluminar tais devaneios, fazemos uma aproximação entre os usos do fogo descritos pelos participantes e os complexos bachelardianos do fogo (BACHELARD, 1990, 2008). Tais aproximações ora pendem para um complexo, ora para outro, ora misturam-se entre eles, assim como as cores do fogo.

Desta forma, pintamos com feixes de luz as trilhas e caminhos que unem os saberes populares aos conhecimentos científicos. Escolhemos ilustrar com aquarelas as imagens que refletem em nós as narrativas de troncos e vindouros calcinados pelo fogo vivido.

Estas aquarelas foram feitas por Vania Lucia Lopes Bertier, doutora em Educação e minha mãe, com quem dialoguei sobre as descobertas e inquietações da pesquisa. Para criá-las, Vania ouviu minhas narrativas sobre o que eu ouvi dos sábios e sábias das comunidades, tomou contato com as decupagens das entrevistas, observou fotos das paisagens locais. Tais ilustrações, portanto, são pura fenomenologia bachelardiana: estampam aquilo que marcou a artista a partir das minhas descrições sobre as práticas tradicionais de uso do fogo das comunidades, as quais ouvi em narrativas saudosas e entusiasmadas dos participantes da pesquisa. Elas retratam estas memórias vividas, reverberadas nas narrativas sobre as artes de fazer uso do fogo apreendidas com seus antepassados. Apesar de sua baixa visão, Vania dá cor e vida às cenas cotidianas dos manejadores do fogo, recriando em imagens os saberes populares associados ao uso do fogo nas comunidades estudadas.

#### ***4.3.1 As técnicas de uso do fogo e o Complexo de Prometeu***

Antes de apresentar as técnicas empregadas pelos moradores das comunidades da Água Fria e São Jerônimo para manejar o fogo, lembramos que estas práticas foram ensinadas e repassadas de pais para filhos durante diversas

gerações. Ao longo do tempo, por conta de limitações estruturais, econômicas ou da própria “desobediência engenhosa” (BACHELARD, 2008, p. 17), foram sendo modificadas. Algumas, inclusive, já não são mais utilizadas por conta das restrições legais impostas pela política ambiental do “Fogo Zero”.

A esta vontade de superação dos pais e mestres pelos filhos, Bachelard denomina Complexo de Prometeu.

[...] todas as tendências técnicas que nos impelem a *saber* tanto quanto nossos pais, mais do que nossos pais, tanto quanto nossos mestres, mais do que nossos mestres. (BACHELARD, 2008, p. 18)

Para o autor, a vontade de aprender vem sempre atrelada ao instinto de superar os mestres.

A criança quer fazer como seu pai, longe do seu pai, e, qual um pequeno Prometeu, rouba fósforos. Corre, então, pelos campos e, no fundo de um barranco, ajudado por seus companheiros, acende a lareira dos gazeteiros. (idem, 2008, p. 17)

Ao manipular o fogo por si próprios, os filhos situam-se no nível intelectual daqueles que admiram - seus pais e mestres, repetem seus atos e aperfeiçoam seus conhecimentos. Brandão afirma que a prática pedagógica sempre existiu imersa nas práticas sociais, como no trabalho, onde “os mais velhos *fazem e ensinam* e os mais moços *observam, repetem e aprendem*” (BRANDÃO, 1984, p. 10).

Bachelard (2008, p. 18) afirma que há nos seres humanos “uma verdadeira *vontade de intelectualidade*”, caracterizada pela necessidade de compreender, sem depender exclusivamente do princípio da utilidade. Aprender e superar seus ancestrais, numa busca pelo crescimento pessoal, intelectual apenas. Assim como Prometeu, que desobedece às ordens dos outros deuses, os filhos modificam os saberes aprendidos, adequando-os à sua realidade. Assim, as técnicas apreendidas vão sendo alteradas ao longo do tempo.

As primeiras lembranças e/ou menções sobre o uso do fogo nas duas comunidades referem-se às atividades agropecuárias. As práticas antigas de agricultura indicavam o uso do fogo tanto na abertura das roças quanto para manter as áreas limpas para o plantio. Já na a pecuária, o fogo era empregado para estimular a rebrota do capim nativo, quase inexistente nos dias atuais. As atividades eram realizadas entre todos os membros da família.

Aos homens adultos, a responsabilidade pelo trabalho braçal mais pesado, como a carpina, a roçada e o plantio. Mulheres geralmente eram responsáveis pela alimentação, mas também colaboravam com as atividades braçais, especialmente na manutenção das roças. A participação infantil acontecia para que os mais novos

pudessem aprender como realizar as práticas, sendo a eles delegadas funções idênticas aos adultos, mas com menor intensidade. Na hora do uso do fogo, entretanto, as crianças aprendiam através da observação dos mais velhos. Por segurança, ficavam distantes das chamas, sendo responsáveis por ajudar a apagar qualquer faísca que insistisse em pular a área aceirada.

Quando indagados sobre como se dava o aprendizado das tarefas do dia-a-dia, afirmam que era basicamente por observação e repetição das práticas dos mais velhos, sem questionamentos ou maiores explicações, pois o silêncio e a obediência caracterizavam o respeito aos pais e mestres.

O uso tradicional do fogo é caracterizado pela prática constante de determinada técnica, aprendida e repassada de geração em geração, cujos objetivos iniciais de subsistência e de existência, o cuidado com a terra e com os outros mantêm-se preservados.

A figura 21 apresenta o início do preparo da terra para o plantio. Partindo-se de uma área de vegetação nativa ainda não manejada, a família delimitava a área que pretendia utilizar para, então, realizar a roçada e a carpina do aceiro.

Figura 21 – Preparo do aceiro



Fonte: Aquarela de Vania L.L. Bertier (2019) modificada pela autora.

O aceiro é figura fundamental para garantir a segurança no uso do fogo. Ele impede que as chamas da queima realizada em seu interior atinjam a vegetação nativa do entorno.

Nas entrevistas, não fica claro a largura dos aceiros tradicionais, mas é evidente a preocupação com a segurança, haja visto que as antigas moradias eram feitas com palhas de babaçu ou buriti, palmeiras locais.

Entrevista com  
PARTEIRA - AF,  
2018

Punha fogo só no cerrado e no pasto nativo, preservando a mata, mas antes fazia o aceiro. Aí queimava pra depois destocar e plantar, ou deixar o pastinho vingar. [...] Punha o fogo ao meio-dia, mas não podia ter vento. Levava o cigarro, acendia e punha assim, no alto, pra saber pra onde o vento ia. Assim não dava prejuízo pra ninguém. [...] a roça queimava e apagava sozinha. Arrodeavam um pra cada lado pondo fogo, queimava só no meio, cercado pelo aceiro, e o fogo apagava sozinho.

Enquanto as atividades de carpina e roça eram realizadas pelos homens adultos, mulheres e crianças ficavam ao largo dos aceiros munidos de “fachos”, galhadas ou palhas de palmeiras que funcionavam como abafadores, a fim de evitar que o fogo se espalhasse para áreas fora do aceiro, incendiando a mata nativa ou casas ao redor.

Entrevista com  
LAVRADOR - AF,  
2018

Papai queimava, fazia tudinho no quintal, beira de casa queimava, acerava tudo pra não vir o fogo e dar prejuízo. Porque lá era mato e a casa era de palha de sapé de babaçu. Então tinha que limpar de roda e quando vem o fogo, vem fogo brabo e tem que tomar cuidado. Se tem ninho de japuira<sup>28</sup> então, ele queima e o fogo pula distante.

A maioria dos aceiros tradicionais nas duas comunidades eram do tipo solo-mineral, quando o morador limpa completamente a área, expondo o solo, e empurra a vegetação extraída para o centro, onde será queimada após a secagem. Segundo Professora, “fazer o aceiro é fazer uma estrada na beira do mato” (Entrevista em Água Fria, 2019). Todavia, há relato de uso de fogo para fazer aceiro negro na comunidade São Jerônimo, quando o morador utiliza o fogo para queimar parte da vegetação e impedir a passagem de incêndios.

---

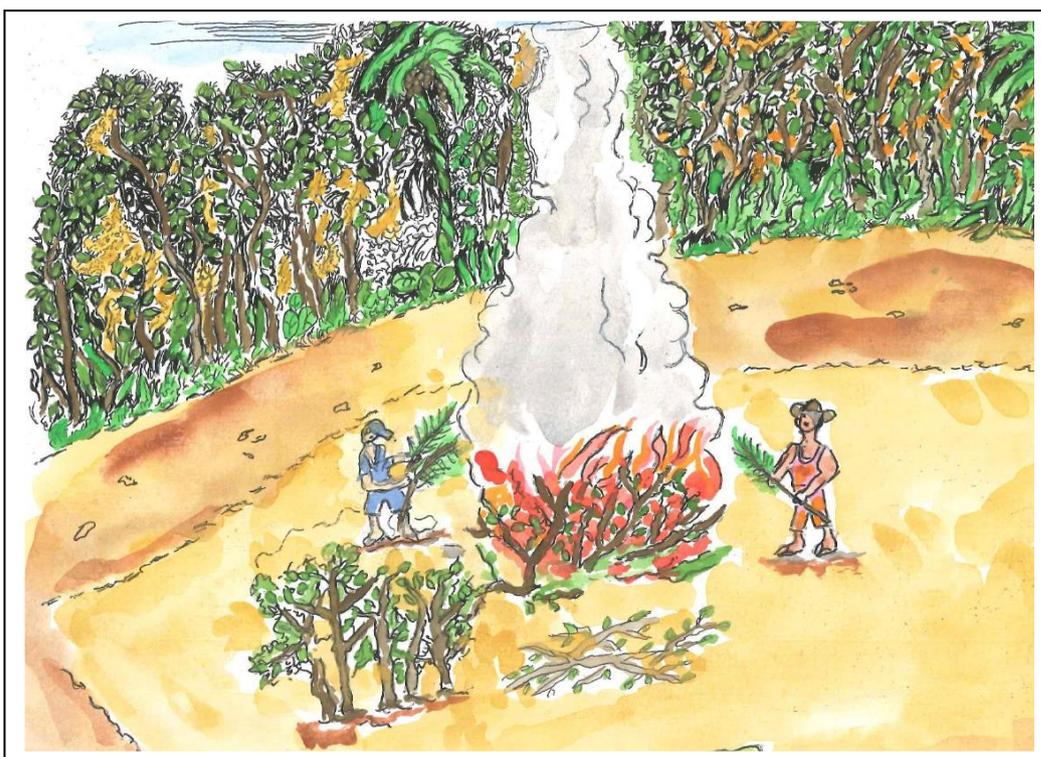
<sup>28</sup> Ou *Cacicus cela*, é ave da ordem dos Passeriformes. Bastante comum nas regiões norte e centro oeste do Brasil, faz ninhos com folhas de palmeiras, gravetos e capim em forma de uma bolsa pendurada com 40 a 70 cm. Por isso, tão ígneo. (Fonte: wikiaves.com.br/wiki/xexeu. Acesso em 25 mar. 20).

Entrevista com  
LAVRADOR - SJ,  
2019

Do tempo nosso, chegava na hora de acerar, então tem a mata aqui e tem um campo pra baixo, chegava mês de maio e acerava no fogo. Então chegava de tardezinha e botava aquele fogo e quando chegava de noite já tava tudo limpo.

Após delimitar a área do plantio com a confecção do aceiro, todo o material vegetal removido do aceiro era colocado dentro da área escolhida para o plantio. Após breve período, quando a vegetação cortada do aceiro seca, o agricultor realizava a primeira queima (Figura 22). Nela, o material já seco retirado do aceiro e a vegetação que restou no interior da área escolhida para o plantio são queimados. O fogo de baixa intensidade atinge a vegetação rasteira e as folhagens dos arbustos e pequenas árvores, limpando grande parte do terreno.

Figura 22 – Primeira queima para limpeza do terreno



Fonte: Aquarela de Vania L.L. Bertier (2019) modificada pela autora.

Para não perder o controle sobre a queima, adultos e crianças munidos de palhadas de palmeiras ou galhos de árvores se posicionam no entorno da área queimada para abafar quaisquer fagulhas. Ao final da queima, a área a ser plantada fica “limpa” de vegetação, restando apenas os troncos de árvores e arbustos maiores para serem cortados (Figura 23-A).

Em algumas entrevistas, foram relatadas as práticas da roça e carpina em toda a área a ser plantada, não apenas no aceiro. Como justificativa, informaram ser mais fácil cortar troncos ainda vivos do que os calcinados, que endurecem quando secam.

Figura 23 – Os troncos das árvores e arbustos restantes são cortados e enleirados para a segunda queima



Fonte: Aquarela de Vania L.L. Bertier (2019) modificada pela autora.

Para finalizar a preparação do terreno, o material lenhoso restante é juntado em leiras e queimado novamente (Figura 23-B), sendo suas cinzas espalhadas pelo terreno, a fim de fertilizar a área a ser cultivada. Este é o processo de formação das “roças de toco”.

O trabalho era simplificado se a área a ser cultivada era a mesma dos anos anteriores. Bastava manter o aceiro limpo (com solo totalmente exposto) e

preparar a área já desmatada para o plantio de acordo com os objetivos familiares – replantio ou substituição de cultura. O emprego do fogo, no caso, era apenas para limpar o terreno de folhas ou subprodutos das roças, cujas cinzas eram reaproveitadas como adubo.

Hoje, com a enorme dificuldade para a obtenção das autorizações de queimas controladas, a existência de maquinários para limpar e arar a terra e a impossibilidade de abertura de novas áreas para o plantio (pois todas as terras já “têm dono”), o fogo quase não é mais empregado no preparo da área a ser cultivada.

Todos os entrevistados e os demais participantes das reuniões e oficinas de mapeamento informaram que não fazem mais uso do fogo para este fim, mas afirmam que a prática ainda persiste, feita por pessoas que não tem recursos para contratar máquinas ou pagar mão de obra.

Sobre o uso do fogo para a preparação do terreno a ser plantado, os entrevistados afirmam, sobre as melhores épocas para a limpeza, queima e plantio:

Entrevista com  
LAVRADOR – AF,  
2018<sup>29</sup>

A gente sempre viveu da lavoura, então se nós vamos roçar, começa a roçada no mês de maio, derruba, pra em agosto poder queimar. Agora vamo aceirar por fora porque a roça do cumpadre tá pra ali, a do cunhado tá pra lá, eles as veis não tão preparado pra queimar roça naquela hora, então vamos queimar só a nossa. Então vamos fazer um dia de trabalho pra fazer o aceiro e queimar do aceiro pra roça, aí o fogo não ultrapassa. E tem que prestar atenção no vento.

Entrevista com  
AGRICULTOR –  
SJ, 2018

A gente plantava bem perto do córrego, roçava a mata e limpava a área com enxada, foice, fogo, e plantava tudo. A roçada era em junho e queimada em agosto porque era seco mesmo quase até o último dia de queimada, 24 de agosto. [...] antigamente queimava o pasto para plantar. Mas hoje não tem mais, mantem limpo é porque tem gado.

Os momentos dedicados à roçada e o plantio eram bem definidos, com a limpeza do terreno sendo feita entre maio e junho. Durante o mês de julho a vegetação carpida secava para ser queimada em agosto, no início das chuvas.

Os aceiros eram preparados no início da estação seca, entre maio e junho e a queima realizada em agosto, “antes das primeiras chuvas” (entrevista com Agricultora – SJ, 2019). Com o início das chuvas, ainda em agosto, os moradores já

<sup>29</sup> A indicação de AF ou SJ referem-se à comunidade que a/o participante mora, sendo AF para indicar Água Fria e SJ para indicar São Jerônimo.

podiam plantar mandioca, milho, arroz, feijão (colheitas anuais em regime de rotação). As roças fixas localizavam-se próximas às casas, com espécies frutíferas e ervas domesticadas.

As narrativas também indicam o final de agosto para queima de áreas de pasto nativo. Desta forma, com a chegada das águas, os brotos de gramíneas e as plantas em ramas (abóbora, maxixe, por exemplo) alimentavam o rebanho com fartura. Plantação de ramas e gado alimentado era sinônimo de alta produção de alimentos, leite e carne, que garantiriam boa saúde durante todo o ano.

Nos dias atuais a estação seca se prolonga por até cinco meses, tornando esta prática extremamente perigosa. Então, os relatos indicam que o fogo só é utilizado para a queima do material folhoso resultante da manutenção dos aceiros e da limpeza das áreas de plantio, que são cada vez menores.

Sobre o uso do fogo para auxiliar o desenvolvimento da pecuária, os entrevistados lembram que as terras não tinham dono e que as famílias escolhiam as áreas onde iam campear seu gado de acordo com a disponibilidade do pasto nativo e a proximidade de suas casas. Comumente compartilhavam a área entre vizinhos e compadres, diferenciando o gado apenas pelas marcas de “divisas”.

Diferentemente do significado inicial que suscitam, divisas não eram cercas, mas marcas feitas a ferro quente no lombo do animal ou cortes nas orelhas, que possibilitavam identificar a quem pertencia tal res.

Figura 24 – Ferro em brasa para marcar gado



Fonte: Aquarela de Vania L.L. Bertier, 2019.

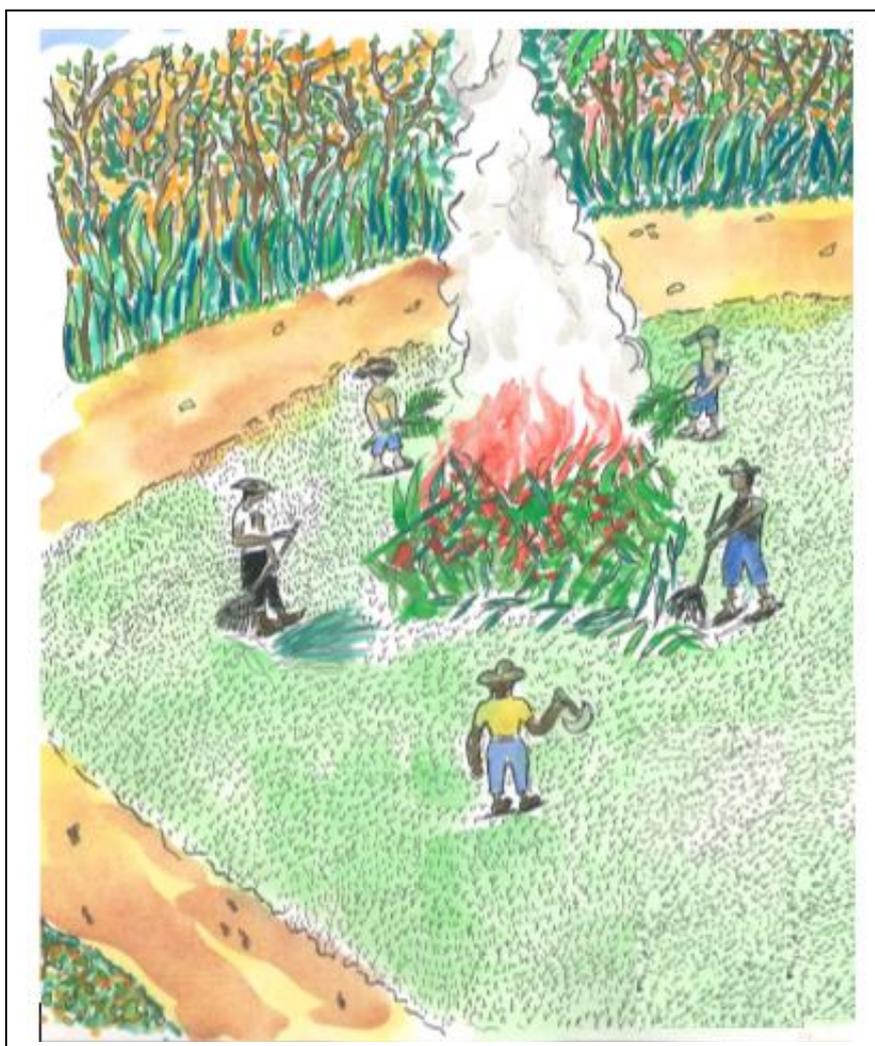
Alimentados apenas com pasto nativo, o gado era levado de uma área a outra pelo proprietário para a engorda. A ausência de cercas tornava a “perda” de

animais constante. Então a comunidade se unia para buscar o animal fugidio e reunir novamente o plantel.

O uso do fogo na atividade pecuária ficava restrito às ações para estimular a rebrota do pasto nativo. Foi mencionado nas oficinas das duas comunidades e detalhado nas entrevistas.

Assim como na agricultura, também na pecuária todo o trabalho se inicia, após a escolha da área, com a confecção do aceiro. O material vegetal retirado da área do aceiro é colocado para secar no seu interior. Depois de seco este material é queimado, juntamente com o restante da vegetação que ficou circunscrita pelo aceiro, como mostra a figura 25.

Figura 25 – Preparo da terra para prática da pecuária extensiva



Fonte: Aquarela de Vania L.L. Bertier (2019) modificada pela autora.

Naturalmente, após as primeiras chuvas, o pasto rebrota adubado pelas cinzas deixadas no campo (Figura 26). Estas também funcionam como complemento alimentar do gado.

Figura 26 – Estímulo à rebrota do pasto nativo



Fonte: Aquarela de Vania L.L. Bertier (2019) modificada pela autora.

Entrevista com  
AGRICULTOR -  
SJ, 2019

O fogo do pasto era época diferente. Por exemplo, se tinha alguma macega que não tinha queimado, então botava fogo no dia ou na véspera de São José, que é 19 de março, aí o gado comia as cinzas pra curar as doenças. Então várias pessoas queimavam esses pontos assim e esses pontos até serviam como aceiro pra mês de julho. Aí o capim tava bem novo e não tava aquela macega alta, então pra efeito de combate e de aceiro, a gente fazia esse tipo de coisa. [...] Em agosto usava fogo no pasto nativo também. Botava fogo depois de umas duas chuvas, ou se a primeira chuva já desse bastante pesada, aí logo quando começava a secar já botava fogo no campo pra queimar. Se a chuva tivesse sido meio fraca, aí esperava a segunda, terceira chuva, conforme o tempo, aí botava fogo nos campos pra sair pasto pros animais.

Como citado na entrevista, o fogo para a pecuária era feito em período diferente. Era preciso fazer fogo no início da estação chuvosa, para que as chuvas

possibilitassem a rápida rebrota do capim nativo. Desta forma, o gado teria alimentação farta nos meses secos de inverno (junho, julho e agosto). Também era importante evitar a “macega”, ou “marcega”, caracterizada pelo adensamento de vegetação seca rasteira, que dificultam o crescimento do pasto nativo e favorecem a incidência de incêndios florestais.

Com a chegada das cercas, consolidada a partir da década de 60, e a impossibilidade do uso coletivo das terras, esta prática já não é mais realizada nas comunidades. Atualmente predominam nas paisagens a gramínea exótica *Brachiaria*, onde o emprego do fogo não é realizado, relegando o cultivo do pasto nativo ao abandono e esquecimento. Persistem ainda a devoção à São José, santo padroeiro das famílias.

Ainda sob a dimensão da subsistência, citamos o uso do fogo confinado em fogões de lenha, tacurus e fogos de chão para o preparo da alimentação.

O fogo de chão e o tacuru são as formas mais rudimentares para cozinhar os alimentos na área rural, principalmente quando a comida era preparada ao ar livre, próximo do local do roçado ou do pastejo.

Tacuru é o fogo feito na altura do chão, onde as panelas ficam apoiadas em pedras, como na figura 24. Também é bastante utilizado durante as festanças, quando é preciso improvisar mais áreas para preparar grandes quantidades de alimento.

Figura 27 – Tacuru preparado em cozinha improvisada, construída para festa comunitária



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

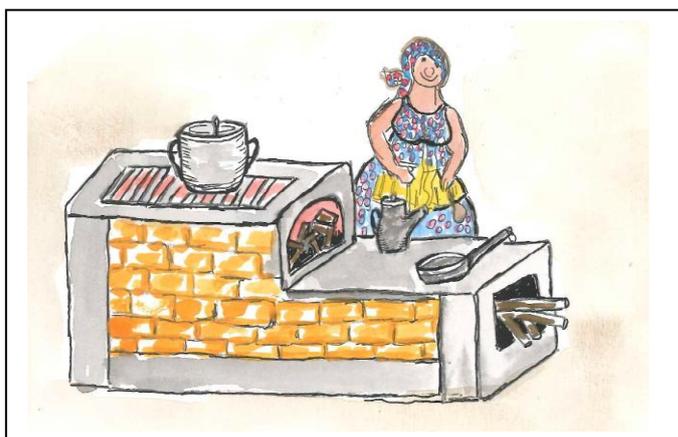
Menos comum que o tacuru é o fogo de chão, onde o fogo é feito em buracos cavados no solo. Neste caso, as panelas ficam elevadas, suspensas em estruturas de apoio ou sobre as brasas, quando o preparo implica em cozimento mais rápido.

Nas residências, a maioria das famílias preparavam seus alimentos no fogão à lenha.

Entrevista com  
MATRIARCA - S.J.,  
2019

Minhas irmãs mais velhas é que ensinava [ a cozinhar], “faz assim”, aí eu fazia. Fazia tacuru pra cozinhar, também fogo de chão. Depois mamãe mandou fazer fogão alto pra cozinhar estirado assim [em pé]. Quando chovia bastante que invernava mesmo juntava água e o fogo não pegava. Ah, demorava! Depois que o fogão ficou em cima, aí ficou bom.

Figura 28 – Fogão à lenha



Fonte: Aquarela de Vania L.L. Bertier, 2019.

Atualmente, com a escassez de lenha e a facilidade de acesso ao fogão a gás, as famílias utilizam o fogão a lenha apenas para o preparo de alimentos que demandam mais tempo como para cozinhar feijão, e para o preparo de alimentos quando da presença de mais pessoas, como em reuniões familiares. Mestre-Aluno pontua que a prática se dá porque “na lenha a comida fica mais saborosa” (entrevista na Água Fria, 2018).

Outras atividades indiretamente ligadas as práticas agropecuárias também contam com o uso do fogo, como o preparo da farinha de mandioca, da rapadura e dos doces, e a queima das panelas de barro nas fornalhas.

Figura 29 – Tacho para preparo de farinha de mandioca



Fonte: Aquarela de Vania L.L. Bertier, 2019.

As casas de farinha eram estruturas tipicamente coletivas. Construídas em grupo ou por uma família, mas que podiam ser usadas pela comunidade livremente. Hoje, há poucas farinheiras e as que existem são pouco utilizadas. Quando são, já não mais compartilham a prática e o consumo coletivos.

Entrevista com  
AGRICULTOR -  
SJ, 2018

Tem fogo e fornalha na farinha; o fogo é raso e os dois usa o fogo. Só no passado tinha fogo que fazia cerâmica, assar cabeça de boi, assar leitoa. Hoje já quase não faz.

#### ***4.3.2 As contradições do fogo e o Complexo de Empédocles***

Com a escassez de recursos disponíveis, tudo é aproveitado no campo, desde os tempos mais antigos até os dias de hoje. Inclusive as cinzas, por muitos consideradas impuras ou refugo do que sobra após as queimas.

As cinzas, aliás, apresentam especial destaque e são matéria de especial predileção do morador do campo por sua utilidade. Funcionam como complemento alimentar para o gado, são usadas para combater cupins, carrapatos e bicheiras, e como fertilizante para as plantas.

Entrevista com  
GARIMPEIRO -  
AF, 2018

Uso a cinza no preparo da terra, para plantar e melhorar o pasto porque tira a acidez do solo. Quando você fica três anos sem queimar, o pasto morre. Então tem que queimar. [...] também tem o facho<sup>30</sup>, que mata as 'imundiças'; e a cinza, que mata o cupim.

<sup>30</sup> Segundo o entrevistado, facho é um galho de vegetação que, quando aceso com fogo, é passado na copa das árvores para matar pragas e insetos. Também é chamado de facho os ramos de árvores e palmeiras usados como abafadores para o controle do fogo.

Entrevista com  
TOPÓGRAFO - SJ,  
2019

O adubo é a cinza e a própria folha, um pouco apodrece e as folhas mais duras, taca fogo e vira cinza. Melhora a terra muito mais do que arar, arar, cavocar, cavocar.

Entrevista com  
PROFESSORA -  
AF, 2019

Quem campeava sabe como queima e como não esparrama o fogo. Fazia uma queimada pequena. Aí o gado tá lá comendo tudo aqueles brotinho que tão nascendo e lambendo as cinzas. As cinzas servem de sal pro gado, as cinzas são alimento do gado e o remédio do gado.

A comprovação da necessidade da presença do fogo, da destruição do fogo, para o renascimento da vegetação, a cura de doenças e o aumento da produtividade agrícola que, por conseguinte, traz mais fartura alimentar e saúde para as comunidades, nos faz retomar o pensamento sobre as dualidades do fogo.

A importância das cinzas, que só são obtidas após uma queima, comprova a ideia bachelardiana descrita em seu Complexo de Empédocles: “Tudo perder para tudo ganhar” (BACHELARD, 2008, p. 27). E novamente temos a força das contradições do fogo.

Assim como na vida, para Bachelard a morte é parte intrínseca do percurso, não um ponto final. Para ele, mais do que um término, a morte pelo fogo é prenúncio de mudança, de renovação.

O ser fascinado ouve o *apela da fogueira*. Para ele, a destruição é mais do que uma mudança, é uma renovação (idem, p. 25)

Como a Fênix, que renasce das cinzas, são as cinzas o âmago do renascimento, da mudança de uma situação de morte para o retorno à vida, para a ressurreição. Empédocles, médico e filósofo grego pré-socrático, joga-se na cratera do vulcão Etna para tornar-se fogo, para buscar a purificação pelo fogo (ibidem, 1990, p. 113-114). Este paradoxo de entregar-se à morte para buscar a vida/ressurreição é signo da contradição, exemplo maior da ambivalência do fogo, transmutado em cinzas.

Apesar de hoje em dia o fogo não ser quase empregado para as práticas agrícolas, o uso das cinzas permanece. Os moradores indicam que, mesmo com a restrição imposta pela Política do “Fogo Zero”, ainda limpam o terreiro, reúnem as folhas caídas e secas – os “ciscos”, em montes e tocam fogo. Reforçam que o fazem sob muitos cuidados, para que as chamas não se espalhem para outras propriedades. Para tanto, usam o fogo no final da tarde, quando a temperatura já está mais amena. Com as cinzas, adubam as pequenas roças, as hortas, fruteiras e demais plantas dos quintais.

O reconhecimento da importância das cinzas permanece, apesar da existência de adubos e outros insumos. Persistem, resistentes, os saberes populares associados às cinzas.

#### **4.3.3 A coletividade, a afetividade e o Complexo de Novalis**

A valorização da família, do trabalho em grupo, do respeito e do cuidado, é marca indelével da vida nas comunidades tradicionais. Essa afetividade é marcada pelo calor humano, fruto do amor ou das intrigas, sempre presentes na vida em grupo.

Reunimos nesta subseção todas as práticas narradas pelos participantes que envolvem este calor: do amor partilhado em grupo, nos “muxiruns” e nas festas de santos, onde o fogo está presente para celebrar a fartura, a amizade, a devoção, a iluminação do ser. Também estão presentes as lembranças associadas às crenças e práticas de saúde que demonstram que a religiosidade e o fogo estão intimamente conectados.

A coletividade está presente nas práticas agropecuárias e de manutenção dos sítios, que eram realizadas entre todos os membros da família, incluindo mulheres e crianças. Podiam contar com a participação de vizinhos, em sistema de mutirão, ou “muxirum”.

Nestas práticas o fogo era partícipe o tempo todo, seja na queima da roça para o plantio ou rebrota do pasto, na cocção dos alimentos para os trabalhadores, no preparo de uma comida especial em agradecimento pela ajuda de vizinhos e amigos.

Entrevista com  
MESTRE-ALUNO  
- AF, 2018

Às vezes tinha mutirão para fazer queimada, que sempre era regado a comidas e furró, iluminado com lamparinas e fogueiras. [...] Até 1982 na comunidade de Água Fria não tinha cerca, não tinha limite. Era um terreno só. Todo mundo cuidava junto.

Entrevista com  
PARTEIRA - AF,  
2018

Sempre fui pra roça com meus pais, depois com meu marido. Ajudava a carpir, roçar, depois a gente fazia a comida no chão ou no tacuru pra todo mundo.

Em sua “Psicanálise do Fogo”, Bachelard visita diversos autores que indicam que a festa da colheita e do sol são a festa da *semente* do fogo (BACHELARD, 2008, p. 49). Nestas ocasiões, prevalece o valor *agradável* do fogo sobre sua utilidade (idem, p. 151). O fogo preparado para as festas e celebrações é o fogo primitivo, quando os conviveres se reúnem ao redor das chamas da fogueira ou do fogão para se alimentar, prosear, compartilhar sentimentos, angústias, desejos. Ali

plantam sementes valorizadas de amizade, respeito, companheirismo. É, pois, recheado de calor e amor.

Os dias santos eram comemorados com fartura de comidas feitas no fogão de lenha, no fogo de chão e enterrada sob brasas, como no caso da tradicional cabeça de boi assada. Nestas ocasiões, toda a comunidade se reunia para celebrar suas tradições com música, danças, procissão, comidas e bebidas, sempre acompanhadas do fogo.

Entrevista com  
GARIMPEIRO -  
AF, 2018

Dia 24 de junho o fogo é um perigo, há até reza do fogo. “Se São João soubesse que hoje era seu dia, descia do céu na terra com prazer e alegria”. São João gosta do fogo, gosta de alegria. Quando é festa de São João é foguete para todo lado, descem para o rio para lavar o rosto. Se não ver o rosto refletido no rio, noutro ano não alcança a festa.

Foram mencionadas a presença de fogo em diversos momentos, como em fogueiras, velas na procissão e nos altares, fogos de artifício, nos fogões a lenha e tacurus, entre outras.

A presença de fogueira é registrada especialmente nas festas juninas e quando o inverno se acentua. O fogo, então, afasta o frio e aquece os devotos, animando danças a noite toda ao redor de suas chamas.

Figura 30: Quadro de festividades elencadas durante o mapeamento social do fogo nas comunidades da Água Fria e São Jerônimo

ÁGUA FRIA				
FESTA DE	PERÍODO	RESPONSÁVEL	LOCAL	CARACTERÍSTICAS
São Sebastião	20 jan	Salvador	Água Fria	
São José	19 mar	Igreja Católica	Água Fria	Procissão
Santo Antônio	13 jun	Timbe	Água Fria	Fogueira
São João	24 jun		Água Fria	Fogueira Caminhada na brasa Batismo compadrês Lavagem do santo Reza na beira do rio
São Benedito	1º domingo jul	João Siqueira	Engenho	Fogueira
São Pedro e N.Sra. Aparecida	16 ago	Tuta	Pingador	Fogos Fogueira Procissão Altar com velas
N.Sra. Aparecida	Ago	Martinha	Mata do Cipó	Procissão Reza
São Roque	Ago 7 set	Josefa	João Carro Biquinha	
SÃO JERÔNIMO				
FESTA DE	PERÍODO	RESPONSÁVEL	CARACTERÍSTICAS	
São Sebastião	20 jan	Associação		
N.Sra. Aparecida	Out	Rita	Dança	
São Benedito	Set	Tomás		
São Jerônimo	30 set		Reza cantada	
São Gonçalo				

Fonte: Flavia Bertier, com informações da oficina de Mapeamento Social do fogo nas comunidades da Água Fria e São Jerônimo, 2019.

Dentre todas as festas citadas pelos participantes da pesquisa, a única que está diretamente atrelada à produtividade agrária é a de São José, em 19 de março, quando os devotos rezam pedindo chuvas abundantes para irrigar suas roças e molhar seus pastos. As demais festas das comunidades são sempre realizadas como agradecimento ou promessa feitas aos santos de devoção da família organizadora.

Entrevista com  
AGRICULTOR -  
SJ, 2018

A festa cultural é mais católica. As famílias católicas têm altar em casa. Quem tem acende vela à noite. A vela é simbólica. [...] As festas são assim: São Gonçalo fazia, mas não faz mais. São João, Santo Antônio. São Benedito é em setembro, eu que faço. São Sebastião

é 20 de janeiro. Nossa Senhora Aparecida a Dona Rita e o Nelson que faz.

As tradições das festas são passadas de geração em geração, ficando os filhos responsáveis pela perpetuação das celebrações aos quais seus pais tinham como promessa. Kawahara (2015, p. 117) afirma que as pessoas, nestes encontros, “reproduzem e ressignificam, pela repetição anual dos ritos, tudo aquilo que consideram valoroso à construção e lembrança do que julgam essencial em suas vidas”.

Segundo Brandão (1984), o aprendizado de pai para filho sempre esteve presente nos rituais de celebração coletiva, onde as pessoas cantam, dançam, celebram e ensinam ritos aos mais jovens, como uma codificação da vida social, em que tais atos representam a memória, a identidade e a cultura dos diversos grupos sociais.

Atualmente, percebem-se alterações nas festividades e celebrações nas comunidades da Água Fria e do São Jerônimo. Soares (2018), ao explicar sobre outra comunidade quilombola mato-grossense, justifica a diminuição e a descaracterização das festas populares, com impactos significativos nos hábitos antigos:

Com o falecimento das/os devotas/os mais antigas/os, as tradições das festas acabam se perdendo, como a ausência das danças típicas regionais, a venda de grande parte das refeições, a minimização da importância da reza ao santo padroeiro e outras modificações apontadas como desarticuladoras deste momento coletivo, que muitas vezes sobrepõe o lucro ao comprometimento da promessa herdada no seio familiar. As novas gerações parecem ter perdido o vínculo com a religiosidade que movimentava os rituais festivos e a natureza local, por sua vez também prejudicada pelas ações da devastação ambiental, não mais oferece o mesmo ciclo da vida, que orientava os plantios, as colheitas e as chuvas, responsáveis pelo cultivo natural dos alimentos. Neste sentido, é perceptível que a utilização de algumas festas de santo para arrecadar dinheiro reflete as poucas alternativas de geração de renda deste povo [...].” (SOARES, 2018, p. 114-115)

Apesar das mudanças, as festas continuam a demarcar espaço fundamental para celebrar o respeito e a amizade presentes no calor da comunidade. Figuram, portanto, como sementes para a manutenção da vida em grupo.

A necessidade de celebrar e agradecer a fartura da produção agropecuária que garante a subsistência dos moradores ao longo do ano é o símbolo da ligação íntima com a natureza.

Destacamos o uso das velas para iluminar a relação espiritual entre os moradores e seus santos de devoção. O fogo das velas conecta o terreno ao

celestial, traz a paz num calor que penetra o corpo e alcança a alma. A esta relação íntima entre a luz e o calor penetrante, Bachelard denomina Complexo de Novalis.

O complexo de Novalis é caracterizado por uma consciência do calor íntimo que ultrapassa sempre uma ciência completamente visual da luz. (BACHELARD, 2008, p. 61)

Assim, acendia-se uma chama de vela em homenagem ao santo de devoção para pedir proteção em nome do nascimento de uma criança, da saúde de um idoso, da colheita por vir, em retribuição a alguma graça alcançada, etc. Os altares domésticos sempre estavam iluminados com fogo.

Figura 31 – Velas acesas em procissões e altares caseiros



Fonte: Aquarelas de Vania L.L. Bertier, 2019.

Também presentes nas festas de santo, o uso das velas indica, além da devoção dos moradores e sua comunhão com o celestial, um momento de partilha com os que têm apreço. Para Bachelard, as manifestações expressas no calor compartilhado, conservado e doado àqueles que mereçam sua comunhão (2008, p. 61) que descrevem o Complexo de Novalis estão presentes nas celebrações coletivas.

A transcendência novalisiana é apresentada por Bachelard quando se dá a idealização do fogo na luz (2008, p. 156). Entendemos que tal transcendência se configura quando o ser revive sua primitividade. Sem explicação científica que dê conta da espiritualidade latente, o fogo e a luz sublimam-se nas crenças narradas pelos troncos e vindouros das comunidades, mestres de saberes locais, como nos depoimentos a seguir:

Entrevista com MESTRE-ALUNO - AF, 2018	O fogo de São João não queima. Minha fé no São João me faz passar na brasa descalço e não queimar.
Entrevista com AGRICULTORA - SJ, 2018	Aqui tem benzendeira e parteira. Usava o fogo para esquentar a água e fazia a benzeção. Ela morava perto da serra e quando precisava, ela ia na casa das pessoas. Já morreu. [...] Dona Josefa usava o fogo para esterilizar o umbigo de criança.
Entrevista com TOPÓGRAFO - SJ, 2018	Onde tem ouro sempre aparece labareda de fogo. Dum fogo azul que fica assim do chão. Diz que é pra indicar onde está a riqueza... Eu já vi, mas não fui atrás não. [...] Uma vez o fogão azul ficou no mesmo lugar três dias e três noites. Num fui lá não.
Entrevista com GARIMPEIRO - AF, 2018	Tive um choque térmico, encaranguei. Desde então faço a reza de santo no dia 20 de janeiro. Porque santo tem poder, tem que ter fé. [...] uma vez eu tava no mato acampado lá perto do Cambambi, tinha ido buscar erva pra raizada. A noitinha começou um barulho forte assim, UUUUHHHH, UHHHHH, e aquilo foi aumentando e aumentando. Saltei logo e fui arrodar. Pus fogo em tudinho assim, em volta do barulho, assim fazendo um círculo. Depois o barulho parou, era o Troá, certeza!

Troá é uma figura mítica presente na cultura mato-grossense. De acordo com a pesquisadora Maria Cristina de Aguiar Campos, professora e membro da Academia Matogrossense de Letras, os moradores de Chapada dos Guimarães relatam a existência de uma criatura igual a um pássaro pré-histórico que habitava os paredões, nunca visto frente a frente. Segundo Campos, “O grito da ave é medonho... uma espécie de eco, dando origem ao seu nome: Troá, do verbo troar”<sup>31</sup>. O Troá de Serra Acima é assustador, e protege a natureza pela imposição do medo.

Para os moradores da comunidade São Jerônimo, o Troá é uma figura acolhedora: um ser baixinho, peludo, que tem no umbigo arroseado seu ponto fraco. É também protetor da natureza, mas de uma forma mais humana. Por esta razão, foi escolhido pelos brigadistas como símbolo da Brigada do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

<sup>31</sup> Fonte: <https://www.hnt.com.br/cuiabania/escritora-explica-lendas-e-mitos-mato-grossenses/102202>. Acesso em 13 jul. 2019.

Figura 32 – Troá, símbolo da Brigada do PNCG

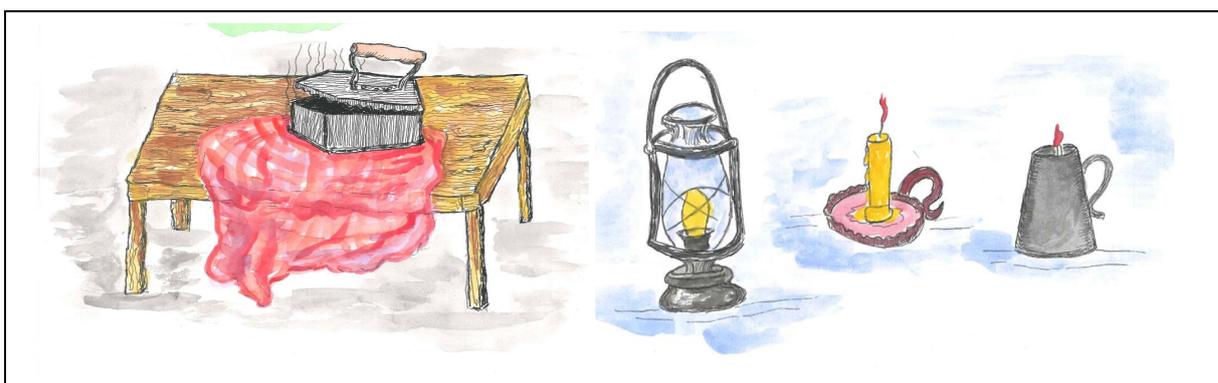


Fonte: PNCG/ICMBio, 2018.

Fogo, luz, calor; agradável e útil. O fogo transita entre todas estas características e está nelas como o *animus* e o *anima*, numa relação de subsistência e de existência, concomitantemente.

Não podemos deixar de mencionar que antigamente o fogo esteve presente em brasa nos ferros a carvão, nas chamas de lamparinas de querosene e candeeiros de azeite de mamona e nas velas, para iluminar as casas. Hoje, tais usos foram substituídos pela eletricidade que abastece ferros de passar e lâmpadas.

Figura 33 – Outros usos do fogo: ferros de passar a carvão, lampiões, velas e lamparinas



Fonte: Aquarela de Vania L.L. Bertier, 2019.

Por fim, registramos o desaparecimento dos “rezadores do fogo”. Figuras importantes nas comunidades antigamente, hoje resta apenas um no Distrito da Água Fria, na comunidade do Pingador. Chamados para auxiliar a diminuir e apagar os incêndios florestais pelos vizinhos, os “rezadores do fogo” valiam-se de sua fé

e de conhecimentos tradicionais para evitar que o fogo sem controle se alastrasse, causando danos aos moradores.

“Lavrador” (AF), o último bastião desta arte de controlar o fogo, não ensinou seus saberes para filhos ou outras pessoas. Numa prosa após o almoço em sua casa, em 2018, disse que não enxergou em ninguém da comunidade a luz da fé e a vontade em desempenhar tal responsabilidade, características imprescindíveis a um discípulo e aprendiz. Quando indagado se continuava a praticar sua reza para evitar a destruição causada pelo fogo, “Lavrador” afirmou que sim, mas sem muito sucesso nos últimos tempos. Como justificativa, afirmou que a natureza tem estado muito mudada ultimamente, e que seus conterrâneos não mantêm a mesma fé de antigamente. Sem ela, não se controla o fogo.

Apaga-se com ele, portanto, a chama de um conhecimento único, indescritível.

#### ***4.3.4 A aguardente, a saúde e o Complexo de Hoffmann***

O Complexo de Hoffmann é, para Bachelard (2008, p. 124), o fechamento de um círculo: onde sua fenomenologia desfaz-se dos conhecimentos objetivos para reencontrar a liberdade da experiência.

Para tanto, apreciar a aguardente é a forma de nos aproximarmos da matéria do fogo.

A aguardente é a água de fogo. É uma água que queima a língua e se inflama à menor faísca. [...] Desaparece com o que ela queima. É a comunhão da vida e do fogo. O álcool é, também, um alimento imediato que prontamente instala seu calor na cavidade do peito (BACHELARD, 2008, p. 123)

A aguardente é um destilado alcoólico. No Brasil, é feita a partir da cana de açúcar e é chamada cachaça. Esta bebida sempre esteve muito presente no cotidiano das comunidades da Água Fria e do São Jerônimo. Antigamente, era empregada tanto em receitas tradicionais de remédios caseiros como enquanto bebida principal nas festas comunitárias.

Sobre os usos relacionados à saúde dos moradores, “Parteira” (AF) indicou sua presença em diversas receitas como, por exemplo, na “queimada”: beberagem feita com cachaça, açúcar, folhas de laranjeira e ervas. Era servida às parturientes como anti-inflamatório, após o nascimento de seus filhos. Para prepará-la não é necessário o uso do fogo, pois o próprio álcool é responsável por

extrair as substâncias medicinais dos ingredientes, o que comprova seu “fogo interior”.

Para outros remédios, entretanto, como os chás de ervas do mato, é necessário aquecer a água nos bicos do fogão à lenha. O fogo também era empregado para esterilizar instrumentos como tesouras, utilizadas nos partos caseiros.

Entrevista com  
PARTEIRA - AF,  
2018

Quando nasce a criança, a gente faz a queimada pra mãe beber. É assim: mistura cachaça com folha de laranjeira e açúcar queimado, Aí ela bebe, é forte. [...] E também cuida do umbigo da criança: pega cinza de folha de laranja, enrola num paninho comprido e faz uma cinta na barriguinha da criança, assim não dá inflamação.

Figura 34 – Utensílios e materiais utilizados para cuidados de saúde



Fonte: Aquarela de Vania L.L. Bertier, 2019.

Ainda sobre a saúde, há relatos de uso do fogo em fachos, geralmente um galho da palmeira buriti em chamas, com os quais os moradores salteavam rapidamente bichos e plantas para manter a saúde dos animais domésticos (matar carrapatos, no geral) e afastar os insetos da vegetação. Com a mesma finalidade, as cinzas eram coletadas para serem aplicadas no lombo dos animais e nas plantas para afastarem as pragas.

Retornando à aguardente propriamente dita, considerando-se que a cana de açúcar era plantada largamente nos arredores de Chapada dos Guimarães e Cuiabá no início do século XX, a disponibilidade da bebida era fácil nas duas comunidades estudadas.

Servida pura ou fermentada com frutas do Cerrado, formando licores, a aguardente sempre esquentou as festas, aproximou pessoas, acalentou pensamentos.

Seu “fogo interior” produz experiências subjetivas inconscientes que excitam possibilidades não apenas espirituais, mas principalmente de linguagens (BACHELARD, 2008, p. 129). Assim, enriquece o vocabulário e libera a sintaxe de seus consumidores.

Podemos encontrar exemplos destes devaneios nas expressões artísticas, como nos cantos e na dança, onde o Siriri encontra destaque.

Figura 35 – Apresentação do Grupo de Siriri Flor do Cambambi durante comemoração dos 30 anos do PNCG, em Chapada dos Guimarães



Fonte: Arquivo pessoal da autora, 2019.

Uma das danças mais populares e conhecidas do folclore mato-grossense, o siriri, tem sua tradição do Siriri preservada no Distrito da Água Fria. Formado em 12 de junho de 1967 durante uma reza para Santo Antônio, o grupo de siriri da Água Fria atravessou décadas ensinando e preservando a cultura local. Chamado inicialmente de Grupo de Siriri Jardim da Serra, passou a “Grupo de Siriri Flor do Cambambi, pais, filhos e netos” quando integrou os adultos com jovens alunos da Escola Estadual do Campo São José, em 1996 (FERNANDES, PELLEGRIM, 2011, p. 11-12).

Participante da agremiação desde sua fundação, Mestre-Aluno é aluno do EJA da escola São José e mestre de siriri do grupo. Ele nos conta, emocionado, como a participação dos jovens é fundamental para a preservação da cultura do siriri e para manter o orgulho às próprias raízes.

Infelizmente, há enorme dificuldade em manter esta e outras tradições nas comunidades. A falta de apoio para a continuidade do aprendizado de expressões culturais como a dança do siriri, por exemplo; a disseminação em larga escala de músicas de outras regiões do país pelas grandes mídias; a chegada da eletricidade, que possibilitou servir cerveja gelada nas festas, substituindo o consumo da cachaça e dos licores artesanais; os remédios produzidos pelos grandes laboratórios farmacêuticos, que substituíram os caseiros, feitos a partir de ervas e folhas do Cerrado. Tudo isso contribui para a perda dos saberes populares associados ao fogo.

#### ***4.3.5 O Complexo de Harpagão e a cultura do fogo***

Descrevemos ao longo de toda a seção 4.3, através das narrativas dos participantes da pesquisa e interpretações fenomenológicas bachelardianas, as ambivalências do fogo.

Nela apresentamos, além do fogo “útil”, descrito nas práticas de uso do fogo em atividades cotidianas dos moradores das comunidades do São Jerônimo e da Água Fria, o fogo “agradável”, presente nas manifestações culturais, espirituais e nas memórias das experiências vividas.

Bachelard nos ensina que “não perdemos nada do que absorvemos e que todas as substâncias preciosas são cuidadosamente postas em reserva” (BACHELARD, 2008, p. 137). A este pensamento, denomina “Complexo de Harpagão”, responsável por comandar a cultura.

Apesar de enfrentar mudanças significativas nos últimos tempos, todas as manifestações narradas são substâncias preciosas, valorizadas pelos moradores das comunidades. Durante práticas de uso do fogo em atividades ligadas à sua subsistência e sua existência, reúnem o éter de sua essência, a que chamamos de sua “cultura do fogo”.

Percebemos, ao longo das vivências e *com-vivências*, que todos os participantes identificam claramente a necessidade do fogo em suas vidas, e que sabem reconhecer o “fogo bom” do “fogo ruim”.

Chamamos de “Fogo Bom” todas as formas de uso do fogo que possibilitam a manutenção da subsistência e da existência das comunidades. Entretanto, inclusive as formas tradicionais de uso do fogo podem levar ao “Fogo Ruim”, se não desempenhadas com a segurança e o zelo perpetrados nos saberes populares, incluindo-se principalmente o cuidado e o respeito com o outro e com a natureza.

Com a implantação da Política do “Fogo Zero” pelo Governo brasileiro, os usos tradicionais do fogo ficaram cerceados. Como citado anteriormente, a ausência do fogo no Cerrado tornou este bioma um imenso barril de pólvora, que explode em incêndios florestais anualmente devido ao acúmulo de matéria orgânica seca.

Esta situação é percebida pelos moradores das comunidades como prejudicial ao Cerrado, contribuindo para o aumento da incidência de incêndios florestais na região e alterações significativas em suas vidas e na natureza, conforme os relatos abaixo:

Entrevista com GARIMPEIRO - AF, 2018	Não concordo com a lei do Ibama, Indea. [...] Quando criou o ‘meio ambiente’ <sup>32</sup> botou limite no fogo. Aí, diminuiu a chuva.
Entrevista com AGRICULTOR - SJ, 2018	Quando veio a criação do Parque Nacional, a questão do Ibama era ausente na comunidade. Começou quando chegou os brigadistas. [...] o fogo parece que está reduzindo, o controle é importante. Houve um incidente grande em 1994, 95, 96; teve morte só de animais, teve prejuízo, houve o descontrole, num momento que estava ventando. [...] há treinamento quando os brigadistas vêm na comunidade, é importante ter um curso.

Tanto os participantes da oficina de mapeamento quanto os entrevistados identificam a diferença entre queimada, resultante da queima controlada feita a partir de saberes populares aprendidos com seus antepassados, e os incêndios florestais.

Depoimento de ASSENTADO durante oficina de Mapeamento- AF, 2018	A queimada faz o bem, o Incêndio vai acabar matando os animais, prejudicando a gente mesmo, na criação de gado, lavoura e pastagem. Voa faísca como voou pra dentro da escola, há uns 3 anos. Se a gente não tava lá, queimava tudo.
Entrevista com AGRICULTOR - SJ, 2019	Incêndio é o negócio sem controle aí que as vezes acontece geralmente no Parque Nacional, muitas vezes é colocado, outras é fogo de raio natural

<sup>32</sup> O entrevistado, ao citar ‘meio ambiente’ refere-se às leis ambientais e a presença das autarquias ambientais na comunidade.

mesmo. Aí vai ganhando força e fica sem controle. As queimadas a gente faz, né? Hoje muito pouco se faz queimada, os animais nossos nem comem mais pasto natural.

De todos os envolvidos na pesquisa, apenas “Matriarca” (SJ) não identifica diferenças entre os dois termos. Do alto de seus 94 anos, ela já não se atém a detalhes linguísticos. Para ela, incêndio e queimada “é tudo fogo, tudo a mesma coisa, queima!” (Matriarca – SJ, durante entrevista em 2019).

A restrição ao uso do fogo imposta pela legislação ambiental alterou significativamente seus hábitos de uso do fogo. Nas oficinas de mapeamento, os participantes afirmam que ainda há quem faça uso do fogo para fins agropecuários, mas que eles próprios já abandonaram a prática, substituindo-a pela mecanização ou pela contratação de mão de obra por diárias. Nas entrevistas, talvez pela idade avançada ou pela intimidade dos diálogos, os participantes ainda assumem o uso do fogo.

Entrevista com  
AGRICULTOR -  
AF, 2018

Hoje nós usa o fogo só na cozinha, pra fazer café. Nem essa folharada nós não queima não. Aqui a gente queima só pra limpar um pouco porque ensacar pra levar lá na estrada já não dá, porque eles apanha o lixo lá na estrada.

Mesmo postos em reserva, os saberes populares associados ao fogo permanecem nas comunidades. Cabe a nós aticarmos as brasas e reacendermos este fogo adormecido, trazendo novamente à vida a Fênix da cultura do fogo.

#### 4.4 A crise climática sentida na pele e nos quintais

Conforme descrito no Capítulo 1, a crise climática atual vem sendo confirmada pelos relatórios apresentados pelo IPCC desde a década de 1990. A Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais (REDE CLIMA), subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), confirma que a ação antrópica é a grande responsável pelas alterações do clima, fruto do acúmulo substancial de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera desde a Revolução Industrial (REDE CLIMA, 2017, p. 11).

Assim como em outras áreas do planeta, os moradores das comunidades estudadas também sofrem com as altas temperaturas, secas prolongadas, incêndios florestais e chuvas irregulares. A crise climática se torna mais evidente para os moradores da Água Fria, pois tiveram seu território invadido nos anos 2000

por uma lâmina d'água gigantesca, oriunda da formação da represa da Usina Hidrelétrica de Manso, hoje denominada Aproveitamento Múltiplo de Manso.

Os depoimentos dos entrevistados na comunidade da Água Fria refletem esse sentimento de angústia e impotência frente às alterações trazidas pelo “desenvolvimento” e pela “modernidade”.

Entrevista com  
LAVRADOR - AF,  
2018

Mudou muito depois da construção dessa represa. Essa usina trouxe uma pobreza pro município de Chapada. Beneficiou só os que tem recurso, que pode aproveitar o lazer desse lago em cima da serra. Prejudicou quase que 100% dos habitantes daqui, porque nós não temos recursos pra construir uma pousada, restaurante pra aproveitar toda essa beleza. Eu acredito que de benefício, esse projeto ajudou em parte pra gente compreender alguma coisa do desenvolvimento que nós temos, que de repente a gente tem que ter cuidado de não poder acatar esse tipo de projeto. Esse aí veio de goela abaixo. Nós estamos dentro da Área de Preservação Ambiental e não fomos indenizados por nada. [...] Nós fomos prejudicados com o crescimento dessas águas porque nós perdemos nossas áreas agricultáveis.

Em decorrência das alterações ambientais, os moradores da Água Fria passaram a disputar alimentos com os animais da região. E muitas espécies antes comuns, agora estão mais difíceis de encontrar.

Entrevista com  
PARTEIRA - AF,  
2018

O que judiou com nós muito foi o lago. O lago acabou com todo o prazer da gente lá, porque a mata que nós tinha era lá, o lago tomou conta e daí só o que aparece são os passarinho. Nós vive da lavoura, meu marido planta, eu também trabalho lá na roça. Então se você planta um milho, os pássaros comem tudo, vem a capivara e come tudo. Você num colhe. Antigamente colhia tudo. Pra eu colher agora tem que comprar fogos, porque eu não vou matar. Senta 30, 40 araras vermelhas, amarelas, papagaio, aí eu solto fogos. Aí eu falo “ói, come lá na beira da Serra, lá é seus, deixa o meu aqui no terreiro, né?” [...] Antes tinha esses bichos, mas eles acumulavam na mata, tinha os corguinhos, na mata tinha os cocos de babaçu ou de buriti, eles iam lá. Agora acabou tudo e eles vem pra onde tem o que eles comer.

Entrevista com  
PROFESSORA -  
AF, 2019

Onde tinha mata hoje é o lago e o cerrado tá quebrado, os fazendeiros já quebraram tudo pra fazer pasto. Aí fica aquelas beirinha do lago. Acho que com a umidade do lago vai começar a fazer uma matinha ali, mas as pessoas ricas, juiz, advogado, vem e faz suas casas ali

pra ter seu lazer de fim de semana. Na beira do lago ali é deles e ali ninguém pode fazer nada, né? Então quem fica mais longe como nós aqui, é pequenininho, não dá pra nada. E aí? O cerrado não tem uma fruta, aquela coroinha que passarinho come, não tem algodãozinho que passarinho come, não tem mangaba que passarinho come e a gente também, e é assim. Não tem aqueles cajuzinho do campo que é tão gostoso, já não existe. Os passarinhos vêm pra casa da gente, aí a gente planta e tem que dividir com os passarinhos. Teve um ano aqui que não tivemos direito nem a manga, passarinho já pegou verde.

Relatório elaborado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) para embasar o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas aponta que “projetos de desenvolvimento podem afetar a vulnerabilidade de pessoas e comunidades” (CGEEa; 2014. p. 6). Também afirma que alterações no uso do solo, como as causadas por desmatamentos e florestamentos, e as obras hidráulicas, como barragens, alteram o balanço hídrico de uma determinada área, influenciando os ciclos de precipitação e evaporação (CGEEb; 2014. p. 32). Estas informações científicas também são relatadas pelos moradores da Água Fria, pois sentem na pele o aquecimento global.

Entrevista com PROFESSORA - AF, 2018	O clima tá mais quente, o sol queima muito. Naquele tempo mais antigo a gente já sentia aquele calor, mas hoje a gente tá dentro da casa, na sombra, e a pele tá queimando.
--------------------------------------	---

Entrevista com LAVRADOR - AF, 2018	O espelho desse lago empurrou as nuvens que gera a chuva pra nós, então aqui a natureza esquenta muito. Ficou muito mais quente e pouca chuva. Desequilibrou o ambiente. [...] O calor aumentou, o campo seca, aí vem a possibilidade do fogo ficar mais forte, né? [...] O tempo tá mudando muito.
------------------------------------	---

Por conta das alterações climáticas, também as práticas tradicionais relacionadas ao fogo tiveram que se adequar.

Entrevista com MESTRE-ALUNO - AF, 2018	De primeiro botava o fogo, quando a fumaça baixava, o sol ia ficando vermelho, podia esperar que a chuva vinha. Agora tá diferente, né? Mudou tudo, a gente não entende mais. [...] Antes botava fogo em agosto, final de julho. Começo de setembro já tava uma beleza. Nesses tempo já tava bem seco, logo no final de agosto pra setembro já começava a chover, aí já saia pasto, saia tudo.
--	--

Entrevista com  
LAVRADOR - AF,  
2018

Já começava a chover finalzinho de agosto, 24, 25, a gente fala que é São Bartolomeu. No dia 10 de agosto, dia de São Lourenço, era dia propício pra colocar o fogo. [...] Antigamente a chuva chegava em agosto, nós plantava milho, cará, batata. Mudou tudo. Antes do lago já vinha mudando um pouco, mas depois mudou completamente. Eu acredito que essas usina não são muito propício pra natureza. Ela tá causando um problema lá em cima no ar. Onde tá mudando tudo, e desequilibra a natureza.

Na comunidade São Jerônimo as alterações do clima são menos percebidas. Para a maioria dos participantes, ao ser perguntado se identifica alguma alteração no clima, as respostas são inicialmente negativas. Ao questionarmos se percebe alguma alteração na temperatura ambiente ou no regime de chuvas, então as respostas mudam.

Entrevista com  
AGRICULTOR -  
SJ, 2019

O que eu percebi aqui na região são umas nascentes que secou, né? Próximo daqui tem uma vertente chamada Cristal que meu pai e minha mãe nasceram e foram criados ali, com essa água dali. E lá secou, não sei porque seca, se foi alguma veia de água que foi feito algum poço artesiano que secou ela. Então a gente percebe muito isso aí. E a água na beira do córrego, antigamente o pessoal roçava até na beira do córrego porque não tinha meios pra desmatar um cerrado pra plantar uma rama, então derrubava até na beira do córrego. Essas áreas eram mais férteis, mais úmidas, produzia mais. A mata de cultura era mais na beira do córrego, o cerradão mesmo não usava antigamente. Então com o tempo foi quebrando os barrancos, foi caindo pra dentro do rio e foi entupindo o córrego, né? Depois que o parque nacional foi mais presente, o pessoal deixou de roçar isso aí. Então quando tá pra cortar a água<sup>33</sup> já é comecinho de dezembro e começa a chover, mas fica quase sem. Mas tem umas nascentes que secou. A temperatura tá mais variável, tem ano que esquenta menos, tem ano que esquenta mais.

As narrativas de ambas as comunidades demonstram que os participantes da pesquisa identificam alterações substanciais no clima na região, caracterizadas pelo aumento na temperatura, a variação na sazonalidade da friagem e das chuvas, a escassez de água. Entretanto, não sabem o que significam “mudanças climáticas”, ou tampouco “crise climática”.

<sup>33</sup> O termo “cortar a água” foi usado pelo entrevistado para indicar o momento quando o rio ou o córrego secam durante a estiagem.

Os moradores da Água Fria, entretanto, identificam a construção do lago da Usina Hidrelétrica de Manso como sendo fator responsável pelas alterações climáticas, mas não percebem que as mudanças no uso do solo, com a implantação de grandes fazendas de gado e suas monoculturas de *Brachiaria* (pastagem de origem africana largamente utilizada no Brasil), como corresponsáveis pelas mudanças no clima local.

Já os moradores do São Jerônimo não identificam nenhuma atividade ou fator responsável pelo colapso climático.

#### 4.5 No “claro-escuro da vida cinzenta”<sup>34</sup>, o Bem Viver das comunidades da Água Fria e do São Jerônimo

As duas comunidades estudadas podem ser consideradas tradicionais (BRANDÃO; BORGES, 2014) pelas características já aventadas ao longo da dissertação, e que os autores descrevem como sendo

O lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado, no qual as pessoas se reúnem para viver suas vidas e dar um sentido a elas. [...] A *comunidade tradicional* possui uma identidade e uma vocação caracterizada pela: transformação/convivência únicos com a natureza; autonomia; autoctonia; memória de lutas passadas e histórias atuais de resistência e a experiência partilhada de viver em territórios cercados e ameaçados pelas atuais formas de uso, ocupação e organização das sociedades atuais. (BRANDÃO; BORGES, 2014. p. 1)

Também são reconhecidas como territórios quilombolas. A comunidade de São Jerônimo é reconhecida pela Fundação Palmares através da Portaria nº 37/2005 – Processo nº 01420.001811/2005-62. No Distrito da Água Fria há duas comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares: Cachoeira Bom Jardim – Portaria nº 39/2005 Processo Nº 01420.001832/2005-33 e Barro Preto Serra do Cambambi – Portaria Nº 43/2009 Processo nº 01420.000049/2009-21.

Há muita controvérsia nas duas localidades sobre a autodenominação quilombola. Em conversa com moradores locais percebemos que as discussões giram em torno da titulação coletiva das terras quilombolas. Os moradores mais recentes, que adquiriram áreas nas comunidades rurais, têm receio de perder o direito individual de usufruto de suas propriedades.

De fato, as mudanças de uso e ocupação da terra tem afetado diretamente as comunidades da Água Fria e do São Jerônimo. Todavia, ainda se percebe a vontade de permanecer enquanto comunidade unida, com o mínimo possível de

---

<sup>34</sup> BACHELARD, 1989, p. 15.

interferências capitalistas. Os relatos comprovam o orgulho de pertencer a um lugar preservado, pois são intimamente ligados à natureza, fonte de saúde, paz e tranquilidade para seus moradores.

Entrevista com LAVRADOR - SJ, 2019	Esse lugar é sadio. [...] Quem ficou no campo tá vivendo mais que quem foi pra cidade. Eu aposentei com sessenta e um, mas continuo trabalhando na roça porque trabalhar é bom, se a pessoa acostuma trabalhar, se ficar parado vai entrevando. Eu já faço meu exercício só de ir pra roça das bananas, sobe morro, desce morro. Meus amigos do tempo do ginásio que foram pra cidade já morreu tudinho.
Entrevista com MATRIARCA - SJ, 2019	Esse lugar é bom porque a gente tá sozinho, num tem ninguém pra ficar atropelando. A melhor coisa que tem é a terra aqui. O povo também, alguns aí faz amizade, tá tudo bom. De ruim aqui acho que não tem nada não.

De acordo com depoimentos dos entrevistados, no início não havia propriedades privadas e as pessoas utilizavam as áreas de que necessitavam para plantar e criar alguns animais, como gado de leite, porcos e galinhas. As áreas eram escolhidas em comum acordo entre os vizinhos e havia rotatividade de locais para descansar a terra e melhorar a produção.

Entrevista com MESTRE-ALUNO - AF, 2018	O gado era tudo solto nesse mundão. Depois foi botando cerca, os fazendeiros foi tomando conta, a gente não podia cercar e foi vendendo tudo. A gente não tinha documento. Era assim: fazia uma roça aqui, trabalhava dois, três anos. 'Ah, não quero mais aqui, vou pra lá'. A terra ia cansando, largava e ia pra outro lugar. Ninguém ligava pra esse negócio de terra, todo mundo era dono.
Entrevista com PROFESSORA - AF, 2018	Aqui era uma terra do povo, chegava um, trabalhava, quando saía, deixava a terra e caçava outro canto. Aí veio fazendeiro e cercou tudo.

Aos poucos, com a chegada de novos moradores, foram-se instalando cercas. A “chegada do arame”, segundo “Mestre-Aluno” (AF), veio na década de sessenta. “Garimpeiro” (AF) afirma que seu avô era proprietário de terras e “quando ele morreu já começou a ‘dividição’. Cada filho ficou com um pedaço.” (Entrevista com “Garimpeiro”; Água Fria, 2018).

Por conta da falta de oportunidades de trabalho e renda e a ausência de serviços públicos de qualidade, os mais jovens migram para os grandes centros e vendem as terras herdadas. Assim, a maioria das áreas agricultáveis está hoje nas mãos de fazendeiros, e os antigos moradores ficam relegados a pequenos espaços

de terra. No lugar onde antes havia pequenas áreas de lavoura e pastos nativos, hoje há fazendas de gado com pastos de braquiária, gramínea exótica extremamente ígnea, que se alastra pelo Cerrado.

Entrevista com  
AGRICULTOR -  
SJ, 2019

A terra hoje já foi dividida e não tá mais grande como era antes, então cada um tá sobrevivendo do seu pedacinho de terra ali muitas vezes de teimoso, muitas vezes não tem mais nem o que roçar, e vai só renovando o pasto, não tem mais nem como usar o fogo, né? Então são esses tipos de coisa que vai diminuindo o uso do fogo.

A preocupação com a segurança se estendia sempre para as propriedades vizinhas. O companheirismo, o cuidado com o próximo e com a natureza circundante, características das comunidades tradicionais rurais e da filosofia do Bem Viver também foram relatados tanto nas oficinas de mapeamento quanto nas entrevistas em ambas as comunidades.

Entrevista com  
MESTRE-ALUNO  
- AF, 2018

Quando botava fogo, não tinha hora nem dia, ia dois, três, a gente cuidava, não deixava esparramar, né? Todo mundo cuidava, o povo era unido, um ajudava o outro.

Quando as famílias eram formadas por membros mais idosos, com pessoas com menor capacidade física ou ausência de homens adultos, a comunidade se reunia para preparar a terra ou mesmo compartilhar alimentos de sua produção familiar, comprovando a solidariedade intrínseca da comunidade.

O respeito pela natureza também está presente nos relatos das anciãs e anciãos das comunidades, uma característica da filosofia do Bem Viver.

Entrevista com  
LAVRADOR - AF,  
2018

Muitas pessoas não respeitam a natureza. A gente não faz assim. Se ali é uma nascente, nós não vamos roçar. Se é uma montanha, nós não vamos roçar, nós respeita a natureza.

O trabalho colaborativo, a solidariedade, a cooperação e a convivência harmoniosa são outras características desta filosofia de vida exaltada pelos mestres do saber locais. Os chamados “muxiruns”, mutirões para o plantio, ou a “demão”, trabalho diário na terra de alguém em troca de apoio para trabalho em sua área, também eram frequentes entre os moradores mais antigos. Sua ausência nos tempos atuais é motivo de saudade.

Entrevista com  
LAVRADOR - SJ,  
2019

Então antigamente o povo tinha aqui no sítio o muxirum. Seu Procópio e finado meu pai combinavam, aí hoje era “demão” de um e ia aquele povão pra trabalhá pra um, daí amanhã trabalhava pra outro, então o camarada tocava aquele serviço só na “demão” e gastava pouco e agora acabou. Até quando Tomazinho era presidente da associação ainda manteve a “demão”. Trabalhava pra um hoje, já ficava convidado pra outro amanhã, tudo tocava serviço. Trabalhava a semana inteira até todo mundo plantar, aí acabou tudo o negócio da “demão”, não tem mais, agora cada um cuida do seu e tá difícil, num tem trabalhador.

Quando indagados sobre o que consideram o seu Bem Viver, nenhum dos participantes da pesquisa soube responder. Entretanto, ao longo das prosas, descrevem características intrínsecas desta filosofia e relatam, sobretudo, como era boa a vida naquelas condições, apesar da falta de infraestrutura e das modernidades atuais. Muitos indicam que a deficiência dos serviços públicos, como a coleta de lixo, a ausência de escolas (reclamação relatada na comunidade São Jerônimo), estradas ruins, prejudicam seu modo de viver, pois forçam os moradores a buscar outras localidades para trabalhar ou estudar.

As estradas em estado precário prejudicam o escoamento da produção agropecuária, mas também evitam o acesso de pessoas de fora, mantendo as comunidades preservadas ecológica e socialmente.

Apesar dos pontos negativos, todos os participantes afirmam serem apaixonados pelos locais onde residem, onde mantém suas raízes, e ali pretendem permanecer. Relatam ainda que os filhos e netos que saíram para estudar e trabalhar retornam aos finais de semana para manter o convívio com os mais velhos, aprender com eles e desfrutar da vida em contato com a natureza.

Saudosos, os moradores das comunidades afirmam sentirem falta de como a vida era nos tempos mais antigos e descrevem a existência das terras comuns, sem cercas; lembram das ajudas para a produção agropecuária, os “muxiruns”, cujos produtos eram muitas vezes usufruídos coletivamente; narram a convivência pacífica e farta, sem discriminação ou acúmulo de riquezas, onde se vivia melhor com menos. Todos esses atributos são característicos na filosofia do Bem Viver.

## CAPÍTULO 5 - Candeia



*Despencados de vôos cansativos  
Complicados e pensativos  
Machucados após tantos crivos  
Blindados com nossos motivos*

*Amuados, reflexivos  
E dá-lhe antidepressivos  
Acanhados entre discos e livros  
Inofensivos*

*Será que o sol sai pra um vôo melhor?  
Eu vou esperar, talvez na primavera  
O céu clareia e vem calor, vê só  
O que sobrou de nós e o que já era*

*Em colapso o planeta gira, tanta mentira  
Aumenta a ira de quem sofre mudo  
A página vira, o são delira, então a gente pira  
E no meio disso tudo  
'Tamo tipo*

*Passarinhos soltos a voar dispostos  
A achar um ninho  
Nem que seja no peito um do outro  
[...]  
No pé que as coisa vão, Jão  
Doideira, daqui a pouco resta madeira nem pro caixão  
Era neblina hoje é poluição  
Asfalto quente queima os pé no chão  
Carros em profusão, confusão  
Água em escassez bem na nossa vez  
Assim não resta nem as barata  
Injustos fazem leis e o que resta pr'ocês  
Escolher qual veneno te mata  
Pois somos tipo*

*Passarinhos soltos a voar dispostos  
A achar um ninho  
Nem que seja no peito um do outro*

PASSARINHOS  
Emicida



O candeeiro ou a candeia, objeto prenúncio da lamparina, é feita com pavio de algodão torcido e alimentada com azeite artesanal de mamona. Usada para iluminação das casas dos antigos moradores das comunidades do São Jerônimo e da Água fria e, principalmente, para manter os “maus espíritos”, e “as bruxas” afastadas das mulheres que acabaram de dar à luz e suas crianças. Para alcançar este intento, sua luz deve permanecer acesa por sete dias e sete noites.

A luz da candeia, portanto, é a luz que acalenta, que traz serenidade, e representa, sobretudo, proteção. É com ela que pretendemos contribuir com as comunidades rurais e divulgar suas práticas tradicionais, clareando ideias obscuras de que o saber popular é atrasado ou que todo uso do fogo traz prejuízos e causa danos ambientais.

### 5.1 A perversidade da impressão primeira

Abro um parêntesis aqui para fazer um breve relato sobre o incêndio florestal que acometeu parte da comunidade da Água Fria, da área de Proteção Ambiental (APA) de Chapada dos Guimarães e do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães no início de agosto de 2019. Em uma semana o incêndio florestal atingiu mais de dez mil hectares, sendo aproximadamente 3.500 hectares no interior do parque nacional (quase 13% de toda a sua área).

De acordo com informações da perícia preliminar realizada pelos servidores do ICMBio, dois focos estão sendo analisados como possíveis fontes de ignição do que se tornou o grande incêndio florestal citado acima. Se confirmadas, duas queimas de lixo e folhas em quintais localizados na Água Fria possivelmente alastraram suas chamas por áreas dentro da comunidade, fazendas vizinhas e áreas protegidas. As características locais contribuíram para sua rápida propagação: alta presença de gramíneas (pasto nas fazendas de gado vizinhas) e vegetação herbácea (Cerrado e Cerrado anão endêmico) com ausência de fogo desde 2002 (com alta concentração de biomassa), além de condições climáticas severas marcadas por altas temperaturas, fortes ventos e baixa umidade do ar.

Incêndios florestais estão ocorrendo no momento em várias partes da América do Sul. Entretanto, após São Paulo ser tomada por nuvem densa de chuva e fumaça que escureceu o dia<sup>34</sup> e acendeu a preocupação dos brasileiros com a questão ambiental, os incêndios florestais que atingem fortemente a região

---

<sup>34</sup> <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/08/19/dia-vira-noite-em-sao-paulo-com-chegada-de-frente-fria-nesta-segunda.ghtml>

amazônica tornaram-se foco de atenção nacional<sup>35</sup> e internacional<sup>36</sup>, sendo registradas inclusive por satélites da NASA. Outros acontecimentos simultâneos, como a realização da Semana do Clima (evento preparatório para a Conferência do Clima da ONU – COP 25) em Salvador, o cancelamento do apoio internacional ao Fundo Amazônia pela Alemanha e Noruega<sup>37</sup>, e declarações polêmicas<sup>38</sup> e negacionistas<sup>39</sup> sobre o desmatamento no Brasil contribuem para completar o cenário de preocupação com o tema “queimadas”.

Para tentar amenizar a situação, governantes sobrevoaram parte do estado de Mato Grosso em 21 de agosto de 2019 - a região de Sinop e Sorriso, dois municípios localizados no médio-norte do estado em área de bioma amazônico cuja economia baseia-se na monocultura de soja, e Chapada dos Guimarães, município vizinho à capital localizado no bioma Cerrado, onde avistaram as áreas atingidas na região da comunidade Água Fria. Ao retornarem do sobrevôo, receberam a mídia local para coletiva de imprensa.

Durante a entrevista, afirmaram que o setor produtivo mato-grossense não contribui com os incêndios florestais pois as áreas queimadas avistadas estavam localizadas nas regiões periféricas das cidades<sup>40</sup>, cuja população tem o hábito de “queimar lixo”<sup>41</sup>. Com este discurso, os responsáveis pela política ambiental federal e estadual são generalistas, superficiais e perversos.

Generalistas pois consideram todo e qualquer incêndio em Mato Grosso como sendo área queimada no bioma amazônico. Indispensável lembrar que MT possui três ecossistemas - Amazônia, Cerrado e Pantanal – cada qual com características ecológicas diametralmente distintas. Aproveito para destacar que, assim como seus governantes, a legislação ambiental brasileira é generalista na restrição ao uso do fogo e desconsidera particularidades de cada bioma, contribuindo enormemente para a ocorrência de incêndios florestais gigantescos no Cerrado brasileiro, conforme apresentado ao longo desta dissertação.

---

<sup>35</sup> <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NT-Fogo-Amazônia-2019.pdf>

<sup>36</sup> <https://www.nasa.gov/image-feature/goddard/2019/amazonian-fires-continue-shrouding-south-america-in-smoke>

<sup>37</sup> [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219\\_277747.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html)

<sup>38</sup> <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-volta-a-dizer-que-ongs-podem-estar-por-tras-de-queimadas-22082019>

<sup>39</sup> <https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/bolsonaro-acusa-inpe-de-divulgar-dados-mentirosos-sobre-desmatamento,41bf3feb7bab7d742c3bbb4f84c62bb74nes2dyy.html>

<sup>40</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/apos-sobrevoos-salles-diz-que-incendios-em-mato-grosso-sao-criminosos.shtml>

<sup>41</sup> <https://ultimosegundo.ig.com.br/ciencia/meioambiente/2019-08-22/salles-culpa-populacao-da-regiao-norte-por-queimadas-habito-de-por-fogo.html>

Todos os links citados foram acessados entre 21 e 22 de agosto de 2019.

São superficiais por desconsiderarem fatores cruciais para a apuração dos incêndios florestais. Comento sobre este incêndio pois ocorreu em Chapada dos Guimarães, e a área atingida está numa das comunidades estudadas nesta dissertação, a comunidade da Água Fria. Ao externar constatações precipitadas, os governantes sequer identificam que se trata do bioma Cerrado, cuja dinâmica ambiental frente à presença de fogo é completamente diferente do regime de fogo num ambiente florestal. Não quero dizer que a presença de incêndios no Cerrado não seja tão prejudicial quanto na Amazônia. É claro que os impactos sobre a natureza são significativos em termos de perda de biodiversidade, emissões de GEE, além dos impactos socioeconômicos. Ressalto, porém, que as populações que vivem no Cerrado lidam diferentemente com o fogo, pois este elemento faz parte das suas práticas cotidianas, dos seus modos de viver, da sua cultura. Os saberes identificados pelos participantes desta pesquisa comprovam que o fogo faz parte de sua essência cultural, é indispensável para sua subsistência e para sua existência.

Demonizar as práticas de uso do fogo sem investigar a fundo suas origens ou as razões pelas quais os pobres e os pequenos produtores fazem uso dele é o caminho mais fácil. Isentar os fazendeiros e criminalizar os mais fracos, os moradores das comunidades da zona rural ou das periferias, desassistidos pelo Governo e sem poder de defesa perante os ataques de terceiros é a primeira escolha - e uma escolha perversa!

Bachelard já atentava que a objetividade científica só é possível se inicialmente rompemos com o objeto imediato, se recusamos a sedução da primeira escolha, se detemos e refutamos os pensamentos que nascem da primeira observação” (2008, p. 1). Trago este relato para pontuar que análises imediatistas e preconceituosas prejudicam principalmente as pessoas com menos condições de proteger sua cultura, seus modos de viver, pessoas que vivem nos rincões do país sem acesso aos mesmos serviços prestados nos grandes centros urbanos, como a saúde, educação, coleta de lixo, entre tantos outros.

Ao generalizar o discurso sobre os incêndios florestais ocorridos na Amazônia e no Cerrado, os governantes corroboram a visão uníssona da legislação ambiental que versa sobre o uso do fogo, como se o impacto deste fosse o mesmo nos dois ecossistemas. Ignoram conhecimentos científicos e saberes populares acerca do tema, depreciando a “imagem” do uso do fogo como unicamente prejudicial, como se só existisse o “Fogo Mau”.

Seguindo a orientação bachelardiana, não nos atentamos apenas para quem riscou o fósforo, é preciso ir além e buscar as reais fontes de ignição, investigar os motivos e as condições que levam uma pessoa a atear fogo numa pequena área do seu quintal, e perder o controle sobre ele. É preciso investigar como o fez, quando o fez, por quê. E mais: É preciso vislumbrar por que o clima está tão quente que acelera o caminhar das chamas pela vegetação seca. É preciso indagar por que o Cerrado mudou; por que o lixo não é coletado com maior frequência. Ou seja, quais as condições ambientais, sociais, econômicas, políticas estão envolvidas neste cenário e que completam esta história?

Ao investigar o fato ocorrido, a queima de lixo e folhas num quintal de casa na zona rural de Chapada dos Guimarães, pergunto: O morador fez uso de saberes tradicionais de uso do fogo para tanto?

Queimar parte das folhas, os “ciscos” do terreiro, é uma prática comum relatada pelos participantes da pesquisa. O uso tradicional aponta para a importância do uso das cinzas como fertilizante enquanto o restante das folhas é usado para proteger as raízes das plantas das altas temperaturas no solo exposto.

Queimar lixo é comum atualmente na região, mas não figura entre os hábitos tradicionais elencados pelos moradores mais antigos das duas comunidades estudadas. Isto porque antigamente não havia produção de lixo como hoje, uma vez que todo alimento era produzido localmente. Apenas o sal era adquirido de fora da comunidade. A aquisição de produtos outros, que não os produzidos internamente, é fruto da “modernidade”, do “progresso”. Quando os “novos” produtos começaram a ser adquiridos, suas características eram outras: embalagens simples e grandes, que eram reutilizadas para outros fins, tais como: uso das sacas para guardar sementes e produtos agrícolas, os vidros usados nas casas para acondicionar alimentos, latas que viravam fogareiros.

O incremento do comércio trouxe maior variedade de produtos consumíveis envoltos em embalagens diversas - plásticos, tetrapack, etc. Em tamanhos menores e em maior quantidade, as embalagens deixam de ser úteis e tornam-se lixo, que se amontoa nas comunidades. Como a coleta dos resíduos sólidos não acompanha o desenvolvimento do consumo, o lixo se acumula. Segundo reclamações exaradas durante as entrevistas na comunidade da Água Fria, a coleta dos resíduos na localidade é feita a cada 15 dias e somente nas ruas principais. Eventualmente tal periodicidade aumenta, chegando a alcançar até 30 dias para a coleta do lixo. Para evitar o mau cheiro, roedores e outros vetores de

doenças, muitos moradores encontram na queima do lixo uma destinação que lhes atende momentaneamente.

Certeau (2000) diria que a comunidade encontra caminhos para burlar as situações que lhes foram impostas e as transforma em artes do fazer. Assim, ao serem privados do serviço adequado de coleta de lixo, moradores encontram soluções para a sua destinação, mesmo que esta não seja ecologicamente correta.

Não cabe aqui seu julgamento, mas apresentarmos possíveis soluções para que tais atos não se transformem em incêndios florestais, não tragam impactos negativos à natureza ou à saúde dos moradores, não agravem a já tão combatida situação climática. Uma coleta de lixo que abranja toda a comunidade e em periodicidade menor certamente teria evitado o uso do fogo.

Como vimos ao longo desta dissertação, moradores de comunidades rurais do Cerrado mato-grossense, como os de São Jerônimo e Água Fria, utilizam o fogo nas atividades diárias e, por não terem acesso a recursos financeiros e tecnológicos, lançam mão de artifícios baratos e disponíveis para resolver seus problemas cotidianos, e o fogo é um dos mais eficientes.

Privá-los do uso do fogo é uma agressão à sua cultura, aos seus hábitos. Com a ausência do fogo o Cerrado muda sua paisagem (DURIGAN; RATTER, 2016, p. 11). A alteração das características de seus *habitats* impacta significativamente as pessoas que nele vivem, pois sem se reconhecerem em seus espaços naturais, sem poder empregar seus saberes para sobreviver e existir da forma como aprenderam, descaracterizam sua própria identidade.

Criminalizar o uso do fogo e proibir sua utilização sem conhecer suas características e especificidades é uma agressão direta a quem deles depende – as pessoas que residem no Cerrado, como os moradores das comunidades da Água Fria e do São Jerônimo. Os saberes populares apresentados na dissertação estão sendo gradativamente perdidos ou substituídos por outras técnicas, seja pela proibição do uso do fogo, seja pelas novas tecnologias disponíveis, seja pelas comodidades “modernas” ou a forçada mudança dos moradores de seus territórios de origem por ausência de condições econômicas.

Não obstante, percebemos que o “Fogo Bom” do Cerrado, aquele associado aos saberes populares das comunidades rurais, também se encontra invisibilizado, diminuído, relegado às cinzas.

A invisibilidade do uso do fogo como algo positivo contribui para a criminalização de todos os conhecimentos e saberes sobre ele, o que é ilegal. A Constituição Federal, em seu artigo 226 apresenta como patrimônio cultural

brasileiro os bens de natureza material e imaterial, como os saberes ligados ao fogo, como

portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

**II - os modos de criar, fazer e viver;** (BRASIL, 1988, grifo da autora).

os quais devem ser preservados pelo Poder Público, com a colaboração da comunidade. Assim também versa a Convenção da Diversidade Biológica<sup>42</sup>, que cita em seu artigo 8º que é dever do contratante, ou seja, o Governo Federal, de

respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas; (BRASIL, 2000).

Espera-se dos governantes, portanto, o amplo reconhecimento da contribuição dada pelas comunidades para a conservação da biodiversidade, através de seus saberes e práticas tradicionais, conforme subscrito nos dispositivos legais.

Deste modo, a candeia acesa neste capítulo pretende expulsar as bruxas do preconceito sobre os saberes populares e manter acesa a luz da ciência elaborada *com e pelas* comunidades tradicionais rurais, valorizando a cultura popular através do reconhecimento de práticas sustentáveis de uso do fogo, fundamentais para a manutenção da sociobiodiversidade e do equilíbrio ecológico do Cerrado.

## 5.2 Na chama da candeia, a luz de um esperançar

Este paradigma, de reconhecimento do fogo como elemento fundamental para a sustentabilidade ambiental e social do Cerrado, pode ser superado com a ampla divulgação dos saberes populares associados ao fogo, em especial entre agentes públicos da área ambiental, legisladores e a população em geral, para quem o fogo ainda se apresenta apenas como elemento negativo e destruidor.

Como aperfeiçoamento do trabalho de educação ambiental popular, é preciso manter o diálogo aberto com as comunidades da Água Fria e do São

---

<sup>42</sup> Disponível em [https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_dpg/\\_arquivos/cdbport.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf). Acesso em 24 ago. 2019.

Jerônimo, ampliando sempre que possível o rol de pessoas envolvidas nas discussões sobre práticas sustentáveis.

Um retorno às comunidades configura-se como parte fundamental no percurso científico de construção coletiva de conhecimentos. Apresentar às comunidades suas próprias tradições invisibilizadas é como fazer ressurgir das cinzas a fênix do saber popular. Esta fênix – o saber popular associado ao fogo-dele nasce e com ele, com o uso do “fogo bom”, renasce, perpetuando a cultura do fogo.

Os saberes populares, passados de geração em geração, se aperfeiçoam para adequar-se criativamente à realidade vivida. Como explica Bachelard na citação abaixo, os filhos adaptam os saberes aprendidos com seus mestres para seus próprios interesses.

[...] na própria trama de uma vida individual, a autonomia conquistada é feita de uma série de pequenas desobediências prometeicas, de desobediências sagazes, bem associadas, pacientemente perseguidas. (BACHELARD, 1990, p. 105-106).

Tais mudanças são fundamentais para que estes aprendizes do fogo possam conquistar sua autonomia. É somente a partir da meditação do fogo, da observação valorizada da natureza, do pensar sobre as causas e consequências de seus atos, que superam seus mestres. Este percurso, de aprendizado em evolução permanente, não se restringe ao pragmatismo e ao utilitarismo, mas transcende-os, trazendo luz à consciência (BACHELARD, 1990, p. 107).

Esta característica da não estagnação é pontuada por Brandão (1984) como presente nas comunidades tradicionais, que buscam evoluir sempre para defender-se enquanto coletivo. Nesta seara, os saberes populares associados ao fogo são uma das sementes que plantamos juntos no Cerrado: resistentes, brotam mesmo em condições adversas. Como afirmam os sábios, as sementes do Cerrado vingam depois do fogo, renascem fortes e florescem em meio ao ambiente calcinado pela descrença.

Assim, esperamos que o reconhecimento e valorização dos saberes populares associados ao fogo aplicados na manutenção do Cerrado configurem, para além de uma Ecologia de Saberes (SANTOS, 2011), uma Simbiose de Saberes, onde a troca de experiências e de vivências entre os moradores das comunidades e os agentes públicos torne-se indissociável e, postas em prática, resultem numa cooperação benéfica tanto para a natureza quanto para as gentes e demais seres que nela vivem.

Esta evolução da troca de conhecimentos mútuos para a aplicação destes na prática, que denominamos de Simbiose de Saberes, encontra-se em pleno funcionamento, com a utilização dos saberes populares associados ao fogo elencados nesta dissertação nas ações de Manejo Integrado do Fogo (MIF) em curso no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (PNCG).

As sugestões dos moradores da comunidade do São Jerônimo para implementação de aceiros, fornecidas durante a oficina de mapeamento de 2018, foram incorporadas ao Plano Anual de Ação e Combate a Incêndios Florestais do PNCG, com resultados ainda incipientes mas significativos comprovados durante os eventos de incêndios florestais na região nos meses de agosto e setembro de 2019.

Tais ações podem e devem ser ampliadas para as demais unidades de conservação do mosaico Cuiabá-Chapada dos Guimarães, aumentando a possibilidade de redução na quantidade de incêndios florestais e na área atingida por eles na região.

Como resultado, esperamos que esta relação simbiote fortaleça todos os entes envolvidos – natureza, comunidades, unidades de conservação, agentes públicos, população – em prol do bem comum, *Laudato Si*, nossa única casa, a Terra.

Respeitando-se os saberes populares associados ao fogo valorizamos a cultura local, contribuímos para a manutenção do regime natural de queima do Cerrado, mantendo-o rico e diverso, evitamos a emissão de GEE e evitamos que o carbono fixado na vegetação seja liberado na atmosfera, o que contribui com o aquecimento global e, por conseguinte, agrava a crise climática.

Se pretendemos superar os obstáculos epistemológicos (BACHELARD, 2008) das intuições do fogo, as ardentes e corrosivas impressões primeiras que insistem em apresentar o fogo apenas como destruidor e negativo, se pretendemos afugentar as bruxas do preconceito sobre os saberes populares, devemos fazê-lo com o uso do fogo. Como indica Bachelard,

[...] eis as mudanças substanciais: o que o fogo lambe tem outro gosto na boca dos homens. O que o fogo iluminou tem uma cor indelével. O que o fogo acariciou, amou, adorou, guarda lembranças e perde a inocência. [...] Pelo fogo tudo muda. Quando se quer que tudo mude, chama-se o fogo. (BACHELARD, 2008, p. 85-86)

Mas não queremos um fogo qualquer; queremos o uso do fogo conforme os anciãos do Cerrado o faziam. É através do emprego dos saberes populares associados ao fogo que controlamos seus caprichos de substância ígnea – “difícil de acender, difícil de apagar”. É com a aplicação prática dos saberes populares

associados ao fogo que escutam as comunidades e suas necessidades, valorizamos a cultura local, preservamos sua identidade, seus hábitos e costumes, preservamos o Cerrado mato-grossense, fonte de nossa riqueza biológica, cultural e social.

Se o ser humano é uma criação da necessidade e do desejo, expressamos nosso desejo e necessidade urgente de mudar a atual situação dos incêndios florestais, de evitar mais emissões de GEE, de preservar a biodiversidade, de resguardar a cultura e os valores locais. Se as mudanças ocorrem com a presença do fogo, pois o fogo traz renovação, então rogamos por acender a chama do fogo tradicional, o “fogo frio”, em ações práticas de MIF dentro e fora do PNCG, respeitando-se os saberes populares ensinados pelos mestres locais, com respeito, cuidado, companheirismo, pensando na coletividade social e ambiental.

[...] o cientista deve recusar-se a *personalizar seu conhecimento*; correlativamente, deve esforçar-se por *socializar suas convicções*. (BACHELARD, 2008, p. 114)

Respeitando os ensinamentos deste filósofo amante do fogo, seguiremos defendendo e valorizando os saberes populares, transmudando-os em saberes acadêmicos científicos e socializando-os com mais e mais pessoas. Sob a luz da candeia, esperamos que esta Simbiose de Saberes aqui proposta possa contribuir com nossa busca incansável por um mundo melhor.



## REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. 1ª reimpressão. Autonomia Literária - Elefante Editora, 2018.

ARONSON, J.; DURIGAN, G.; BRANCALION, P.H.S. Conceitos e definições correlatas à ciência e à prática da restauração ecológica. **IF Série Registros**. São Paulo, v. 44:1, p. 38, 2011.

BACHELARD, G. **A chama de uma vela**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1989.

BACHELARD, G. **A poética do Fogo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BACHELARD, G. **A psicanálise do fogo**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BARRADAS, A.C.S. **A gestão do fogo na Estação Ecológica Serra Geral Tocantins, Brasil**. Dissertação (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidade de Conservação) - Escola Nacional de Botânica Tropical do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

BERGOGLIO, J.M. **Carta Encíclica Laudato Sí**: sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Paulinas. 2015.

BORGES, S.L., *et al.* Manejo de fogo em veredas: Novas perspectivas a partir dos sistemas agrícolas tradicionais do Jalapão. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, vol. XIX, n.3, jul-set 2016, p. 275-300.

BOWMAN, D.M.J.S. et al. Fire in the Earth System. **Science**. v. 324, p. 481-484, 2009.

BRANDÃO, C.R. **O que é Educação Popular**. São Paulo: Editora Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1984.

BRANDÃO, C.R. Vocação de Criar: anotações sobre a cultura e as culturas populares. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 138, set/dez 2009, p. 715-746.

BRANDÃO, C.R. A comunidade tradicional. *In* **Cerrado, Gerais, Sertão**: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Relatório de Pesquisa. Montes Claros: 2010.

BRANDÃO, C.R., LEAL, A. Comunidade Tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da ANPEGE**, v. 8, n. 9, jan./jul. 2012, p. 73-91.

BRANDÃO, C.R., BORGES, M.C. O Lugar da Vida: Comunidade e Comunidade Tradicional. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**. 2012. Edição especial do XXI ENGA, 2014, p. 1-23.

BRANDÃO, C.R. **O que   Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984. Disponível em <http://ifibe.edu.br/arq/201509112220031556922168.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Decreto Federal nº 97.656, de 12 de abril de 1989. Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1989.

BRASIL. **A convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**: cópia do Decreto Legislativo nº 2, de 5 de junho de 1992. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 28 mai 2012, Seção 1.

CAMARGO, D.A. Cultura, Educação, Meio Ambiente e Memória: Caminhos da Educação Ambiental de Base Comunitária no Vale do Jequitinhonha. *In*: KASSIADOU, A. (Org.) **Educação Ambiental desde El Sur**. Macaé: Editora NUPEM, 2018, p. 129-147.

CARRINGTON, D. **Why The Guardian is changing the language it uses about the environment**. The Guardian International Edition. 17 may 2019. Disponível em <https://www.theguardian.com/environment/2019/may/17/why-the-guardian-is-changing-the-language-it-uses-about-the-environment>. Acesso em: 02 jun. 2019.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Estudos relativos às mudanças climáticas e recursos hídricos para embasar o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas: Eixo 1 - Cenários de Mudanças para Estudos de Adaptação no Setor de Recursos Hídricos**. Fortaleza, 2014a. Disponível em: [http://arquivos.ana.gov.br/portais/MudancasClimaticas\\_CenariosdeMudanca.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/portais/MudancasClimaticas_CenariosdeMudanca.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. **Estudos relativos às mudanças climáticas e recursos hídricos para embasar o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas: Eixo II - Geração, Sistematização e Disponibilização de Conhecimento**. Fortaleza, 2014b. Disponível em: [http://arquivos.ana.gov.br/portais/MudancasClimaticas\\_GeracaodeConhecimento.pdf](http://arquivos.ana.gov.br/portais/MudancasClimaticas_GeracaodeConhecimento.pdf). Acesso em: 15 jul. 2019.

CERTEAU, M. **A Invenção do Cotidiano – Artes de Fazer**. 5ª ed., Petrópolis: Vozes, 2000.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL BRASIL. **Hotspots revisitados**. Disponível em: <https://www.conservation.org/global/brasil/publicacoes/Documents/HotspotsRevisitados.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

CLASTRES, P. **A Sociedade contra o Estado**. Ubu Editora, 2017.

DURIGAN, G.; RATTER, J.A. The need for a consistente fire policy for Cerrado conservation. **Journal of Applied Ecology**. 2016, 53, p. 11-15.

FALLEIRO, R.M. *et al.* As contribuições do Manejo Integrado do Fogo para o controle dos Incêndios Florestais nas Terras Indígenas do Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, n. 6(2): Brasília, 2016. p. 88-105.

FERNANDES, G.W. (org.) **Cerrado: em busca de soluções sustentáveis**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Vertente produções artísticas, 2018.

FERREIRA, J.C.V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Buriti Editora, 2001

FIDELIS, A.; PIVELLO, V.R. Deve-se Usar o Fogo como Instrumento de Manejo no Cerrado e Campos Sulinos? **Biodiversidade Brasileira**. Brasília, ano I, n. 2, p. 12-25, 2011.

GUDYNAS, E. Buen vivir: Germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento, ALAI**. Quito: feb. 2011, n. 462, p. 1-20.

IPCC. **Climate Change 2007: Synthesis Report**. Geneva: Switzerland, 2008. Disponível em [https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4\\_syr\\_full\\_report.pdf](https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/ar4_syr_full_report.pdf). Acesso em: 10 jun. 2018.

IPCC. **Global Warming of 1.5°C: Special Report**. Disponível em <https://www.ipcc.ch/sr15/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

JUCÁ, P.R. Antônio Pires de Campos, o Descobridor de Cuiabá. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 06 nov. 1986. Suplemento Mensal, Ano I, n.4, p. 11.

KAWAHARA, L.S.I. **Currículos festeiros de águas e outonos: fenomenologia da educação ambiental pós-crítica**. Tese (Doutorado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAYRARGUES, P.P. Do Ecodesenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável: Evolução de um Conceito? **Proposta**, 25(71): 1997, p. 5-10.

LOWY, M. Crise Ecológica, Crise Capitalista, Crise de Civilização: a alternativa ecossocialista. **CADERNO CRH**. Salvador: v. 26, 67, jan.-abr. 2013, p. 79-86.

LOWY, M. **O que é Ecosocialismo**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 2014.

MACHADO NETO, A. P. **Diagnósticos dos Incêndios Florestais no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães no período de 2005 a 2011**. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

MACHADO NETO, A. P. *et al.* Incêndios florestais no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães-MT entre 2005 e 2014. **Nativa – Pesquisas Agrárias e Ambientais**. Sinop, v. 5, n. 5, set/out 2017, p. 355-361.

MAFFESOLI, M. **O conhecimento comum: introdução à sociologia compreensiva**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção**. 2ª edição. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

MESQUITA, J. **A Chapada Cuiabana**. Fundação Cultural de Mato Grosso. Cuiabá, 1977.

MINDLIN, B. O fogo e as chamas dos mitos. **Estudos Avançados**. 2002: 16 (44), p. 149-169.

MISTRY, J.; BIZERRIL, M. Por Que é Importante Entender as Inter-Relações entre Pessoas, Fogo e Áreas Protegidas? **Biodiversidade Brasileira**. Brasília, 2011. ano I, n. 2, p. 40-49.

MYERS, R.L. **Living with Fire: Sustaining Ecosystems and Livelihoods through Integrated Fire Management**. Global Fire Initiative. The Nature Conservancy, jun, 2006.

NOBRE, C.A. Mudanças climáticas globais e o Brasil: por que devemos nos preocupar. **Plenarium**, v.5, n.5, out., 2008, p.12 - 20.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Relatório SEEG Global: Emissões de GEE no Brasil e suas implicações para políticas públicas e a contribuição brasileira para o Acordo de Paris**. 2018: Documento de análise. Disponível em <http://global.seeg.eco.br/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PASSOS, L.A.; SATO, M. Educação Ambiental: O currículo nas sendas da fenomenologia Merleau-pontyana. *In* SAUVÉ, Lucie; ORELLANA, Isabel et SATO, Michèle (Dir.) **Sujets choisis en Éducation relative à l'environnement - D'une Amérique à l'autre**. Montréal: ERE-UQAM, 2002, Tome I, p. 129-135.

QUINTAS, J.S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. *In* LAYRARGUES, P.P. (coord.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 113-140.

REDE CLIMA. **Relatório de Atividades 2016-2017**. São José dos Campos, 2017. Disponível em [http://redeclima.ccst.inpe.br/cat\\_genero/relatorio/](http://redeclima.ccst.inpe.br/cat_genero/relatorio/). Acesso em: 27 jul. 2019.

SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (org.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. 2009.

SATO, M.; GAUTHIER, J.Z.; PARIGIPE, L. Insurgência do grupo-pesquisador na educação ambiental sociopoiética. *In* CARVALHO, I.C.M.; SATO, M. (Org.) **Educação Ambiental**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 101-120.

SATO, M. Sustentabilidade do fogo na Tróia Amazônica. **AmbientALMENTEsustentable**. Banco de Boas Práticas. Jun-Dez 2006, Ano I, n. 1-2, p. 243-255.

SATO, Michèle. Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa. In: ABÍLIO, Francisco J.P. (Org.). **Educação Ambiental para o semiárido**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011, p. 539-569.

SATO, M. *et al.* **Mapeando os territórios e identidades do Estado de Mato Grosso, Brasil**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

SATO, M.; SENRA, R.E.F. Estrelas e constelações: aprendizes de um grupo pesquisador. **Ambiente & Educação**, vol. 14(2), 2009, p. 139-145.

SATO, M. Ecofenomenologia: uma janela ao mundo. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**. Edição Especial. Porto Alegre, jul. 2016, p. 10-27.

SCHMIDT, I.B. *et al.* Fogo e artesanato de capim-dourado no Jalapão: usos tradicionais e consequências ecológicas. **Biodiversidade Brasileira**. Brasília, 2011. Ano I, n. 2, p. 67-85.

SCHMIDT, I.B. *et al.* Fire management in the Brazilian savana: First steps and a way forward. **Journal of Applied Ecology**, British Ecological Society, 55, 2018, p. 2094-2101.

SCHMIDT, I.B. *et al.* Implementação do Programa Piloto de Manejo Integrado do Fogo em três Unidades de Conservação do Cerrado. **Biodiversidade Brasileira**. Brasília, 2016, v. 6(2), p. 55-70.

SILVA, R., SATO, M. Territórios e Identidades: Mapeando os grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil. **Ambiente & Sociedade**: Campinas, v. XIII, n. 2, jul.-dez. 2010, p. 261-281.

SILVA, R. A. **Do invisível ao visível**: o mapeamento dos grupos sociais do Estado de Mato Grosso – Brasil. Tese (Doutorado em Ciências) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2011.

SILVA, R.A.; JABER-SILVA, M. O mapa social e a educação ambiental, diálogos de um mapeamento participativo no Pantanal, Mato Grosso, Brasil. **Revista da Educação Pública**. Cuiabá, 2015, v. 24, n. 55, p. 201-221.

SILVA, R., JABER, M., SATO, M. Mapeamento social participativo: mundos entre a pesquisa educativa e o ativismo ecológico. **Ambientalmente Sustentável**, jan.-dez. 2012, ano VII, vol. I, n. 13-14, p. 7-23.

SOARES, C.C.A. **Educação ambiental na comunidade quilombola de Mata Cavalo**: diálogos de arte, cultura e natureza. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2018.

SOUZA, C.F.S. **O esvoaçar de lembranças no pouso de lutas socioambientais de mulheres negras**. Tese (Doutorado em Educação). Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2019.

SOUZA, J.P. História e Turismo estão juntos em Água Fria. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**. Cuiabá, 06 nov. 1986. Suplemento Mensal, Ano I, n.4, p. 14.

STEFFEN, W.; CRUTZEN, P.J.; MCNEILL, J.R. The Anthropocene: Are Humans Now Overwhelming the Great Forces of Nature. **AMBIO: A Journal of the Human Environment** 36(8), 614-621, 1 December 2007. Disponível em <http://www.bioone.org/doi/full/10.1579/0044-7447%282007%2936%5B614%3ATAAHNO%5D2.0.CO%3B2>. Acesso em: 23 jul. 2019.

TORTOSA, J.M. Sumak kawsay, suma qamaña, buen vivir. **Fundación Carolina**. España, 2009.

## APÊNDICES

## Apêndice A



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE  
GRUPO PESQUISADOR EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
COMUNICAÇÃO E ARTE – GPEA

### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(A), da pesquisa: **MAPEAMENTO DOS SABERES POPULARES ASSOCIADOS AO FOGO NAS COMUNIDADES RURAIS DE SÃO JERÔNIMO (CUIABÁ/MT) E ÁGUA FRIA (CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT): IMPRESSÕES SOBRE O BEM-VIVER E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**, a ser desenvolvida por Flavia Lopes Bertier, pesquisadora no Grupo Pesquisador em Educação Ambiental, Comunicação e Arte (GPEA) do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Aparecida da Silva. A pesquisa tem a finalidade de obter informações para desenvolvimento de dissertação de Mestrado. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias IGUAIS, uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não terá nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou de qualquer outra natureza.

Os objetivos deste estudo são: Realizar o mapeamento dos saberes populares associados ao fogo no cotidiano das comunidades São Jerônimo (Cuiabá/MT) e Água Fria (Chapada dos Guimarães/MT), bem como suas IMPRESSÕES quanto a participação do elemento fogo no seu bem-viver e a influência dos incêndios florestais no processo global de alterações climáticas.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar de oficinas, mapeamentos e responder os questionamentos realizados pela pesquisadora, por meio de um roteiro de entrevista semi-estruturada, com tópicos a serem abordados pela pesquisadora. PARA QUE A DESCRIÇÃO DE SEUS DEPOIMENTOS SEJA PRECISA, os diálogos poderão ser gravados em áudio e vídeo. Fotografias poderão ser tiradas durante as etapas da pesquisa PARA REGISTRO DAS ATIVIDADES E ILUSTRAÇÃO DA DISSERTAÇÃO. A PESQUISA NÃO CAUSARÁ DANOS FÍSICOS, PSICOLÓGICOS, MORAIS, INTELECTUAIS, SOCIAIS E CULTURAIS AOS PARTICIPANTES. Os POTENCIAIS riscos relacionados à sua participação são CONSIDERADOS MÍNIMOS e se referem a exposição de suas ideias e pensamentos relacionados ao uso do fogo na comunidade, exposição esta que será minimizada com a utilização de pseudônimos nas interpretações da pesquisa. OS BENEFÍCIOS DA PESQUISA SÃO INDIRETOS. INDIVIDUALMENTE, A PESQUISA IRÁ BENEFICIAR O PARTICIPANTE AO DAR VISIBILIDADE AOS SEUS SABERES RELACIONADOS AO USO DO FOGO, SOCIALIZANDO-OS COM A COMUNIDADE. COMO BENEFÍCIOS COLETIVOS, A PESQUISA pretende identificar e dar visibilidade à vulnerabilidade ambiental e social a que sua comunidade está submetida.

Seus direitos enquanto participante da pesquisa serão preservados: garantia de esclarecimentos a qualquer momento sobre esta pesquisa e sobre sua participação, liberdade para retirar-se sem penalização, ou seja, você pode desistir de participar da pesquisa em qualquer momento, mesmo que já tenha assinado este termo. Os dados referentes à sua pessoa serão confidenciais e garantimos o sigilo de sua participação durante toda pesquisa, inclusive na divulgação da mesma. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação.

Você receberá uma VIA desse termo contendo os dados da pesquisadora responsável, para que você possa localizá-la a qualquer tempo. FLAVIA LOPES BERTIER, telefone (65) 99695.0123; Rod. MT 251, Km 50, Véu de Noiva – Chapada dos Guimarães - MT – Brasil; CEP 78.195-000; local de trabalho: Parque Nacional da Chapada dos Guimarães; e-mail **pncgflavia@gmail.com**. Esta pesquisa está registrada no comitê de ética em pesquisa humanidades – CEP Humanidades/UFMT, ENTIDADE RESPONSÁVEL POR PROTEGER OS PARTICIPANTES DA PESQUISA EM SEUS DIREITOS E ASSEGURAR QUE OS ESTUDOS SEJAM FEITOS DE MANEIRA ÉTICA. Caso tenha dúvidas, entre em contato com o CEP Humanidades/UFMT: Telefone (65) 3615.8935; Coordenadora: Rosângela Kátia Sanches Mazzorana Ribeiro; email **cephumanas@ufmt.br**.

Ressalto ainda que não haverá nenhum gasto ou remuneração com sua participação na pesquisa.

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, Idade \_\_\_\_\_,  
Sexo \_\_\_\_\_, Natural de \_\_\_\_\_, RG Nº \_\_\_\_\_, declaro  
que **ENTENDI os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e CONCORDO em participar** por livre e espontânea vontade, não tendo sofrido nenhuma forma de pressão ou influência indevida. **AUTORIZO** a divulgação de minha imagem exclusivamente para ilustrar esta dissertação.  
Local, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do(a) participante)

\_\_\_\_\_  
Flavia Lopes Bertier - Pesquisadora

## Apêndice B

### Roteiro Oficinas/reuniões de Mapeamento

(o mesmo para ambas as comunidades)

1. Ambientação (30') e inscrição (termo de consentimento simplificado)
2. Apresentar o mapeamento (uma fala da Orientadora) (20')
3. Apresentar frases, mesa de objetos, vídeo
4. O que o fogo representa para você em uma palavra?
5. Separar os presentes em grupos de trabalho de cada comunidade (10')
  - a. 4 GTs: fogo, queimadas/incêndios, mudanças climáticas, bem-viver
6. GT fogo: (30') – (15' apresentação)
  - a. Representação do fogo (intervenção aberta – arte, escrita, encenação, outra)
  - b. Perguntas: Usa o fogo no seu cotidiano? Como? Onde? Quando? Por quê?
  - c. Existe alguma atividade coletiva que use o fogo?
7. GT queimadas/incêndios: (30') – (15' apresentação)
  - a. Existe diferença entre queimada e incêndio florestal? (intervenção aberta – arte, escrita, encenação, outra)
  - b. Ocorrem muitas queimadas / incêndios por aqui? Se sim, onde? Quando? Sabe a origem?
  - c. As queimadas / incêndios interferem no seu bem-viver? Se sim, como?

(Almoço – 90')

8. GT mudanças climáticas:
  - a. Já ouviu falar sobre mudanças climáticas? Onde?
  - b. O que são mudanças climáticas? (intervenção aberta – arte, escrita, encenação, outra)
  - c. Por que você acha que existem mudanças climáticas?
  - d. As mudanças do clima alteram o seu dia-a-dia? Como?
  - e. Você acha que o as queimadas / incêndios influenciam as mudanças climáticas? Como?
9. GT bem-viver:
  - a. O que é bem-viver? (intervenção aberta – arte, escrita, encenação, outra)
  - b. O que mais gosta no convívio na comunidade? O que ela tem de bom?
  - c. Quais são os problemas da comunidade?
10. Lanche encerramento

## Apêndice C

### Roteiro de entrevista semi-estruturada

#### Quem somos

1. Como gostaria de ser chamado?
2. Onde mora? A quanto tempo? O que acha do local onde mora?
3. O que faz? O que seus pais faziam? Gosta do trabalho?
4. Estudou? Gostaria de ter estudado? O que?
5. Pertence a algum grupo – associação – ONG – comunidade?

#### Onde vivemos

1. Na sua opinião, o que é bem-viver?
2. Qual sua relação com a natureza?
3. Percebeu alguma alteração na natureza nos últimos tempos? Qual?
4. O fogo interfere no seu bem-viver? Como?
5. Existe diferença entre queimadas e incêndios florestais?
6. Ocorrem muitas queimadas / incêndios florestais por aqui? Onde? Quando?
7. Sabe a origem?
8. Existe algum tipo de problemas (conflitos) existem onde você mora? Se sim, como vocês se organizam para resolvê-los?

#### Sobre Fogo

1. O que o fogo é para você? Quando você pensa em fogo, qual imagem vem à sua mente?
2. Você usa o fogo no seu cotidiano?
  - a. Se sim: Como? Onde? Para que? Por quê? Quando?
  - b. Se não: Por quê?
3. Como aprendeu a manejar o fogo?
4. Usa algum tipo de técnica ou equipamentos para manejar o fogo? (referir-se a cada tipo de uso de fogo citado)
5. Para manejar o fogo, costuma fazê-lo em grupo ou isoladamente? (idem)